

JOSÉ ADILÇON CAMPIGOTO

**ROÇAS, EMPRESAS E SONHOS:
Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

1996

JOSE ADILÇON CAMPIGOTO

ROÇAS EMPRESAS E SONHOS
Jogos e Discursos (A CPT em Santa Catarina)

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção de Grau de Mestre em História, à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do Professor Doutor Élio Cantalicio Serpa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

1996

ROÇAS, EMPRESAS E SONHOS: JOGOS E DISCURSOS (A CPT EM
SANTA CATARINA)

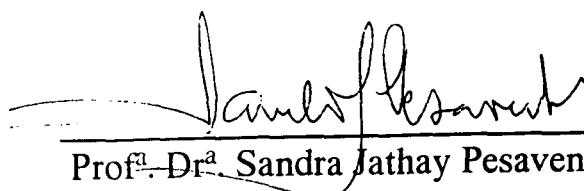
JOSÉ ADILÇON CAMPIGOTO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

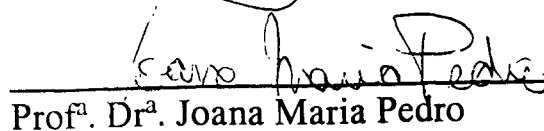
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Élio Cantalicio Serpa (Orientador)



Prof.ª Dr.ª Sandra Jathay Pesavento (UFRGS)



Prof.ª Dr.ª Joana Maria Pedro

**Dissertação aprovada como requisito
parcial à obtenção de título de Mestre
em História pela banca examinadora
formada pelos professores:**

Professor Dr. Élio Cantalício Serpa

Professora Dra. Joana Maria Pedro

Professora Dra. Sandra Jatany Pessavento

à Rejane e Giovanni

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
AGRADECIMENTOS	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	14
1. A RACIONALIDADE DESENVOLVIMENTISTA OU O MITO DO PROGRESSO.....	14
1.1. A PEQUENA PROPRIEDADE E O NOVO ÍCONE	21
1.2. O ÊXODO: DO MITO AO ARGUMENTO.....	32
1.3. A POLÍTICA DO RETORNO AO VELHO ÍCONE.....	40
1.4. O TRIPÉ DO PROGRESSO E SUAS POROSIDADES	45
1.5. O TRIPÉ, A ENGRENAGEM, A CORRENTE E O PARAÍSO.....	55
CAPÍTULO II.....	61
2. A PASTORAL DA TERRA ENTRE OS MITOS E AS RACIONALIDADES.....	61
2.1. UM RITO PARA NEGAR O PROGRESSO	78
2.2. O ÊXODO E SUAS MODULAÇÕES RACIONAIS E MITOLÓGICAS	92
2.3. A REPETIÇÃO, A CANTORIA E A QUEBRA DOS TEMPOS	99
2.4. A IRONIA E O COTIDIANO DOS AGRICULTORES.....	107
CONCLUSÃO.....	111
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	118

RESUMO

CAMPIGOTO, José Adilçom. Roças Empresas e Sonhos: Jogos e Discursos (A CTP em Santa Catarina). Florianópolis:UFSC, 1996. Dissertação de Mestrado em História. 127 fls. 30/04/1996.

Orientador: Élio Cantalício Serpa

Análise do discurso da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina. Pontua-se as situações em que tal discurso aproxima-se da racionalidade desenvolvimentista ou discurso das elites, e da racionalidade de-esquerda e se distancia da forma analógica dos agricultores organizar a existência e vice-versa. O período estudado refere-se às décadas de 1970 e 1980.

ABSTRACT

CAMPIGOTO, José Adilçon. Farms, Companies and Dreams: Games and Speeches (The CPT in Santa Catarina). Florianópolis: UFSC, 1996. M. A. thesis in History.

Professor: Élio Cantalicio Serpa

An analysis of the speech of the Land Pastoral Commission in Santa Catarina. It is a description of the situations in which this speech approaches both developmental rationality or elites speech and lefts rationality, and, at the same time it detaches from the way farmers organize their lives and vice versa. A study of the period between the 70's and the 80's.

AGRADECIMENTO

Agradeço:

- **A meu orientador Élio Cantalício Serpa, pelo incentivo, o apoio, e a liberdade para a pesquisa criativa que me proporcionou.**
- **aos professores que contribuíram com incentivos especialmente Maria Bernadete Ramos Flores, Joana Maria Pedro e Artur César Isaia.**
- **aos colegas de curso.**
- **à Universidade Federal de Santa Catarina e ao CNPq que através da concessão de bolsa tornou possível este trabalho.**
- **aos colegas da Comissão Pastoral da Terra que oportunizaram o atendimento nos arquivos.**
- **à Maria do Carmo Campigoto que não mediu esforços na digitação e diagramação deste trabalho.**
- **à Dona Clara Klein e ao Rodrigo**
- **aos meus pais.**
- **à Rejane pelo companheirismo, apoio e incentivo.**
- **enfim à todos que estiveram de uma ou outra forma envolvidos**

INTRODUÇÃO

Dos meus tempos de «militância pastoral» guardei algumas imagens possíveis de serem tomadas como expressões centrais no discurso da chamada «esquerda católica»¹. De fato, ao analisar o discurso da Comissão Pastoral da Terra - CPT/SC² podemos percebê-lo como uma tecitura engenhosamente pontilhada por estas imagens. Podemos também supor que esta construção discursiva teve um significado primeiramente conferido pelos agentes de pastoral³, ou seja, as pessoas encarregadas de sua elaboração. Outras serão as leituras e interpretações feitas por aqueles que ouviram

1 Chamo aqui de esquerda católica a ala da Igreja Católica ligada a Teologia da Libertação. São leigos, religiosos, padres e bispos que assumiram uma postura teológica em torno da opção preferencial pelos pobres. Fazendo sua, a tarefa de aplicar na América Latina e Caribe as decisões do Concílio Vaticano II, tomaram essa decisão de dirigir a prática pastoral preferencialmente às classes sociais desfavorecidas. Esta fora também tomada pelos bispos no II Encontro Episcopal Latino-Americano, realizado em Medellín, na Colômbia em 1968, e ratificado na III Conferência que aconteceu em 1978, em Puebla, México.

2 Comissão Pastoral da Terra - trata-se de um grupo de agentes de pastoral leigos, religiosos, padres e bispos que, assumindo a «opção pelos pobres» na área rural, objetiva apoiar os agricultores pobres em suas lutas e reivindicações. Pastoral é uma designação própria do catolicismo que indica a ação de assistência e comando religioso. Pastor é aquele que guia o rebanho. Portanto, a pastoral é uma metáfora que simboliza a ação de levar o povo, (as ovelhas) ao caminho reto, o seguimento da religião (o caminho do aprisco).

³ Chamo de agentes de pastoral ou simplesmente agentes, os leigos, padres, religiosos e bispos que neste período, tomaram para si a tarefa pastoral. Na tradição católica o «munus» de anunciar o Evangelho era, até a realização do Concílio Vaticano II, uma prerrogativa da hierarquia eclesial, ou seja, era reservado àqueles que pertenciam a ordem sacerdotal. A "Lumen Gentium" estendeu aos leigos a missão de evangelizar. Formaram-se assim vários movimentos leigos de evangelização cujos membros passaram a ser chamados de agentes de pastoral. Desta forma, mesmo um padre ou bispo, enquanto participante dos grupos de pastoral, era também designado por esta denominação. Portanto, o uso desta «categoria teológica» não quer implicar nenhuma referência à alguma tradição sociológica, embora certamente haja aí alguma implicância. Utilizo-me desta por ser uma designação corrente no discursos da CPT/SC. Os agentes de pastoral não são pois os agricultores com sua forma própria de organizar a existência, nem a hierarquia eclesial, muito menos as elites intelectuais e governamentais ou empresariais, e nem ainda o funcionário a serviço destes. São este grupo de pessoas ligadas à Igreja Católica que, na tarefa de anunciar o evangelho, assumiram, produziram e reelaboraram o que chamo de discurso da CPT/SC.

e visualizaram este discurso.

Esta dissertação é também uma destas possibilidades de leitura objetivando-se constituir um significado em perspectiva histórica⁴. Por isso, na configuração de seu enredo, a primeira representação escolhida refere-se a um caso de morte, ou uma imagem apresentada em um encontro pastoral.

[No mês de novembro do ano de 1978 acontecia o 4.º Encontro de Pastoral da Terra de Santa Catarina. A cidade escolhida era Tubarão, no sul do Estado. Tinha como objetivo estender a «nova prática» pastoral implantada em Chapecó, no Oeste Catarinense, havia um ano, àquela diocese. Os agentes de pastoral anunciavam uma tragédia, denunciando que «as nossas cidades do interior estão desaparecendo»⁵]

Uma tal notícia evoca a idéia de catástrofe pois, o desaparecimento de uma cidade não se dá por acaso. Além de exigir uma explicação causal, provoca também um efeito de se pensar as conseqüências de um acontecimento de tal envergadura. Eles apresentavam o silêncio, o deserto e a miséria como conseqüências desta ruína. Este seria o destino do campo. O êxodo rural era a causa fatídica.

Passaram então a preparar roteiros de celebração para o 25 de Julho, o dia do agricultor. A partir de meados da década de 80, a cada ano, era elaborado um destes roteiros onde se buscava levar os agricultores a rezar e refletir sobre temas relacionados à política agrícola. O roteiro era distribuído para os responsáveis pelas rezas dominicais nas capelas do interior.

No roteiro para o 25 de Julho de 1986 aparece outra imagem dramática. Era apresentada pelos agentes de pastoral como se fossem os agricultores dizendo, em

⁴ Sobre a narrativa e a história ver LIMA, Luiz Costa. Clio em Questão: a Narrativa na Escrita da História. In: RIEDEL, Dirce Cortes. Narrativa, Ficção e História. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

⁵ Relatório do Encontro de Pastoral da Terra. Tubarão, novembro de 1978. (Arq. CPT/SC).

protesto, que «o nosso inimigo nos obriga a plantar até debaixo de casa (...) querem substituir o nosso boi pelo trator (...). Deus nos livre deste bicho que soca e mata a terra»⁶. A morte ganha uma identidade na metáfora do trator. Este bicho não é símbolo da morte simplesmente por socar a terra e torná-la, com o tempo, imprópria para a agricultura. Mais do que uma referência ao (ecologicamente errado), a metáfora diz respeito ao discurso desenvolvimentista e à tecnificação da agricultura.) Estes eram simbolizados, na imagem do trator como figuração da morte dos pequenos agricultores.

Podemos eleger estas duas imagens para representar o embrião daquele que, mais tarde, tornou-se o discurso da CPT/SC. É como se elas estivessem dispostas no centro da argumentação e, podemos dizer que é a partir delas que se constituiu a trama discursiva da pastoral. A terra morta pelo bicho-trator simboliza assim o lugar da morte dos agricultores. A alternativa é «engrossar as fileiras dos que marcham para as cidades»⁷. Portanto, entre a imagem do êxodo rural e da modernização da agricultura estabelece-se uma relação de causalidade. Era a construção de uma racionalidade que começava a esboçar-se.

A explicação para o «triste fim» da pequena agricultura e a «tragédia» dos que marcham rumo às cidades se dava por recorrência a um veredicto no qual a «causa mortis» era a modernização da agricultura. Propunha-se então a erradicação daquela «doença». E assim, objetivando oferecer «receitas», «métodos», «ações eficazes» para eliminar o mal, fizeram um movimento de ampliação de sua racionalidade. Articularam seu objetivo dizendo: «queremos cada homem catarinense liberto e libertador»⁸. (E a proposta adquiriu os contornos de uma planificação onde o engajamento político dos

⁶ Celebração para o 25 de julho, preparada pela equipe da CPT/SC no ano de 1986. (Arq. CPT/SC).

⁷ Ver Relatório do Encontro de Pastoral da Terra, novembro de 1978. (Arq. CPT/SC).

⁸ Relatório do Seminário de Pastoral Urbana e Rural realizado em outubro de 1977, no Instituto Teológico de Santa Catarina. (Arq. CPT/SC).

agricultores resultaria forçosamente, em um futuro de plena realização, chamado Nova Sociedade. A nova sociedade é outra imagem evocada amiúde no discurso pastoral. Entretanto, ela não possui a mesma nitidez com que são representados o êxodo rural e a modernização da agricultura. Podemos dizer que, estas imagens, aliás como em grande parte o discurso da CPT, transita entre a racionalidade política e a perspectiva teológico-mítica. Desta forma, a utopia pastoral, ou o futuro a ser buscado, desliza entre o «Reino de Deus aqui na terra», na perspectiva mítica, e a «Sociedade Socialista», na perspectiva política.

Uma tal duplicidade pode ser tomada como uma espécie de astúcia daqueles agentes de pastoral. Entretanto, esta constatação em si, não é suficiente para deduzir que eles estariam utilizando-se daquela mesma astúcia da qual os agricultores servem-se para tornar suportáveis as adversidades cotidianas. Além do mais, deve-se levar em consideração que as racionalidades políticas ocidentais — inclusive a elaborada pela CPT — em que baseiam-se os sistemas de dominação, não passam de uma aplicação profana do mito do paraíso⁹. Estas formações discursivas¹⁰ apresentam-se como receitas para se chegar a um amanhã sem males. Baseiam-se na linearidade, ou seja, em um vetor progressivo a direcionar-se de um lugar indesejado, desconfortável e ameaçador, para outro onde haverá plena realização das carências.

A aplicação profana do mito do paraíso está presente nos discursos políticos, científicos e religiosos. Os positivismos de esquerda e de direita e o positivismo teológico são apenas algumas de suas modulações. E então, sob esta

⁹ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p.23.

¹⁰ Maffesoli demonstra que os discursos baseados na racionalidade, no finalismo, são uma aplicação profana do mito do paraíso celeste. O paraíso prometido pelas religiões, a ser alcançado depois da morte, passa a ser prometido pelos discursos positivos como possível de ser alcançado na terra. A isso o autor chama de Grande Mito Oficial do Progresso.

perspectiva, o discurso da CPT não passaria de mais um entre outros a reforçar o grande Mito Oficial do Progresso¹¹. Mas surge uma questão. Como a racionalidade pastoral se coloca enquanto crítica ao progressismo da modernização da agricultura?

Aqui capturamos uma outra imagem que se torna então intrigante. Nas rezas, onde se fazia uma crítica à agroindústria, era comum fazer-se a exaltação da pequena propriedade ou agricultura de subsistência. Nesta oração específica para o 25 de Julho de 1986, dizia-se, «louvado seja Senhor Deus e Pai que nos concedeste o boi, o arado para saciar a fome de muitos (...) pelas aves e animais que nos rodeiam e dão vida ao terreiro»¹².

A imagem da pequena propriedade não tecnificada é aqui representada de forma idílica. Nela, a fome é saciada e a presença dos animais é a negação da morte e contraposição ao «trator». Além disso, os agentes não estavam, naquele momento, propondo nenhuma busca de alguma «montanha de açúcar» no amanhã distante. Era do «aqui e agora» que faziam referência. Propunham a fruição do presente na situação existencial, no momento vivido daqueles pequenos agricultores. Tomavam uma atitude mais ou menos inconsciente de negação do progressismo. Evocavam, evidentemente, o mito do paraíso, da idade de ouro. Entretanto, diferentemente dos progressismos, o paraíso não estava no futuro distante e «garantido». Realizavam um rompimento com as racionalidades políticas e as linearidades planejadas, em favor do tempo cíclico ou o tempo do mito.

Se podemos assim falar, os fios de que os agentes de pastoral utilizaram-se ao tecer sua trama, são a racionalidade política e o pensamento mítico.

Minha proposta para esta dissertação, é perceber em que situações

¹¹ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p. 84.

¹² V. Celebração para o 25 de julho preparada pela equipe da CPT/SC no ano de 1986. (Arq. CPT/SC):

prevaleceu uma ou outra destas modalidades de explicação de organização da existência, no discurso da CPT/SC. Portanto, não se trata de investigar o cotidiano dos agricultores. Nem de perceber as formas específicas pelas quais estes asseguram sua existência utilizando-se da troca, do jogo duplo, assumindo o desejo de viver o presente e a aceitação do destino, recorrendo à dimensão do fantástico e ao instinto coletivo¹³. Nem mesmo trata-se de enveredar pelos meandros destes jogos de astúcia onde o «bom povo sabe jogar e entrar em composição com a eterna alienação» ao contrário de ser «sempre enganado»¹⁴.

Efetivamente, trata-se de perceber as situações em que o discurso da CPT/SC aproxima-se como também aquelas em que se distancia, da forma pela qual os agricultores percebem e organizam a sua existência no cotidiano. Para esta tarefa torna-se necessário a análise do discurso da modernização da agricultura uma vez que, foi nas situações em que os agentes de pastoral procuraram neutralizar esta racionalidade dominante que recorreram mais evidentemente ao pensamento mítico.

Desta forma, o primeiro capítulo desta dissertação é uma análise das representações da agricultura catarinense construídas, nas décadas de 70 e 80, pelas elites intelectuais e governamentais do Estado e difundidas por entidades como as agências de extensão rural e os departamentos de fomento agrícola das agroindústrias. Busco principalmente perceber suas representações sobre a agricultura de subsistência, o êxodo rural e a tecnologia agrícola. Isto porque, como se poderá perceber ao longo desta dissertação, a construção desta racionalidade dominante apresenta-se sobre a forma de um diagnóstico onde os males identificados na área rural são exatamente a agricultura de subsistência, o êxodo rural e a ignorância dos agricultores em relação às

¹³ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.14.

¹⁴ Idem. p.19.

«tecnologias modernas». O «tratamento» a ser aplicado, conforme o discurso da modernização da agricultura, era a base de altas doses de conhecimento tecnológico. O fim a ser alcançado, ou o estado de saúde, é então representado por uma vindoura realidade agrícola completamente domesticada pela utilização da tecnologia.

A fim de perceber a construção desta racionalidade de modernização agrícola foi de grande valia o caminho apontado por Chartier. Este autor oportunizou perceber o próprio discurso da CPT/SC como mais um, entre tantos, geradores de práticas ou estruturas produzidas por suas representações. Elas são o mecanismo pelo qual os indivíduos dão sentido ao mundo por eles construído. São também elaboradas no confronto e em contradição às representações de outros grupos¹⁵.

No segundo capítulo, embora continue utilizando imagens e representações, sirvo-me de um rito, um mito, algumas canções e da narrativa de um acontecimento — o massacre dos porcos. As reflexões de Maffesoli me levaram a isto, pois objetivava perceber com maior facilidade os momentos em que a maneira cotidiana de perceber e gerir a existência perfura a racionalidade da modernização agrícola e do próprio discurso pastoral. Este autor propõe uma forma de perceber a sociedade. Diz ele que a socialidade, ou seja, a vida social que se manifesta na busca de uma globalidade harmônica cujos pólos são as massas e as tribos ou grupo de poder, constituem-se na defasagem que existe entre a vida (ou vivido) e a explicação que se dá à «vivência». Nesta defasagem, neste inexplicável, destacam-se duas formas fundamentais de explicação, em se tratando da sociedade ocidental, a forma analítica e a analógica.

A primeira é fundamentada na racionalidade, no dado positivo, na adequação do intelecto à realidade, no conceito de verdade, na linearidade ou

¹⁵ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Estudos Avançados. São Paulo: USP, V. 5, n.º 11, Jan/Abril: 1991. p.178.

progressismo. Propõe uma ruptura com o passado para se chegar a um amanhã, um futuro cantante. Baseia-se na uniformidade e na exclusão do diferente. Oferece sustentação aos poderes cuja expressão máxima é o Estado Moderno.

Ao lado desta forma, coexiste uma outra, baseada no pensamento mítico que, ao invés de fundamentar-se no conceito de verdade, utiliza-se da duplicidade, do jogo e da mentira; que em oposição à linearidade oficial, utiliza-se da repetição e do eterno retorno; que ao invés das rupturas pretensamente revolucionárias, opta pela troca e os jogos de astúcia; contra o futuro utópico, afirma o presente ou a orgia do instante intensamente vivido e, em oposição à uniformidade, se pauta pela coexistência dos diferentes.

Assim, os discursos da modernização são tomados aqui como uma forma analítica e racional de explicar e organizar a vida agrícola em Santa Catarina. Os discursos dos agricultores, por sua vez, como pertencentes à forma analógica ou mítica. O discurso da CPT, objeto desta dissertação, se coloca ora aproximando-se mais de uma ora de outra destas formas. Portanto, o movimento histórico ou as permanências e mudanças, no discurso da CPT/SC, se dão na posição (proximidade ou distanciamento) que este se encontra em relação ao pensamento mítico e à racionalidade, em um tempo dado.

É evidente que o enredo tem esta forma devido à visão sociológica tomada de Maffesoli. Ou seja, nas análises de discurso em geral, o movimento histórico se dá nas mudanças e permanências que ocorrem em termos de discurso mesmo e não na aproximação/distanciamento entre um tipo e outro de discurso. Parece-me que a recorrência à análise sociológica de Maffesoli oferece um enfoque mais abrangente sobre o objeto em estudo.

Aqui um outro autor, o historiador Michel de Certeau, em certo sentido,

veio somar a esta perspectiva. Ao analisar a ato de ler, propõe uma divisão da sociedade entre os produtores de simulacros, ou as elites e os consumidores destes produtos, ou seja, as massas. Demonstra ele que os consumidores não são passivos no ato de ler um texto. E que «ontem este texto era escolar. Hoje o texto é a própria sociedade»¹⁶.

Nesta dissertação, as elites intelectuais e governamentais de Santa Catarina, as empresas agropecuárias e a extensão rural são produtoras de simulacros dados a ler aos agricultores. Estes inventam no texto ou no discurso desenvolvimentista, uma outra coisa, trapaceiam, usam de astúcia e criam algo não sabido. Restaria perceber em que espaços de seus discurso os agentes de pastoral tornam-se produtores e em que outros, tomam a postura de leitores do discurso desenvolvimentista e da racionalidade política de esquerda.

Estas fontes, ou seja, o mito, o rito, as canções e a narrativa não foram escolhidas por acaso e sim porque baseiam-se na repetição, um mecanismo cotidiano de anulação das linearidades e dos progressismos¹⁷. A CPT/SC utilizou-se fartamente destes recursos. Isto, por si só, demarcaria uma diferença convincente entre o discurso pastoral e a racionalidade, o planejamento e a linearidade desenvolvimentista. Contudo, como apontamos anteriormente existe uma duplicidade no discurso da pastoral pois ele reveste-se da racionalidade, da planificação e do utopismo político da esquerda. [Neste sentido não passaria de mais um colaborador dos discursos oficiais, porque ao ignorar os esquemas de construção de saber dos agricultores e das camadas populares, estaria impondo-se como uma forma estranha e por isso de difícil domínio. Portanto, ao invés de ocorrer uma soma de saberes ou pelo menos um diálogo, pode ocorrer um confronto entre formas de planejar e gerir a existência.]

¹⁶ CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994. p. 261.

¹⁷ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p. 81.

O resultado do embate é conhecido e facilmente percebido. Se faz sentir mais forte no meio da militância política. Por um lado, se há um tempo em que as propostas políticas, econômicas, religiosas baseadas na racionalidade, no planejamento, na promessa de um futuro melhor, exercem atração sobre certos setores das camadas sociais populares, com o passar do tempo, (e às vezes, curtos períodos mesmo) aparece a indiferença, o vacilar e por fim, a rejeição destes setores populares àquelas propostas. Por outro lado se há pessoas ou grupos provenientes dos meios populares, que se apropriam da forma racional ou analítica de organizar e gerir a existência, é fácil acontecer que abandonem a forma analógica, ou seus esquemas anteriores de perceber e organizar o cotidiano. Ocorre assim um desenraizamento e portanto, a meu ver, um empobrecimento, pois um saber de muitas gerações, testado no confronto direto com os percalços do dia-a-dia, se perde, se anula.

(Uma das possíveis causas deste embate deve estar na postura epistemológica de agentes de pastoral, de militantes políticos e sindicais, que assumem, consciente ou inconscientemente, como pressuposto, a supremacia do conhecimento científico, como a verdade única.) Quer dizer, acredita-se e toma-se como «dogma de fé» que o conhecimento científico e racional, em seus variados ramos — e a ciência política entre eles — seja a melhor forma, ou a forma mais eficiente de «interferir na realidade».

Daí decorre que, baseado nesta supremacia, o militante, o agente e outros, passa a ignorar, subestimar e desqualificar outras formas de conhecimento. (Mesmo nos casos em que tenta-se estabelecer um diálogo com estas práticas populares, dificilmente se tem instrumentos teóricos para conhecê-las e compreendê-las.)

Os setores populares, as camadas sociais populares respondem com a indiferença, e por fim com a rejeição. O que poderia ser uma porta de entrada, torna-se assim, a porta de saída.

Esta dissertação quer ser, além das finalidades acadêmicas, uma contribuição no sentido de levantar questões, oferecer pistas para uma compreensão mais ampla destes embates. Também ela é situada historicamente. (Situa-se em um período de refluxo dos movimentos populares, das chamadas pastorais sociais e das organizações de esquerda ou mais amplamente, das organizações ligadas e comprometidas com o interesse, as lutas e reivindicações das maiorias empobrecidas deste país.)

Em termos de Igreja Católica em Santa Catarina, houve um auge deste «movimentos», ou destas pastorais que pode ser datado entre 1986 e 1990. Neste período, criou-se a Romaria da Terra de Santa Catarina, um grande evento que reunia mais de 20.000 agricultores, como veremos adiante. Criou-se também a Romaria dos Sem Teto, no ano de 1989.

A Romaria da Terra continuou e adentrou pela década de 90. É realizada a cada ano e mantém praticamente o mesmo número de romeiros. Entretanto, a Romaria dos Sem Teto só foi realizada naquele ano e no ano seguinte. Esta constatação evidencia um certo declínio neste setor. Além disso, não foram criados nenhum outro destes eventos pastorais.

Uma outra evidência deste refluxo é que a Igreja de Santa Catarina entrou em processo de avaliação e replanejamento em novembro de 1986. As conclusões se deram com a elaboração do 8.º Plano de Pastoral em outubro de 1989. Três anos depois¹⁸. Este documento, deveras rico, para a análise da Igreja em Santa Catarina, neste período, evidencia também a forma como os «destinatários da ação pastoral» estavam respondendo àqueles «organismos pastorais» destinados à «recuperar a soberania do povo e o seu poder de mobilização, e apoiar as organizações populares»¹⁹

18 Ver (CNBB - 8o. Plano de Pastoral: 1990-1994) Passo Fundo - RS: Berthier, 1990. p.9.

19 Idem. p.9.

ou as chamadas «pastorais sociais». Os coordenadores destas pastorais também participaram desta avaliação. Entre eles faziam-se presentes os coordenadores das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral da Saúde, da Pastoral da Juventude, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Pastoral Operária (PO) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Na parte intitulada Diagnóstico Pastoral de Santa Catarina aponta-se as forças de «oposição ao Reino» ou que «impedem ou atrapalham»²⁰ a Evangelização, ou a proposta pastoral da Igreja. As três primeiras forças que aparecem são: «tradicionalismo religiosos, mentalidade conservadora do povo, e lentidão do povo para assimilar as mudanças»²¹.

Então nota-se que a Igreja criadora da Romaria da Terra em 1986, percebe, no final da década de 80, a «lentidão do povo» e aponta que um dos cinco maiores problemas enfrentado pelas pastorais é «buscar respostas aos problemas da terra e dos agricultores»²².

Esse descrédito e indiferença dos agricultores, ou dos homens e mulheres da área rural do Estado, pode ser estendido também aos movimentos populares. O Movimento dos Sem Terra, criado em Santa Catarina em 1981, fez sua grande ocupação de terras em 1985 (como veremos adiante) e depois disso, não houve outra ocupação de terras nas mesmas dimensões. A Igreja apoiava «diretamente» o movimento.

Minha proposta para esta dissertação é, ao invés de «buscar as causas» do «descrédito e indiferença popular» nas estruturas políticas e econômicas, na conjuntura e na alienação da massa, analisar o discurso pastoral confrontando-o com a racionalidade política de esquerda e de direita e o discurso dos agricultores e abrir pistas para que se

²⁰ Idem. p.167.

²¹ Idem. Ibidem.

possa perceber onde e em que o discurso analítico pode somar ou complementar-se com o discurso dos setores populares.

²² Idem. p.89.

CAPÍTULO PRIMEIRO

«Nós, que fomos educados na mitologia do Antigo Testamento, poderíamos dizer que o idílico é uma imagem que ficou conosco como uma lembrança do paraíso. A vida no paraíso não era semelhante ao caminho em linha reta (...)».

(Milan Kundera, em "A Insustentável Leveza do Ser")

1. A RACIONALIDADE DESENVOLVIMENTISTA OU O MITO DO PROGRESSO

Uma listagem das representações mais veiculadas sobre o Estado de Santa Catarina, nas décadas de 70 e 80, com certeza encamparia a imagem do «modelo de desenvolvimento catarinense». Segundo Michels,

«este modelo tem como características básicas: um Estado que corresponde a somente 1,1% do território nacional, sustentado na pequena propriedade; a pequena e média empresa, que com trabalho, dedicação e principalmente perspicácia empresarial se constituíram nos alicerces das hoje, grandes empresas do Estado»²³.

²³ MICHELS, Ido Luiz. Uma Crítica à Economia política Catarinense. Paraiba: UFP, 1993. Dissertação de Mestrado em Economia. p.200.

Estas representações referentes à agricultura serão utilizadas neste capítulo para efeito de análise, pois trata-se de perceber como as elites intelectuais e governamentais, a extensão rural e a agroindústria catarinenses constroem seu discurso ou seu texto ou ainda, sua proposta de racionalização da vida rural. Elas são tomadas como construções discursivas das classes dominantes.

Sobre os «discursos dominantes», Maffesoli afirma que «num campo antropológico (...) individualismo ou filantropia, cosmopolitismo ou patriotismo, intimismo e progressismo etc., podem se suceder, se negar, se excluir, enquanto valores ou ideologias dominantes ou secundárias, nada mais fazem do que repetir uma maneira social ou individual de afrontar o destino»²⁴.

Isso não quer dizer que não exista história ou que não haja mudanças e permanência, pois existe um campo para o suceder-se, para a exclusão, a negação e as várias modulações. Quer apontar sim que existem tensões, conflitos entre os vários discursos e formas de organizar a existência.

É então, a partir desse campo que analiso os discursos das elites, enquanto formação discursiva baseada no progressismo, na planificação e no Mito Oficial do Progresso. Isto me parece necessário que seja feito para melhor compreendermos o discurso da CPT/SC e perceber em que medida esta outra modulação de afronta ao destino lhe sucede, nega ou exclui.

[Os discursos das elites catarinenses relativos à agricultura referem-se, entre outras temáticas, à pequena propriedade, à industrialização e ao êxodo rural.] Tais representações, em muitos casos, [direcionam-se a evidenciá-las como características peculiares do Estado, como marca registrada de Santa Catarina.] Os discursos não são

²⁴ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op Cit. p.84.

elaborados, inventados no momento de sua divulgação. Longe de serem feitos de improviso, são fundamentados em outros discursos, outros campos de saber. Como diz Eder Sader, «os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas em primeiro lugar à própria cultura instituída reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais»²⁵.

Visando construir as representações sobre a agricultura, as elites governamentais basearam-se nas diversas análises encomendadas aos economistas catarinenses, como demonstra Schmitz. Por exemplo, ao elaborar seu plano econômico, o governador Colombo Machado Salles (1972-74) «reuniu uma equipe de técnicos e com ela deu início a um processo de planejamento»²⁶. É com base nas representações destes especialistas que foram constituídas as racionalidades e os planejamentos políticos e econômicos neste período, no Estado. Convém então uma breve análise destes «construtores de saberes».

Ao analisar os economistas catarinenses, Ido L. Michels²⁷, os classifica em quatro grupos. Assim sendo, os chamados periféricos vinculam a evolução histórico-econômica de Santa Catarina à relação com o centro econômico do País, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Este grupo é representado por autores como Etienne L. da Silva e os pesquisadores ligados ao Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG). Estes autores fundamentam suas análises no conceito de centro-periferia desenvolvido inicialmente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

²⁵ SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entram em Cena. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.p. 142-329.

²⁶ SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a Experiência do PLAMEG. Florianópolis: UFSC, FESC/UEDESC, 1985, p.22.

²⁷ Sobre os economistas catarinenses ver obra citada de Ido Michels.

Desta sigla veio a designação de economistas cepalinos.

O segundo grupo onde destacam-se nomes como Idaulio José Cunha, Maria Luiza Renaux Hering, Ondina Boslle e Ady Vieira Filho é o dos schumpeterianos. Estes atribuem ao empresariado catarinense (alemães e italianos) a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico do Estado. O economista tcheco Joseph A. Schumpeter, do qual deriva o nome schumpeterianos, desenvolveu a teoria econômica «onde aparece a figura central do empresário empreendedor-agente econômico que traz novos produtos para o mercado por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica»²⁸. Para estes autores, a grande visão de negócios do empresariado catarinense foi fundamental na geração de excedentes de capital, possibilitando o investimento no desenvolvimento industrial.

Alguns economistas não se filiam a estas duas concepções econômicas e por isso são classificados em um terceiro grupo, chamado por Michels, de outras contribuições. São eles, Armem Mamigonian, sustentando que a base da acumulação de capital catarinense está na pequena produção mercantil; Paul Singer, considerando como variáveis básicas a produção camponesa e as mercadorias de boa qualidade, e Antônio Barros Castro afirmando que Blumenau, cidade por ele estudada, integra-se ao mercado nacional a partir de bens superiores, sem concorrentes no mercado nacional.

Por fim, os desenvolvimentistas explicitando em seus trabalhos a necessidade da intervenção do Estado na economia, por meio de planejamento, criação

²⁸ SCHUMPTER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Juro e Ciclo Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.11.

de infra-estrutura, crédito e educação, com o objetivo de auxiliar a «pioneira ação do empresariado catarinense». Buscam sustentação teórica e técnica na CEPAL. São responsáveis pela criação e defesa da categoria «modelo empresarial catarinense» ou «modelo catarinense de desenvolvimento». Alcides Abreu, Fernando Marcondes de Mattos e Paulo Fernando Lago estão entre os autores a defenderem esta proposta.]

Mais do que os outros interessa-nos, para esta dissertação, o quarto grupo, os desenvolvimentistas. Estes tiveram maior participação na elaboração das representações e das políticas governamentais para a agricultura no período estudado. Por defenderem a intervenção econômica do Estado em defesa da iniciativa privada, lançaram-se com maior vigor na tarefa de construir uma racionalidade fundamentada no discurso desenvolvimentista²⁹.

O final da década de 50 e início dos anos 60 é tido na história econômica, como um ponto de ruptura na economia dos três Estados do Sul. Os investimentos públicos e privados direcionados para esta região do país, no período anterior a Juscelino Kubistchek, tiveram outro destino, principalmente os investimentos públicos privilegiavam a região Sudeste.

Na região Sul, no final dos anos 50, conforme Michels, «coloca-se o impasse entre o aprofundamento da condição de economias periféricas em relação a São Paulo especialmente, ou a ruptura com tal situação a partir da ação estatal-desenvolvimentista».³⁰

É neste contexto que se gera este debate sobre a política econômica em

²⁹ Chamo de discurso desenvolvimentista ou racionalidade desenvolvimentista genericamente a uma construção discursiva dada ler à vários grupos e entre eles os agentes de pastoral e agricultores de Santa Catarina, baseada na utilização da tecnologia como instrumento para se chegar a um « estágio ótimo » de desenvolvimento no campo. Portanto não se trata de doutrina econômica difundida pelos desenvolvimentistas.

³⁰ MICHELS. Ido Luiz. Op. Cit. p.249.

Santa Catarina ou seja, [o Brasil entrara em um «processo acelerado de industrialização». Fundava-se o Instituto Superior de Estados Brasileiros (ISEB) cujo objetivo era «elaborar e difundir uma espécie de ideologia do desenvolvimento capitalista independente»³¹].

Deste debate entre políticos, técnicos e empresários locais acabou por configurar-se a convicção de que «as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao Governo Federal — cabendo portanto, aos Governos locais ampla tarefa no que tangia a formulação de metas e execução de programas»³².

[Este discurso de ênfase acentuada no desenvolvimento instituiu-se em Santa Catarina no final da década de 50 e início de 60. A FIESC (Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina) tomou a iniciativa de fazer um diagnóstico das condições do Estado para a implantação de uma política de industrialização.] O então presidente desta entidade, Celso Ramos, ligado à indústria madeireira da região serrana e político de velha estirpe do PSD, foi lançado à candidatura ao governo do Estado nas eleições de 03/10/60. Segundo Marli Auras, «sua campanha eleitoral ergueu a bandeira da modernização do Estado» e a plataforma de governo de seu partido «possibilitou a constituição de uma aliança social trabalhista (PSD-PTB-PRP) que saiu vitoriosa das urnas»³³.

A plataforma política de Celso Ramos baseou-se no Seminário Sócio-

³¹ OHLWEILER, Otto Alcides. Evolução Sócio Econômica do Brasil: do Descobrimento à Nova República. Porto Alegre - RS: Tchê, S.D.

³² FONSECA, Pedro Dutra. Da Hegemonia à Crise do Desenvolvimento: a História do BRDE. Porto Alegre: BRDE, 1988. p.138.

³³ AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra dos «Fanáticos» do Contestado à Opção pelos Pequenos. São Paulo: PUC, 1991. Tese de Doutorado. p.332.

Econômico realizado pela FIESC em 1960, «envolvendo milhares de lideranças comunitárias pelos diferentes municípios»³⁴. E, baseado neste mesmo documento foi construído o Plano de Metas do Governo, PLAMEG. O economista desenvolvimentista Alcides Abreu, foi escolhido como secretário executivo do Plano. Este especialista em Direito e Ciências Econômicas «ocupou vários cargos de destaque junto à administração estadual, particularmente ligados à política de desenvolvimento econômico-social»³⁵, foi professor da UFSC. Foi integrante dos quadros da FIESC praticamente desde a sua fundação³⁶.

A nomeação de Abreu para capitanear a execução do PLAMEG é uma demonstração evidente da postura desenvolvimentista das elites governamentais de Santa Catarina. Evidencia também os seus esforços de manutenção do poder. Em seu estudo, (Auras afirma que «as forças conservadoras catarinenses que, no PSD (comandado pela família Ramos) e na UDN (comandada pelos Konder-Bornhausen) vinham determinando os destinos de Santa Catarina, a partir da República Velha, costumavam digladiar-se sobretudo em épocas eleitorais, para definir qual das duas facções iria assumir o palácio governamental»³⁷).

(De fato, ao erguer a «bandeira da modernização», tendo como executor um desenvolvimentista, um Ramos (Celso Ramos) pedecista, vence nas eleições de 1960, um Bornhausen (Irineu Bornhausen), «após uma década de governo udenista»³⁸). E o «sucesso» do Plano foi tanto que como observa Schmitz, na segunda metade do governo de Ramos, se deu o golpe militar de 64 «e não obstante, não sendo governador

³⁴ Idem. p.331.

³⁵ V.V.A.A. Ensaio Sobre a Economia Catarinense. Florianópolis, SC: Edeme, 1970. p.9.

³⁶ AURAS, Marli. Op. Cit. p.333.

³⁷ Idem. p.334.

³⁸ Idem. p.333.

do sistema que ganhou a Revolução, sua programação prosseguiu legítima e válida»³⁹ e ainda o Governo Celso Ramos, conseguiu fazer seu sucessor na pessoa de Ivo Silveira, manteve a continuidade político administrativa.]

[Em fevereiro de 1966 era decretado o AI-3 estabelecendo as eleições indiretas dos governadores dos Estados. Durante o período em que os governadores eram nomeados, continuava discurso desenvolvimentista.] e o Estado intervinha com seus benesses em favor da iniciativa privada como demonstrarei adiante.

A FIESC e as elites governamentais e intelectuais catarinenses comprometidas com a acumulação do capital, preconizavam a expansão econômica e um dos setores a ser incrementado era a agricultura.] Implementava-se a racionalidade desenvolvimentista.

Na construção desta racionalidade observamos uma série de representações sobre a agricultura. Uma delas refere-se à pequena propriedade. Como se verá no próximo item, constitui-se uma série de imagens relativas à agricultura de subsistência. Nesta tarefa houve uma recorrência principalmente a estudos de história e economia catarinenses. Os desenvolvimentistas realizaram assim uma espécie de substituição de imagens relativas à pequena propriedade. Surge então o que chamo de um novo ícone.

1.1 A PEQUENA PROPRIEDADE E O NOVO ÍCONE

Em seus textos de onde analisa a agricultura catarinense, [Mattos afirma em que «a pequena propriedade constitui a principal base da agricultura catarinense»⁴⁰]

³⁹ SCHMITZ, Sérgio. Op. Cit. p. 62.

*⁴⁰ MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina, Tempos de Angústia e Esperança: Subsídios para um Programa de Governo. Florianópolis: Edição do Autor, 1978. p.p. 154-215.

Esta afirmação possui uma centralidade neste discurso. De um lado [serviu como marketing político], pois o modelo de «desenvolvimento catarinense» representava-se assim, no cenário nacional, [como sinônimo de aplicação justa da distribuição de terras e Santa Catarina — paraíso do minifúndio — representava-se como um Estado onde não havia necessidade de se fazer Reforma Agrária⁴¹].

Mattos acrescenta ainda que «a pequena propriedade constitui a principal base da agricultura catarinense e com ela temos que conviver» e que «apesar de representar um sério obstáculo ao desenvolvimento econômico do Estado, o fato é que o planejamento estadual tem que adaptar-se a esta realidade»⁴².

Este economista exerceu o cargo de assessor econômico do governo estadual, lecionou Economia Política na UFSC. Exerceu cargo de técnico do Banco de Desenvolvimento do Estado e frequentou, entre outros, o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico realizado pela CEPAL no Rio de Janeiro. Foi, no dizer de Michels, «um dos ideólogos do desenvolvimentismo em Santa Catarina»⁴³.

[Ao afirmar que a pequena propriedade representava um sério obstáculo] ao desenvolvimento e que o planejamento ou a intervenção do Estado seriam necessários para a superação daquele «entrave», [o autor assume francamente o desenvolvimentismo]. Ao mesmo tempo, constrói uma imagem adequada a seu discurso sobre aquela prática agrícola.

[O desenvolvimentismo, conforme Mantega⁴⁴, foi a ideologia que mais

*⁴¹ Ver MICHELS, Ido Luis. Op. Cit. p.17.

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ Idem. p.214.

⁴⁴ Sobre o Nacional Desenvolvimentismo ver a obra de Guido Mantega: A Economia Política

influenciou a economia política brasileira e latino-americana nos anos 40 e 50. Seus protagonistas apregoam que para haver desenvolvimento nos países periféricos é necessário incrementar a participação do Estado na economia por meio do planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nos primórdios da década de 50 a economia política brasileira seguia as orientações de autores estrangeiros especializados no subdesenvolvimentismo. A partir da metade desta década, surgem os primeiros trabalhos brasileiros gestados no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e ancorados na CEPAL.

A CEPAL surge no final da década de 40. Ao tratar das origens do desenvolvimentismo, Mantega recorre à polêmica travada entre dois personagens de destaque tanto no plano teórico como político-econômico do Brasil na década de 40. «O primeiro, Roberto Simonsen, empresário, líder da Federação das Indústrias de São Paulo, defendendo o intervencionismo; o segundo, Eugênio Gudín, professor de economia, diretor de empresas estrangeiras de serviço, defendendo o liberalismo»⁴⁵.

Segundo o mesmo autor as duas posturas teóricas representam o jogo de interesses das principais forças econômicas do país neste período ou seja, «de um lado, estavam as oligarquias agroexportadoras, comprometidas com a burguesia comercial importadora e exportadora e com o imperialismo comercial e financeiro que defendiam o livre trânsito de capitais e mercadorias»⁴⁶, representados por Gudín. Do outro lado, «estavam as forças sociais que ganhavam projeção na esteira da expansão urbano-industrial, configurada pela emergência e consolidação da acumulação industrial em bases nacionais, carente de proteção da concorrência externa, de infra-estrutura,

Brasileira. São Paulo/ Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1985.

⁴⁵ MANTEGA, Guido. Op. Cit. p.26.

⁴⁶ Idem. Ibidem.

insumos e de uma maior intervenção estatal»⁴⁷, representados por Simonsen.

O mesmo quadro se repetia em relação à «parte latino-americana do mundo capitalista»⁴⁸. [A preocupação fundamental dos cepalinos era explicar o atraso da América Latina e encontrar formas de superá-lo.] Para os vários intelectuais que fizeram parte desta comissão, os países periféricos estavam amarrados pela falta de dinamismo de suas estruturas produtivas baseadas num punhado de produtos primários, com pouco desenvolvimento industrial e tecnológico, e ainda, teleguiados por mercados consumidores do centro. [A saída proposta se dava pela implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial que promovesse a reforma agrária, melhorasse a alocação de recursos produtivos e impedisse a evasão da produtividade. O Estado passava a ser o racionalizador da economia.]

A proposta da CEPAL, também é uma tentativa de gestão da existência. Nota-se que o grande Mito Oficial do Progresso se traduz na proposta de um futuro deslumbrante e grandioso onde a utopia se chama «bem estar econômico». Como afirma Mantega a CEPAL propunha medidas que objetivavam «modificar a estrutura econômica da periferia, propiciando a elevação e a retenção da produtividade e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais»⁴⁹. Esta racionalidade, produz uma linearidade que se desloca de um lugar ruim — sem dinamismo, com a estrutura produtiva reduzida, sem desenvolvimento industrial e tecnológico — para outro, seu oposto, um lugar ótimo, onde as carências são superadas.

O progressismo da CEPAL baseado na linearidade, planificação e na razão,

⁴⁷ Idem. Ibidem.

⁴⁸ Idem. p.47.

⁴⁹ Idem. p.41

propõe realizar uma ruptura onde alguns males precisam ser extirpados para que se alcance um fim. O entrave principal é o atraso econômico cujas causas são a falta de indústrias, de conhecimentos tecnológicos e a estrutura fundiária. Para os cepalinos, «se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizados nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou qualquer atividades pré-capitalistas associados com o imperialismo comercial»⁵⁰.

Esta planificação e racionalidade aplicadas a Santa Catarina ganha contornos próprios. Na agricultura, o mal que precisa ser extirpado tinha o nome de pequena propriedade, pois, para os desenvolvimentistas, o que caracteriza este Estado não é o latifúndio. Os outros males são o atraso tecnológico e a falta de industrialização.

Entretanto, o planejamento político-econômico não foi facilmente aceito em Santa Catarina. Como demonstra Schimtz ao descrever a evolução do planejamento político a nível Federal, «a sua irregularidade e falta de continuidade, a par de deficiências nas implementações e acompanhamento, trouxeram na maioria dos casos, baixos índices de consecução de resultados, o que de certa forma gerou o seu descrédito na opinião pública. A nível estadual repetiu-se um quadro semelhante ao nacional»⁵¹.

Esta dificuldade de aceitação dos planejamentos estaduais, de certa forma, explica a produção de abundante material em defesa do desenvolvimentismo, nas décadas de 70 e 80. As representações sobre a pequena propriedade no discurso desenvolvimentista serviram também como argumento à implantação desta política.

Auras, aponta que «como encontrava-se em vigor todo aparato repressivo da ditadura assegurando o 'clima de tranquilidade', pelo poder central e de acordo com

⁵⁰ Idem. p.42

⁵¹ SCHMITZ, Sérgio. Op. Cit. p.19.

as forças sustentadas do golpe de 64, os governantes tinham as mãos inteiramente livres para conduzir as políticas públicas na direção dos interesses dos setores privados de maior expansão»⁵². [Enfatiza também que, «todos os atuais grandes grupos econômicos catarinenses — hoje eleitores de peso graças ao seu poderio econômico — foram enormemente auxiliados pelas benesses governamentais do Estado Autoritário»⁵³. Assim sendo, «ao longo dos anos 60 e 70, as indústrias catarinenses avançaram de modo acelerado, a ponto de conseguirem colocar seus produtos em mercados exigentes do Primeiro Mundo»⁵⁴.

O setor industrial que mais cresceu neste período é o agro-industrial) como demonstrarei adiante. Tal crescimento se deve, em grande parte, à política de investimento do Estado, investimento este que poderia ser direcionado aos setores mais desfavorecidos da agricultura como os pequenos agricultores, os sem terra, os bóia-fria e outros.

Parte da (intelectualidade catarinense) aquela comprometida com os interesses das leites políticas e com o empresariado agrícola emergente, oferecia (sustentação teórica e técnica à política desenvolvimentista.)

Na construção de uma linearidade que servisse de explicação para o «estado de atraso» em que, na visão dos economistas desenvolvimentistas, se encontrava Santa Catarina, (houve uma recorrência à história da ocupação do seu espaço territorial. Paulo Lago, era nesta época, professor de geografia na UFSC. Frequentou vários cursos de especialização em geografia econômica e foi responsável por vários projetos de pesquisa nesta área. Foi também um destes pesquisadores a construir este discurso. Ressalta ele

⁵² AURAS, Marli. Op. Cit. p.345.

⁵³ Idem. p.343.

⁵⁴ Idem. p.p.345-346.

que, «em Santa Catarina a vinculação do homem à terra tornou-se fato marcante, com a efetiva posse das pequenas propriedades, por muitas famílias»⁵⁵.

O autor demarcava a existência da pequena propriedade no início da história do Estado. Tal circunscrição objetiva identificar, dentro da linearidade do progresso, a pequena propriedade como «coisa do passado»). Aprofundando ainda mais o argumento, o autor remete-se à historiografia da colonização açoriana em Santa Catarina ocorrida durante os séculos XVIII e XIX. Diz ele que «subordinados longamente a uma economia de subsistência, esta não podia conduzir a um nível de desenvolvimento, pois é criadora do 'caboclo', da acomodação e do estiolamento técnico»⁵⁶.

Como se percebe, (o progressismo desenvolvimentista define mais precisamente o tipo de pequena propriedade a que se refere. É aquela caracterizada pela economia de subsistência e que não se utiliza da «tecnologia moderna», em outras palavras, uma atividade econômica pré-capitalista.) Explorando as «desvantagens» da agricultura de subsistência, Lago arremata que «a etapa do povoamento colonizador vicentista açoriano, foi o período em que as dificuldades chegaram ao extremo»⁵⁷.

Analizando-se a historiografia catarinense, percebe-se que esta também produz imagens onde, no início estava a agricultura «primitiva», «atrasada», «de subsistência», «cabocla» e «estagnada»). O historiador Walter Piazza representa a agricultura praticada na colonização açoriana afirmando que «a terra era imprópria para a agricultura, era fraca. Areais e mangues foram as causas da mal fadada colonização»⁵⁸. Outro historiador, Osvaldo Rodrigues Cabral, representa com mais

*⁵⁵ LAGO, Paulo Fernando. Geografia de Santa Catarina. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A., 1971. p.130.

⁵⁶ Idem. p.57.

⁵⁷ Idem. Ibidem.

⁵⁸ PIAZZA, F. Walter; HUBENER, Laura M. Santa Catarina : História da Gente. 2.ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p.p.37-38.

detalhes, a «tragédia» da agricultura não tecnificada, praticada no planalto catarinense no final do século XIX e início do XX. Descrevendo os «excluídos» do sistema agrícola daquela região, arrola que

«estes excedentes, cujo futuro não se apresenta nada promissor, com família constituída, muitas vezes, abalaram-se para o sertão. Iam para frente, instalar-se num rancho por eles construído (...) para viver da caça, da colheita da erva mate, mantendo em redor da moradia tosca e miserável, uma roça, uma pequena lavoura que a mulher ajudava a cuidar e que servia para trocar com evidente prejuízo, pelos gêneros de que mais necessitava em tais cafundós: o sal, a farinha, a querosene, a munição para sua arma e peças mais simples e rudimentares de seu vestuário»⁵⁹.

Embora a racionalidade desenvolvimentista seja mais claramente assumida por Piazza, ambos, a partir da investigação histórica, auxiliaram a “borrar” a velha imagem de que a pequena propriedade, ou a agricultura de subsistência era uma espécie de sustentação da economia catarinense. O positivismo assumido enquanto método, por estes autores, condicionou sua visão da «história agrária catarinense». Os tornou então participantes desta espécie de iconoclasmo. (Ao negar qualquer valor ou utilidade, à agricultura de subsistência, os economistas e historiadores citados estavam praticando uma quebra de imagens e erigindo outras em seu lugar.)

Os defensores da modernização da agricultura em Santa Catarina, através da depreciação da imagem da agricultura de subsistência, objetivavam estabelecer uma desconfiança em relação à representação, até certo ponto bucólica, de agricultura

⁵⁹ CABRAL, Osvaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. 2.ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979. p.94.

corrente no modelo agrário-exportador. Este era o modelo de política agrícola até então praticado pela elite política catarinense.

Sobre estes «rituais» iconoclastas vale a pena citar Maffesoli pois ele propõe que «cada vez que prevalece a desconfiança em relação à imagem elaboram-se representações teóricas e modos de organização social que tem o longínquo como denominador comum»⁶⁰. O longínquo para os desenvolvimentistas é a industrialização da agricultura, a tecnificação cujo oposto, como já vimos, é a pequena propriedade, ou a agricultura de subsistência.

Ou seja, o longínquo representa os grupos agro-industriais em ascendência vistos como portadores de um futuro de «leite e mel» enquanto a agricultura de subsistência refere-se à política dos coronéis ou a também chamada política econômica não intervencionista.

Neste movimento de colocar no lugar do ícone quebrado uma nova imagem, foram elaboradas outras representações sobre a agricultura catarinense. O tema central das novas imagens passou a ser a tecnologia.

Assim, Piazza ao referir-se à colonização alemã no Vale do Itajaí afirma que «a preocupação com os aspectos sociais e econômicos promoviam o seu desenvolvimento global. Por volta de 1859, já era significativo o número de engenhos de farinha, de açúcar, assim como a existência de alambiques, moinhos de milho, serrarias, fábricas de vinagre, de cerveja e olaria»⁶¹. O autor pontilha a área rural colonizada pelos europeus com grande número de pequenas empresas em cujas engrenagens está sendo gestado o «desenvolvimento catarinense». A esta nova imagem da agricultura catarinense junta-se aquela descrita por Lago, onde «a manipulação local

⁶⁰ MAFFESOLI, Michel. O Tempo das Tribos - O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987. p.191.

⁶¹ PIAZZA, F. Walter. HUBENER, Laura M. Op. Cit. p.68.

dos produtos da agropecuária e dos recursos naturais existentes dá, à paisagem agrária certa identidade não muito freqüente no mundo rural brasileiro»⁶².

Estas regiões de colonização europeia adquiriram assim o «status» de símbolo catarinense e sinônimo do seu «progresso e dinamismo». Além disso a colonização foi elevada ao nível de marco histórico do Estado na linearidade do racionalismo desenvolvimentista. Os autores estudiosos da economia política ou da história econômica, destacam o papel do imigrante europeu, especialmente alemães e italianos, nas origens da industrialização estadual. Tal postura caracteriza a construção de uma cronologia quase comum a eles. Nela a história de Santa Catarina estaria dividida em dois grandes períodos compreendendo o primeiro, ao tempo que vai desde o descobrimento até 1850, ou a chegada dos primeiros imigrantes europeus. O segundo período segue desta data em diante.

Neste sentido a linearidade desenvolvimentista é reforçada, de modo particular, pelos economistas schumpeterianos. Como já vimos, sua visão econômica leva à uma espécie de culto ao empresariado estadual. Ondina Boslle destaca que « (...) a economia catarinense se caracteriza na sua primeira fase de vida econômica, como de subsistência, a nível de consumo local (...) »⁶³. Os economistas ligados ao CEAG, referindo-se às mesmas áreas de colonização, afirmam que «a mentalidade do colono, em especial do alemão, tem sido um dos pontos mais destacados, no que se refere aos aspectos culturais ligados à economia. Sua capacidade empresarial tem sido apontada como fator de sucesso da industrialização»⁶⁴. A esta representação linear da história

⁶² LAGO, Paulo Fernando. Op. Cit. p.128.

⁶³ BOSLLE, Ondina Pereira. História da Industrialização Catarinense: das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988. p.p. 21-155.

*⁶⁴ CEAG/SC - Centro de assistência Gerencial de Santa Catarina. Evolução Histórica: Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980. p.p. 39-214.

catarinense que também não deixa de ter uma coloração racista, Mattos junta que «não há dúvidas que o processo de colonização de Santa Catarina foi extraordinariamente enriquecido com os fluxos migratórios (...)»⁶⁵.

Se perguntássemos a este último, como ele justifica isto, com certeza responderia que,

«se verificarmos os parques industriais do Litoral Norte e do Vale do Itajaí, marcantemente alemães; as notáveis iniciativas no campo agro industrial no Rio do Peixe e Oeste conduzida notadamente por italianos. O florescente parque cerâmico do Sul do Estado e outras iniciativas relacionadas com o carvão, também por italianos. A exitosa experiência dos japoneses na área de fruticultura e de enorme perspectiva para a economia do Estado; e assim por diante vamos verificar que a variável histórica foi e deverá ser um dado altamente positivo no desenvolvimento econômico de Santa Catarina».⁶⁶

A variável histórica referida por Mattos é, como se percebe, a colonização. O autor arrola especificamente aquelas regiões onde houve acumulação de capital. Na racionalidade desenvolvimentista, é bom lembrar, a indústria e a tecnologia são o caminho para se chegar ao fim que é o desenvolvimento econômico. (Em relação à área rural, o novo ícone terá forma da agroindústria e da agricultura tecnificada, iniciada pelo imigrante europeu. Portanto, o imigrante europeu é aqui uma espécie de herói fundador, da nova era de progresso, onde as elites empresariais estatais, financiadas pelo Estado, aceleravam a acumulação de capital, enquanto amplas camadas da população eram colocadas à margem.)

⁶⁵ MATTOS, Fernando M. de. Op. Cit. p.p. 127-128.

⁶⁶ Idem. Ibidem.

O progressismo desenvolvimentista em sua receita linear e planificada cheia de sentido e racional, argumenta que, para haver desenvolvimento é necessária a intervenção do Estado financiando a iniciativa privada. Vimos também, que esta proposta gerou uma série de representações sobre a pequena propriedade e a indústria. Da mesma forma se entende as representações sobre a distribuição populacional em Santa Catarina, na relação rural-urbano.

Ou seja, [ao tratar da distribuição populacional catarinense os desenvolvimentistas criaram uma espécie de «boato» de que estaria ocorrendo uma migração desordenada dos campos para as cidades. Este deveria servir como argumento para a intervenção do Estado afim de “eliminar a desordem”]; É o que veremos a seguir.

1.2 O ÊXODO: DO MITO AO ARGUMENTO

O mito do êxodo é uma construção central no pensamento cristão. Na racionalidade desenvolvimentista ele é esvaziado de seu conteúdo e entendido como o deslocamento das populações rurais para as áreas urbanas. O êxodo rural possui uma centralidade no discurso destes economistas desenvolvimentistas.

Ao tratar deste assunto, Lago afirma que «mesmo sem nos utilizarmos dos resultados do Censo de 70, já em avaliação, poderemos sentir que já se pode falar em êxodo rural’ em Santa Catarina»⁶⁷. Percebe-se no argumento do geógrafo um certo vacilar. Ele não recorre a números para provar sua hipótese, como é a prática comum neste tipo de racionalidade. Ele não afirma mas sugere que «se pode falar», que «se pode sentir» a existência de um êxodo rural no Estado.

⁶⁷ LAGO, P. Fernando. Op. Cit. p.17.

Apesar do «clima de tranquilidade» vivido em Santa Catarina no início da década de 70 e fim de 60, este período é marcado pela intensificação da oposição ao regime militar. Em 1976 um grupo ligado ao PCB, liderado por Carlos Marighela, optava pela luta armada. A este, juntaram-se outros grupos, entre eles o MR-8 e a Vanguarda Popular Revolucionária. A guerrilha urbana começava a agir, em São Paulo, em 1968. Mas, os grupos armados urbanos que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram⁶⁸. Marighela foi morto em 1969. Restou um foco de guerrilha rural que o PC do B começou a instalar em uma região banhada pelo Rio Araguaia, próximo a Marabá situado no leste do Pará — o chamado Bico do Papagaio. Nos anos 1970-1971, os guerrilheiros em número aproximado de setenta pessoas, estabeleceram ligações com os camponeses, ensinando-lhes métodos de cultivo e cuidados com a saúde. A guerrilha foi «desbaratada» em 1975.

Apesar de tudo isso não chegar ao conhecimento do grande público, «pois a sua divulgação era proibida», pode-se estabelecer uma relação entre estes acontecimentos e a preocupação das elites intelectuais catarinenses com a migração de agricultores para as cidades. É possível compreendê-lo melhor se tivermos em conta que no início da década de 70, de onde Lago nos fala, a população do Estado ainda é considerada bem distribuída na relação rural-urbano. Enquanto 57% viviam no campo, 43% habitavam as cidades⁶⁹. O interesse de forjar argumentos para a aplicação da política desenvolvimentista e a convicção de que o desenvolvimento econômico seria a solução para eliminar variados males foram os responsáveis pelo arranjo científico.

Marcondes de Mattos criou um outro artifício. Argumenta ele que «o

⁶⁸ FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2a. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1995 p.483.

⁶⁹ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1983.

crescimento anual da população urbana na década de 1940/50 foi de 3,7%. Já nas décadas seguintes foi de 6,6%. Enquanto isso a população rural crescia apenas 2,7%, 1,9% e 1,4% respectivamente»⁷⁰. Já que os dados numéricos da distribuição populacional não apresentam o contraste suficiente, ou até mesmo negavam a sua afirmação, [o autor recorre às taxas de crescimento populacional. O que importava para estes autores era falar de êxodo rural, tornar o assunto público.] Mattos explora de perto o tema afirmando tratar-se de um fenômeno natural pois « (...) à medida que uma economia se desenvolve, tende a agricultura a perder representatividade como fonte de emprego em benefício dos demais setores. Com isso torna-se inevitável, e até recomendável a transferência de contingentes das áreas rurais para os centros urbanos»⁷¹.

Continuando o mesmo raciocínio, ou a construção desenvolvimentista do êxodo rural em Santa Catarina, o autor aponta que «mas quando ele decorre (...) da atração pura e simples que as cidades exercem sobre os campos, passa a ser prejudicial ou porque esvazia os campos, ou porque superlota as cidades, ou por ambas as coisas»⁷². [Daí em diante estava identificado um outro mal a ser extirpado, ou seja, o êxodo rural.] A racionalidade desenvolvimentista mesmo oferece o remédio propondo que, «de tudo se pode concluir que necessitamos — para corrigir coisas do presente e para prevenir o futuro — de uma planificação mais objetiva»⁷³.

O presente para os desenvolvimentistas, era a «marcha desordenada de agricultores» do campo para as cidades e o futuro — se não planejado — [poderia ser o

⁷⁰ MATTOS, Fernando M. de. Op. Cit. p.154.

⁷¹ Idem. p.250.

⁷² MATTOS, Fernando M. de. Santa Catarina: Nova Dimensão. Florianópolis-SC: UFSC, 1973. p.250.

⁷³ Idem. p.251.

distúrbio social nas periferias urbanas.⁷³ Um «futuro ameaçador» servia como argumento para a política de enriquecimento das elites empresariais catarinenses.

A planificação de que se refere Mattos diz respeito ao planejamento governamental, defendido pelos desenvolvimentistas inspirados, entre outros, em planos de governo como o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial (do segundo governo Vargas), o Plano de Metas (de Juscelino Kubistschek) e o Plano Trienal de Desenvolvimento (do governo João Goulart). O governo federal assumia a prática do planejamento racional, objetivando o desenvolvimento econômico do país. Estes planos de desenvolvimento devem ser entendidos dentro da política internacional norte-americana para os países do terceiro mundo. Continuando, de certa forma, a política do presidente Truman de definição política destes países em relação ao comunismo, Eisenhower, além de «converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada»⁷⁴, passa a dar preferência por uma política em favor do investimento privado, ao invés da política de assistência às nações incluídas na órbita americana.

Resultou daí que «as possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infra-estrutura e para cobrir o déficit da balança de pagamento encolheram sensivelmente»⁷⁵. Esta mudança na política econômica, é sabido, forçou o Brasil a, de certo modo, buscar seu próprio caminho. Durante o governo Dutra e Getúlio houve uma «ampliação da receita das exportações em consequência da guerra da Coréia» que permitiu ao governo, através do mecanismo do confisco cambial, concentrar em suas mãos recursos que foram destinados a incentivar a industrialização»⁷⁶.

[Schmitz em seu estudo afirma que «esta prática de planejamento repercutiu

⁷⁴ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p.411.

⁷⁵ Idem. p.412.

⁷⁶ Idem. p.426.

nas administrações estaduais, que se tornaram permeáveis à lógica do planejamento econômico como meio para solucionar problemas de desenvolvimento e de relações com o planejamento central (...)»⁷⁷.

Em Santa Catarina, o primeiro Plano Estadual foi o Plano de Obras e Equipamento — POE, posto em funcionamento entre os anos de 1956 a 1960. Seguido pelo Plano de Metas do Governo — PLAMEG — entre 1961 e 1965, e do segundo PLAMEG que vigorou deste período até 1971. Foi substituído pelo Projeto Catarinense de Desenvolvimento — PCD —, que «teve presente o Programa de Metas e Bases para Ação Federal do governo Médici»⁷⁸. O quinto, foi o Plano de Governo — PG (1975-1979) — executado em «harmonia com o II Plano Nacional de Desenvolvimento»⁷⁹. Seguiu-se o Plano de Ação — PA (1979-1983). Mais adiante se verá com maiores detalhes a ação do governo seguinte. Contudo, percebe-se nesta listagem de planos, centralizadamente afinados, que o Estado passava a ser o racionalizador da economia direcionando investimentos para setores tidos como «estratégicos» e «prioritários». Ao representar a área rural e urbana como um palco de migrações desordenadas pretendia-se definir a agricultura, diga-se, agroindústria e a cidade, diga-se indústria, como áreas prioritárias, ou estratégicas em cada plano.)

[A historiografia catarinense também ocupou-se deste empreendimento.]
Durante o governo Ivo Silveira (1966-1971), foi realizado um curso chamado Fundamentos da Cultura Catarinense, oferecido pelo Departamento de Cultura da

⁷⁷ SCMITZ, Sérgio. Op. Cit. p.19

⁷⁸ Idem. p.24.

⁷⁹ Idem. p.25.

Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina. Objetivava «oferecer um maior conhecimento das coisas catarinenses em seus variados aspectos, principalmente em seus fundamentos, por parte daqueles que tem atividades paralelas ou como fruto de ensino e cultura»⁸⁰. O curso era solicitado por entidades municipais, estudantes e professores. Assim, numa tentativa de quase cobrir todo o Estado, foi ministrado em 20 municípios dos maiores e «mais importantes e de mais influência regional»⁸¹. Era integrado por Valdir B. Faustino da Silva, Victor A. Peluso Jr., Celestino Sachet, Paulo Fernando Lago e Walter Piazza. Estes autores eram tidos como as maiores autoridades no assunto, naquele período⁸².

[O livre trânsito destes intelectuais em um período no qual a repressão do regime militar inaugurado em 64] chegava, pode-se dizer, ao auge, com a cassação de diversos parlamentares e repressão violenta ao movimento de oposição, respaldado pelo AI-5, decretado em 1968, (evidencia o apoio e comprometimento destes com o regime implantado)

Na parte relativa à história, Piazza pintava um quadro do êxodo rural, destacando que «as tendências atuais da população catarinense são bastante graves. O solo seria suficiente para mais algumas gerações, se houvesse a modernização da agricultura. A solução geral que se vê para Santa Catarina é a fuga para as cidades (...) Não haveria preocupações, se a industrialização, criando emprego nas cidades, tivesse acompanhando esta expansão (...). Estamos evidentemente em período de transição. Confiemos na sabedoria e no patriotismo dos homens que dirigem Santa Catarina e o

⁸⁰ Ver livro Fundamentos da Cultura Catarinense. VV. AA. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. É a reunião das apostilas destes especialistas que ministraram o curso.

⁸¹ Idem. p.

⁸² Idem. p.

Brasil»⁸³.

[O autor, além de apresentar a indústria e a agricultura como áreas de prioridade para a ação do Estado, representava a «gravidade» da migração.] A imagem serve para ilustrar o modo como Santa Catarina passa a ser representada também na historiografia em relação à ocupação de seu território, ou seja, o chão de uma grande marcha desordenada das populações. [Num primeiro momento entre o descobrimento do Brasil e 1960, as últimas levas de gaúchos a instalarem-se no Oeste, ocorre no sentido Leste-Oeste. Daí em diante, a marcha se inverteu e ocorre no sentido Oeste- Leste, onde as populações irão buscar oportunidades de trabalho nas áreas «industrialmente mais desenvolvidas», no litoral.]

A racionalidade desenvolvimentista foi assim justificada por este historiador, dando «sinal verde» à política das elites. [Sua pretensão era afirmar a existência do êxodo rural como um problema a ser resolvido pela mediação do Estado, através do incentivo financeiro à implementação da tecnologia na área rural, ou seja, o incentivo à agroindústria.]

Percebe-se pois que a construção das representações sobre o «êxodo rural» em Santa Catarina foi um artifício do desenvolvimentismo evidenciado também nos momentos em que se desejava sustentar a tese de que estava ocorrendo uma inversão populacional onde as massas estariam, desordenadamente, deslocando-se dos campos para as cidades. Ocorre que isso podia ser referendado por números somente utilizando-se os dados numéricos do País. [Segundo o IBGE a população rural do Brasil alcançava o percentual de 78,5% em 1940, decaindo para 22,8% em 1985. Enquanto isso, em Santa Catarina este percentual era de 67,6% em 1960 descendo apenas para 40,6% em

*⁸³ PIAZZA, Walter. Elementos Básicos da História Catarinense. In: Fundamentos da Cultura Catarinense. VV. AA. Rio de Janeiro: Laudes, 1970. p.74-75.

1980⁸⁴. Para demonstrar a «existência» do êxodo em Santa Catarina, os autores recorrem aos percentuais do Brasil e não do Estado. Este também foi um dos recursos utilizados pela CPT/SC, como veremos no próximo capítulo.)

Todavia, ao analisarmos as representações sobre a agricultura, percebemos uma modificação na imagem da pequena propriedade veiculada pelas elites catarinenses.) Estas aparecem como que remodeladas em publicações como «A Vez do Pequeno: Uma Experiência do Governo Amin»⁸⁵.) O documento caracteriza-se pela defesa da pequena propriedade. Ressalta, por exemplo, que «são quase 180 mil produtores rurais que com propriedades de área inferior a 50 hectares, produzem mais de 80% de nossas riquezas agrícolas»⁸⁶. Afirma-se que nesta «nova proposta» de governo, os pequenos produtores rurais são «retirados do anonimato» e «colocados ao lado da imagem dos grandes»⁸⁷. Além disso, (de atrasados e sem viabilidade econômica, os agricultores passam a ser representados como «industriosos», «responsáveis pela maior parte da produção agrícola», gente que com o mínimo, produz o muito.) É também ressaltado este «modelo de trabalho» pois «embora sejamos gota na imensidão do oceano de terras brasileiras e sem que nosso diminuto pedaço de solo seja dos mais férteis e favoráveis à práticas agropecuárias, Santa Catarina, é o quinto produtor nacional de alimentos»⁸⁸.

No item que segue analiso este discurso no qual a imagem da pequena agricultura é exaltada e defendida como impulsionadora do desenvolvimento

⁸⁴ IBGE, Anuário Estatístico do Brasil. 1983.

*⁸⁵ A Vez do Pequeno: Uma Experiência do Governo Esperidião Amin. Florianópolis: Casa Civil, 1985.

⁸⁶ Idem. p.17.

⁸⁷ Idem. p.16.

⁸⁸ Idem. p.39.

catarinense. Este movimento em certo sentido é um retorno ao velho ícone quebrado pelos desenvolvimentistas.

1.3 A POLÍTICA DO RETORNO AO VELHO ÍCONE

O discurso do Governo Amin parece apresentar uma mudança onde se demarca um retorno à agricultura de subsistência. Neste sentido estaria apresentando uma quebra na racionalidade desenvolvimentista. Além disso, o Estado não estaria colocando-se mais a serviço da agroindústria e sim dos pequenos proprietários] pois, na introdução aos programas da política agrícola justifica-se que «os pequenos camponeses...sabem que sozinhos não chegarão lá» e, portanto, «têm o direito cristalino e legítimo de pretender o apoio governamental, para que possam produzir mais e com qualidade»⁸⁹.

[Neste mesmo governo foram criados diversos programas agrícolas objetivando «valorizar os pequenos agricultores».] Em outubro de 1985, criou-se o fundo de terras, com a finalidade de financiar a compra de terrenos para agricultores sem terra;] o programa de regularização fundiária, a fim de conceder títulos de proprietários a antigos posseiros; os condomínios suínícolas, estes constituídos por 9 a 11 criadores de suínos criando em comum, os animais até o desmame, repartindo-os entre os condôminos para que fossem engordados em suas propriedades. Foi implantado o programa de armazenagem comunitária, o troca-troca de novilhas. Foi feito investimento na diversificação da produção, compra de máquinas e equipamentos,

⁸⁹ Idem. p.46.

criando-se também condomínios de equipamentos agrícolas⁹⁰.

Esta avalanche de programas econômicos merece ser melhor situada. O Governo Esperidião Amin é o primeiro a ser referendado pelo voto dos eleitores depois de uma década de governos estaduais nomeados por Brasília. Marli Auras, em sua tese de doutoramento, fez estudo detalhado deste período. Para ela,

«em 1982, os detentores do poder tiveram que submeter-se ao cheiro do povo, percorrer cidades e interiores, lançar mão de todo seu arsenal coercitivo e persuasivo, usar o aparelho governamental e o dinheiro público como grandes cabos eleitorais na campanha da candidatura da situação. Este candidato tinha que ser a qualquer custo referendado pelas urnas (...)»⁹¹.

Uma das estratégias utilizadas foi a chamada Carta dos Catarinenses. Nesta, a «população foi convocada para elaborar o plano de governo do candidato situacionista». Apesar de a Carta dos Catarinenses não ser uma prática inédita em Santa Catarina, pois Schmitz⁹² demonstra que Celso Ramos utilizou-se da mesma técnica em 1960. Mas podemos nos perguntar: Haverá uma nova racionalidade nestas representações modificadas da agricultura?

Um dos programas governamentais de Amin, serve como porta de entrada para responder tal pergunta. É o troca-troca de novilhas. O programa tinha como objetivo «promover o aumento da produção de leite, a melhoria do rebanho e a elevação de renda dos pequenos». A região prioritária para sua aplicação era a bacia do Alto e

⁹⁰ Ver Resposta à Carta dos Catarinenses. Florianópolis: IOESC, 2ª edição, 1987.

⁹¹ O Governo Esperidião Amin é o primeiro a ser referendado pelo voto dos eleitores depois de uma década de governantes estaduais nomeados por Brasília. Marli Auras. Op. Cit. p.300-301, faz estudo detalhado deste período.

⁹² SCHMITZ, Sérgio. Op. Cit. p.57.

Médio Vale do Itajaí. Contou com a colaboração financeira da FAO — (US\$ 194.000)

— Funcionava da seguinte forma:

«a) os criadores interessados inscrevem-se nas agências da CIDASC (Companhia de Crédito e Assistência Rural de SC) ou da ACCB (Associação Catarinense de Criadores de Bovinos); b) as propriedades são classificadas em 'A' e 'B', segundo as seguintes características básicas: tradição na produção de leite, condições de multiplicação de material genético e inscrição na ACCB, condições zootécnicas do rebanho, importância do leite na formação da renda familiar do pequeno produtor; c) o atendimento dos inscritos selecionados é feito preferencialmente, mediante sorteio; d) os criadores da categoria 'A' recebem duas novilhas cobertas, PO (pura de origem) ou PC (pura por cruzada) ou vacas de primeira cria em início de lactação, das raças holandesa e jersey. Em troca, o criador da classe 'A' fornece três novilhas cobertas ou vacas leiteiras em lactação a serem repassadas aos produtores da categoria 'B'».⁹³

Estes pagam a matriz recebida com um bovino de descarte ou produtos agrícolas. O programa atingiu 41 municípios.

[Podemos notar no discurso mesmo a lógica da racionalidade desenvolvimentista.] Os agricultores priorizados para receber animais de melhor padrão genético foram os de classe «A». As exigências para tal classificação referem-se a propriedades que tenham domínio de alto padrão tecnológico, pois devem apresentar condições de multiplicação da qualidade genética e inscrição na Associação Catarinense de Criadores de Bovinos — ACCB, uma prerrogativa de poucos criadores de bovinos naquela época. Além disso, os animais descartados dos plantéis dos produtores da categoria «A» foram repassados aos produtores da categoria «B». [Portanto, percebe-se que não é uma nova racionalidade que se apresenta neste discurso e nem mesmo que o pequeno agricultor ou a agricultura de subsistência estavam sendo redimidas nas representações constituídas durante o Governo Amin.]

⁹³ Ver o documento A vez do Pequeno. Op. Cit. p. 41.

O governo Amin segue a mesma política elitista dos governos anteriores.)

Segundo levantamento de Michels⁹⁴, durante o governo Colombo Sales (1971-1975), o setor da economia a receber «maior quantidade de recursos financeiros por parte do Estado é o agropecuário»⁹⁵. O Plano do governo Konder Reis (1975-1979), «Governar é Encurtar Distâncias», visava a «dinamização e racionalização da economia, formação e aprimoramento da mão-de-obra e criação de estoques reguladores»⁹⁶. Priorizava os setores de óleos vegetais, frigorificação e derivados. Neste período «as indústrias a apresentarem maiores crescimento foram a Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval todas com atividades no ramos agro-industrial»⁹⁷. No Plano de Ação do governo Jorge Bornhausen dava-se destaque ao incentivo à agroindústria e o «grupo empresarial de maior expansão neste período (1979-1982) foi a USATI/Porto Belo, também agro-industrial»⁹⁸.

Além disso o companheiro de chapa de Amin era Victor Fontana, ligado à empresa Sadia. Como demonstra Auras, «os grandes grupos econômicos participavam ativamente da construção do poder político estadual, quer financiando candidaturas, quer fornecendo nomes de seu próprio quadro de pessoal para o preenchimento de cargos estratégicos nas diferentes escalas do aparelho governamental»⁹⁹. (A fim de garantir a continuidade da política desenvolvimentista, na eleição para governador em 1982, estes empresários se mobilizaram.) De forma que, buscando garantir influência

⁹⁴ Sobre o incentivo financeiro do Estado à agroindústria ver capítulo final da obra citada de Ido Luiz Michels.

⁹⁵ MICHELS, Ido Luis. Op. Cit. p.281.

⁹⁶ Idem. p.288.

⁹⁷ Idem. Ibidem.

⁹⁸ Idem. p. 297-298.

⁹⁹ AURAS, Marli. Op. Cit. p.315.

direta, inclusive familiares diretos dos donos das empresas; ocuparam diversas secretarias. Assim, estiveram « Attilio Fontana e Victor Fontana da Sadia, na Secretaria da Agricultura; Ingo Zadosny da Artex, no Planejamento; Ivan Bonatto, da Perdigão, na Fazenda; Dieter Schmidt, da Tupi, na Indústria e Comércio»¹⁰⁰.

De um lado, o discurso da prioridade aos pequenos, que substituiu o Plano de Ação de Bornhausen, é uma modulação do mesmo Mito Oficial do Progresso. Pode ser entendido como uma tentativa das elites catarinenses de neutralizar a ameaça que representavam os 180 mil produtores rurais de não referendarem, pelo voto, os governos situacionistas. Propõe-se então, um «igualitarismo» onde os pequenos produtores são colocados «ao lado da imagem dos grandes». Ao mesmo tempo, a racionalidade desenvolvimentista se oferece aos agricultores como uma oportunidade de se igualar aos grandes produtores de leite por meio da tecnologia genética.

Portanto, percebe-se que durante o governo Amin a racionalidade desenvolvimentista (reveste-se de um caráter demagógico). O discurso desloca-se de um eixo individualista onde a ação financiadora do Estado dirigia-se à iniciativa privada, para aproximar-se de um igualitarismo de comando¹⁰¹ voltado aos pequenos produtores rurais.

De outro lado, este «igualitarismo de comando» evidencia a receita desenvolvimentista para se chegar ao amanhã cantante, ou seja, é a utilização da tecnologia. Nesta época, fazia já algum tempo que o discurso em defesa da tecnologia feito remédio contra a falta de desenvolvimento era promovido em Santa Catarina.

¹⁰⁰ Idem. *Ibidem*.

¹⁰¹ Ver MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do Presente*. Op. Cit. p. 32. O autor diz que «o igualitarismo de comando(...) é um espelho iluminado, de que se servem alguns em uma ascensão ao poder (...) como o individualismo, este é simultaneamente a causa e o efeito da desagregação social. Bem diverso é o altruísmo, a solidariedade que se exprimem no próprio seio das situações mais selvagens».

Entre as agências difusoras deste, encontramos a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina — ACARESC.

(Podemos ligar o discurso da extensão rural em Santa Catarina à Revolução Verde¹⁰². Uma das imagens centrais neste discurso é a do tripé formado pela tecnologia mecânica e genética, fertilização dos solos e extensão rural.)

(Os estudiosos do assunto vinculam a Revolução Verde à vários interesses do capital internacional como por exemplo a política da guerra fria, pois a implementação do desenvolvimento no campo superaria a miséria evitando que os agricultores fossem influenciados pelos ideais comunistas.) Ou ainda, que seria um movimento do capital avançando sobre a agricultura através dos grandes grupos empresariais de produtores de insumos agrícolas como adubos químicos, herbicidas, sementes, matrizes geneticamente melhoradas e implementos agrícolas¹⁰³.)

De qualquer forma o «terceiro pé» da Revolução Verde tornou-se difusor de um discurso baseado na racionalidade, na técnica, como protagonista de uma «nova era». Este discurso disseminado entre os agricultores catarinense será analisado a seguir.

1.4 O TRIPÉ DO PROGRESSO E SUAS POROSIDADES

A extensão rural, nasceu nos Estados Unidos no final do século XIX. Foi trazida para o Brasil na década de 50, e chega a Santa Catarina com a implantação do

¹⁰² A Revolução Verde é uma construção discursiva veiculada a partir dos Estados Unidos da América, no período que segue à II Guerra Mundial. Caracteriza-se como uma proposta de solução para a superação da fome no mundo através do aumento de produtividade agropecuária nos países menos desenvolvidos.

¹⁰³ Sobre o movimento do capitalismo avançando sobre a agricultura a política da Guerra Fria temos por exemplo os estudos de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Caio Prado Jr., José da Silva Martins, entre outros.

projeto ETA 17¹⁰⁴ em maio de 1956, cujo primeiro Diretor executivo foi Glauco Olinger. Dois anos depois, quando a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR passou a coordenar o extencionismo rural no país, o projeto ETA-17 foi transformado em Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina — ACARESC. Esta agência de extensão rural «mantém-se como um serviço para-estatal até 1960 estando ideológica, financeira e economicamente vinculada aos Estados Unidos»¹⁰⁵.

Em Santa Catarina, [a extensão rural direcionou seu discurso para um público específico. Seguiu um caminho diferenciado da política nacional de Extensão Rural, cuja orientação era priorizar os agricultores pobres.] Como afirma Raquel Seiffert «a Extensão Rural em Santa Catarina [optou por assistir agricultores que tivessem condições de dar respostas aos objetivos da modernização]»¹⁰⁶.

Seiffert, ao analisar o posicionamento da ER-SC diante do debate sobre Reforma Agrária, acirrado no país no início dos anos 60, demonstra o que poderíamos chamar de eixo do discurso extensionista em Santa Catarina. De um lado, os defensores da Reforma propunham que para levar o desenvolvimento à área rural era necessário acabar com o latifúndio improdutivo e distribuir terra para quem quisesse produzir. A Extensão Rural, de outro, defendia que «o desenvolvimento rural dependia fundamentalmente da adoção de soluções técnicas, como crédito rural, desenvolvimento

¹⁰⁴ Sobre a história do Extencionismo Rural em Santa Catarina ver a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina intitulada Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses Políticos Pedagógicos de Raquel Quadros SEIFFERT-1990.

¹⁰⁵ SEIFFERT, Raquel Quadros. Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses Políticos Pedagógicos. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, 1990. p. 76.

¹⁰⁶ Idem. p. 78.

de comunidades, cooperativismo e educação para a produtividade»¹⁰⁷.

Este discurso, é também uma modulação da racionalidade desenvolvimentista pois, o fim era o mesmo, mudando apenas os meios. [A mentalidade do homem rural deveria ser modificada pela intervenção e uso da tecnologia.] A ER parte então para a chamada educação de base e a difusão dos conhecimentos tecnológicos, meios de aumentar a produção, bem como de superar as dificuldades relativas a comercialização. Os males a serem extirpados eram então, a falta do conhecimento das tecnologias de produção e comercialização.

Esta convicção básica é expressa no Relatório Anual da ACARESC — do ano de 1969 — onde se afirma que «fundamentalmente, pode-se resolver todos os problemas do setor agrícola com assistência técnica e crédito»¹⁰⁸.

(Percebe-se neste discurso a «doutrina» desenvolvimentista.) Ela aparece também no documento Agricultura, Diagnóstico e Propriedades, encomendado pela Secretaria da Agricultura do governo Ivo Silveira, ao então Secretário de Planejamento, o economista desenvolvimentista Marcondes de Mattos e a vários técnicos da ACARESC entre os quais Glauco Olinger. Afirma-se aí que «o agricultor deve ser o executor do Programa de Agricultura, permanecendo o Poder Público na posição de incentivador da produção através da iniciativa particular, provendo os meios necessários ao seu desenvolvimento, principalmente por meio da Assistência Técnica e do Financiamento»¹⁰⁹.

Entretanto, a racionalidade desenvolvimentista tem as suas modulações. Não é sempre a mesmo. Modifica-se em relação à distância que há entre os ideólogos da

¹⁰⁷ Idem, p.82.

¹⁰⁸ ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de SC. Relatório Anual. 1969. p.1.

¹⁰⁹ Idem. Relatório Anual. Florianópolis, SC, 1969. p.01.

extensão rural e os executores dos programas.

O estudo de Seiffert, sobre as correntes pedagógicas da extensão rural no Estado, permite-nos perceber tais modificações ocorridas. [A autora divide a história da ACARESC em fases. A primeira delas compreende o período que vai de sua fundação em 1956 até 1961 chamada fase do pioneirismo. A segunda, chamada de período de consolidação (1961-1979). A terceira, considerada, por ela, uma nova fase (1979-1985)¹¹⁰.]

[Segundo esta autora, o primeiro período seria caracterizado como aquele onde a ER teria uma preocupação maior com os aspectos sociais do homem rural. No segundo, os esforços seriam direcionados no sentido de integrar o agricultor ao sistema econômico. Argumenta, vinculando o alinhamento da ER de Santa Catarina à política dos governos militares e ao desenvolvimento da agroindústria ocorrido no Estado. A terceira fase seria a fase política. Nesta, uma parte dos extencionistas teria entrado em contato com os movimentos sociais no campo e assumido, em parte, suas críticas ao projeto nacional desenvolvimentista.]

Entretanto, o contato com os documentos¹¹¹ analisados nos revela como será demonstrado, a fragilidade da utilização dos recortes históricos por datações e etapas. Ao analisar o discurso da ER em Santa Catarina, percebe-se por exemplo que a preocupação com o social não termina na primeira fase e que as ações voltadas para a industrialização extrapolam a segunda fase.

Neste caso, [prefiro dizer que foram três modulações da mesma racionalidade da ER, a preocupação com a industrialização, com os aspectos sociais e

¹¹⁰ Sobre as fases da ER em SC ver SEIFFERT, Raquel Q. Op. Cit.

¹¹¹ Foram analisados vários documentos como relatórios e projetos referentes a cada período proposto no enquadramento ou na datação elaborada por Seiffert.

com o discussão política. Elas não se circunscrevem em períodos e demonstram, de certa forma, uma tensão entre a racionalidade e o pensamento mítico.]

As representações da agricultura constituídas pela ACARESC tornam-se patentes nos diversos projetos agrícolas. O projeto Produção de Sementes é um bom exemplo. Elaborado em 1967, «refere-se as culturas de milho, feijão, trigo, arroz, batatinha, soja e amendoim (...)»¹¹². Justifica-se pela «baixa produtividade» destas lavouras e porque «estes produtos são de essencialidade, pois são culturas de alimentos de primeira necessidade»¹¹³. E ainda que a «melhoria de eficiência» da produção «pela adoção de uma técnica» elimina a «necessidade de recorrer ao aumento da área». «O objetivo do projeto é colocar no mercado um produto com alto índice de pureza e germinação»¹¹⁴. A produção e comercialização de sementes é apresentada como um «serviço essencial» prestado pela «indústria particular» e «espera-se que o governo patrocine atividades educacionais e de extensão como também regule o comércio de sementes»¹¹⁵.

O projeto evidencia a representação da tecnologia como um recurso capaz de solucionar os problemas da agricultura. Com efeito, na lógica da racionalização da produção, havendo aumento da produtividade ocorre a elevação da renda do agricultor, maior oferta de alimentos para a população. Não haverá necessidade de aumento da área e, por conseguinte, não haverá necessidade de se fazer Reforma Agrária. Ao mesmo tempo gera desenvolvimento pois a iniciativa privada pode obter sua fatia de lucros. A tecnologia é assim representada como um instrumento capaz de gerar uma «idade de

¹¹² Secretaria da Agricultura de Santa Catarina. Projeto Produção de Sementes. Florianópolis, 1967. p.16.

¹¹³ Idem. p.p.03.

¹¹⁴ Idem. p.20.

¹¹⁵ Idem. p.23.

ouro» no campo pela superação da miséria, da fome, do atraso, da falta de terra, e eliminação dos conflitos no campo.

A ênfase dada à produção de sementes tais como o milho e o soja evidenciam que este projeto é voltado à sustentação da agroindústria, especialmente os frigoríficos avícola e suínica e suas fábricas de ração, em franco desenvolvimento neste período.

Entretanto, observa-se no discurso também os aspectos relacionados à melhoria do nível de vida do agricultor e mesmo um posicionamento em relação a política agrária. A tecnologia não está somente relacionada ao sistema produtivo. Relaciona-se com o trabalho, a alimentação, a saúde, a comercialização dos produtos, para citar o que está relacionado ao discurso da ER em Santa Catarina. Como nos referimos antes o desenvolvimentismo representa a agricultura na relação atrasado/moderno. É o atrasado que precisa modificar-se, quebrar a tradição, modificar o comportamento, modificar a mentalidade.

A ER/SC desenvolveu uma série de programas no sentido de modificar os hábitos e a mentalidade dos agricultores. Especialmente nos seus primeiros anos de atuação eram programas de higiene, saúde e racionalização do trabalho.] Como afirma Sérgio Maestrelli, em sua obra, *A Extensão Rural na História de Timbó*, «outro problema logo enfrentado foi o saneamento básico. A água, dejetos e lixos, não recebiam o tratamento necessário. Poucas eram as residências que possuíam instalação sanitária adequada. Um esforço especial foi desenvolvido no controle á verminose em pessoas e animais»¹¹⁶.

Nota-se com isso, que o discurso da ACARESC, colhido por Maestrelli, é

¹¹⁶ MAESTRELLI, Sérgio Roberto Eralli. *A Extensão Rural na História de Timbó*. Florianópolis: ACARESC, 1988. p.64.

mais do que a construção de uma racionalidade a serviço do Estado ou do Capital. Segundo depoimento de Moacyr Moser, ex-funcionário da ACARESC, «nenhum técnico trabalhava apenas 8 horas por dia. Eram pessoas que necessitavam de um emprego como qualquer um de nós, mas que perseguiram um ideal»¹¹⁷. O idealismo do extencionista é evidenciado também neste depoimento de um pioneiro da ER em Santa Catarina, colhido por Seiffert: «A gente tinha vontade de fazer algo e isso caracterizava a extensão. Você acreditava que era possível mudar a agricultura»¹¹⁸.

A crença na possibilidade de mudança na agricultura, a imagem de campos onde todas os entraves sociais e econômicos, bem como os revezes da natureza seriam superados pela tecnologia, oferece sustentação ao discurso do extencionista. A convicção de estar prestando um serviço à comunidade rural é expressa na imagem do missionário¹¹⁹ incansável que jamais trabalha somente o tempo previsto nas leis de trabalho.

A representação «do servidor da comunidade» também se traduz no ideal cooperativista enxertado na racionalidade extencionista¹²⁰. (A cooperativa é representada como algo a mais que um instrumento de comércio), como se depreende do depoimento do agricultor Severino Mengarda, colhido por Maestrelli, «em 1967 fundamos a cooperativa e construimos o prédio em mutirão ali se comprava e vendia de tudo»¹²¹. O recurso ao mutirão, ao trabalho coletivo, para a construção do prédio evidencia o discurso cooperativista ultrapassando os limites da planificação, do progressismo

¹¹⁷ Idem. p.79.

¹¹⁸ SEIFFERT, Raquel Q. Op. Cit. p.77.

¹¹⁹ Ver SEIFFERT. Raquel Q. Op. Cit. p.129.

¹²⁰ Em 1986 o número de cooperativas assistidas sistematicamente pela ACARESC era de 43, atingindo um total de 10.534 sócios.

¹²¹ MAESTRELLI, Sérgio R. Op. Cit. p.99.

racionalista.

O mesmo depoimento aponta que este discurso vai além disso, pois como declara o depoente, «em 70 fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais»¹²². Percebe-se que as representações sobre o cooperativismo expandem-se até o campo das lutas de reivindicação¹²³.

Contudo, o limite desta colagem do discurso cooperativista ao desenvolvimentismo da ER pode ser encontrado no Relatório Anual de 1968, onde se argumenta que «o Serviço de Extensão Rural age em duas faixas do associativismo, com objetivo de organizar os produtores e a produção» a «melhora dos preços recebidos pelos agricultores» e a organização sindical «de conformidade com o que está estatuído em lei»¹²⁴. [Trata-se portanto do sindicalismo legal, vinculado ao regime político da época, ou seja, o regime militar.]

A política dos governos militares «reprimia as direções sindicais ligadas ao esquema populista mas não desmantelou os Sindicatos»¹²⁵. Na área rural a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) incentivava, já a partir de 1968, a organização dos sindicatos rurais em federações de Sindicatos Rurais.]

Boris aponta que «o número de sindicatos rurais que era de 625 em 1968 (...) passou para 2.144 em 1980.»¹²⁶. Segundo ele, este aumento «foi estimulado pela administração de programas de previdência social por meio dos sindicatos»¹²⁷.

¹²² Idem, Ibidem.

¹²³ ACARESC. Relatório Anual - 1968. p.p.1-2.

¹²⁴ ACARESC. Relatório Anual -1968. p.p.1.e 2.

¹²⁵ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p.498.

¹²⁶ Idem. Ibidem.

¹²⁷ Idem. Ibidem.

As fontes consultadas revelam pois que o discurso associativista jamais foi abandonado completamente pela extensão rural em Santa Catarina. Mesmo na sua chamada terceira fase histórica. O projeto da EMATER-ACARESC-1983, sobre a questão do abastecimento agrícola prevê a «produção organizada do ponto de vista do produtor rural».¹²⁸ Além do abastecimento à «comunidades organizadas»¹²⁹, ainda propõe a criação de «associações de defesa do consumidor» e «cooperativas de consumo»¹³⁰.

Percebe-se neste projeto a tensão entre a racionalidade e a preocupação com o social. Também percebe-se que o discurso da ACARESC situa-se até certo ponto, como resultado desta prática que foi o desenvolvimentismo enquanto «gerador de instituições e organizações de controle e dominação»¹³¹. Assim, a ER em Santa Catarina assume a racionalidade tecnológica como remédio para erradicar os males da «ignorância tecnológica», do «atraso» e da «mentalidade retrógrada do agricultor».

Percebe-se também que, perfurando esta proposta de um futuro cantante, esta ideologia da felicidade, encontra-se uma preocupação dos extencionistas com o «aqui e agora», ou seja, a saúde do agricultor, a alimentação e as reivindicações imediatas. Além disso, o incentivo à organização em cooperativas constante no discurso da ER revela-se como outra preocupação com o instante vivido. Ou seja, a idéia cooperativista embora possa ser apropriada pela racionalidade do longínquo, ou a proposta de um futuro cantante, está mais bem relacionada à entre-ajuda que se

¹²⁸ WERNER, Reni Alencar e BRAUN, Roque Pinto. Horticultura: Questões de Abastecimento. Florianópolis: ACARESC, 1983. p.80.

¹²⁹ Idem. p.38.

¹³⁰ Idem. p.42.

¹³¹ Ver Maffesoli, M. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.64.

engendra de um problema a ser enfrentado no cotidiano. Como os percalços da vida não podem ser previstos nem planejados, a cooperação torna-se parte da aventura da vida. O mutirão não pode ser colocado no plano do futuro, ele remete à proximia¹³² e ao instinto do coletivo¹³³ como uma espécie de recurso tribal na busca da preservação da espécie. Um prédio de cooperativa construído em mutirão expressa esta vontade de entre-ajuda pois «ali se comprava e se vendia de tudo». Ali, o presente estava garantido.

O discurso da ER em Santa Catarina evidencia a porosidade do progressismo desenvolvimentista e que o racionalismo não possui a «pregnância» que a sua evidente eficácia normalmente nos conduz a lhe atribuir¹³⁴.

Objetivando mudar a mentalidade dos agricultores pelo «trabalho de base» os extensionistas fizeram outra leitura da racionalidade desenvolvimentista. Os agentes de pastoral da CPT/SC também objetivaram a mudança da mentalidade — «consciência» dos agricultores pelo «trabalho de base». Veremos mais adiante os caminhos por eles seguidos.

Contudo, outros grupos difundiram a racionalidade desenvolvimentista. A agroindústria, que foi uma outra instituição engendrada pelo desenvolvimentismo, tornou-se também uma agência difusora desta racionalidade. Através de seus departamentos de fomento agrícola, recorrendo aos serviços de técnicos contratados, buscava convencer os agricultores a ingressarem no sistema de integração. No discurso das empresas agrícolas, encontra-se a meu ver, em seu estado mais puro, esta «forma profana de pensar o mito do paraíso»¹³⁵ que é a racionalidade desenvolvimentista.

¹³² Ver Maffesoli, M. O Tempo das Tribos. Op. Cit. p.191.

¹³³ Ver, Maffesoli, M. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.14.

¹³⁴ V. Idem. p.64.

¹³⁵ V. Idem. p.73.

1.5 O TRIPÉ, A ENGENHAGEM , A CORRENTE E O PARAÍSO

Ao falar de empresas agrícolas estou me referindo àquelas que atuam diretamente em algum ramo do setor agrícola. Entretanto, para esta dissertação, refiro-me especificamente àquelas que se utilizam do sistema de integração da produção. Ou seja, interessam aquelas que integram, ao processo produtivo, o pequeno produtor rural. Esta política industrial caracteriza-se, segundo Paulillo, «como uma forma de articulação vertical entre empresas agro-industriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente»¹³⁶. Assim sendo, «são produtores integrados aqueles que recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agro-industrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela»¹³⁷.

Em Santa Catarina as principais empresas a utilizarem esta política atuam nos setores da fumicultura, suinocultura e avicultura.

O sistema de integração é mais do que uma estratégia de reprodução do capital. Constitui-se também como um campo de reprodução de um saber. Como aponta Borges, o Grupo Sadia S.A. pode ser tido como um dos iniciadores deste sistema, pois já na década de 50 importa dos EUA a raça de suíno Duroc Jersey e «simultaneamente envia técnicos ao exterior que, em seu retorno, passam a ministrar cursos aos suinocultores escolhidos para criarem a nova raça»¹³⁸.

Por meio dos departamentos de fomento ao pequeno produtor rural — o da Sadia é criado em 1964 — é repassado um discurso aos agricultores seja em forma de

¹³⁶ PAULILLO, Maria Ignes S. Produtor e Agroindústria : Consensos e Dissensos. Florianópolis : Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 1990. p. 19.

¹³⁷ Idem. Ibidem.

¹³⁸ BORGES, Cristina. A Filière Suinícola em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção) p.32.

ensinamento técnico aos agricultores já integrados, ou então, como propaganda visando novos adeptos ao sistema. Este discurso baseia-se na racionalização da produção e comercialização como método de otimização da lucratividade.]

As representações do sistema integrado sobre a pequena propriedade evidenciam-se nos projetos das empresas Sadia Concórdia S.A.¹³⁹ e da Souza Cruz S.A.¹⁴⁰ para a pequena propriedade no ano 2000.

Na justificativa destes projetos aparece uma preocupação social fundamentada nas representações do êxodo rural] pois se argumenta que «a juventude está deixando o meio rural revoltada» e mais direcionadamente, afirma-se que «estudos recentes (...) têm demonstrado que boa parte do contingente de pessoas que vem inchando as periferias das grandes e médias cidades da região Sul, são provenientes dos minifúndios»¹⁴¹.

De um lado, podemos perceber nestas representações sobre a «desordem» e a «miséria no campo e nas cidades», a presença do discurso desenvolvimentista pois, mais contundentemente, a Souza Cruz propõe uma solução através de uma ação integrada por «governo, comunidade, cooperativas e iniciativa privada». Por outro lado, a proposta de que a tecnologia aplicada ao processo produtivo e de comercialização oferecem a solução para os problemas da pequena agricultura.]

Constata-se também que as representações do êxodo rural apresentam aqui uma nova característica.] Alega-se que estes migrantes são provenientes das pequenas propriedades. Nota-se aí o interesse da agroindústria nesta parcela da população] pois

¹³⁹ Departamento de Fomento Agropecuário. Sadia Concórdia SA. Indústria e Comércio. Projeto 21. Concórdia, 1988.

¹⁴⁰ Souza Cruz SA. A Pequena Propriedade no Ano 2000. Modelo Rural. Análise e sugestões para viabilidade. Mimeo. (Arq. CPT/SC)

¹⁴¹ Souza Cruz S. A. Op. Cit. p.03.

sabe-se que sem o pequeno produtor rural não poderia haver o sistema de integração da pequena propriedade.

A Souza Cruz representa o pequeno produtor como um «micro empresário». Ou seja, para que a pequena propriedade seja viável é preciso transformá-la em empresa. Segue daí a afirmação de que «a eficácia, a produtividade, a qualidade do produto e a competitividade são indispensáveis para a rentabilidade e sobrevivência das empresas. Se estes conceitos são válidos para as indústrias, com certeza o serão para todas as atividades agropecuárias»¹⁴².

Deste pressuposto, não tão específico no projeto da Sadia, desenvolve-se um discurso onde a racionalidade deve ser aplicada em sua forma máxima chegando a fechar-se em círculos sistêmicos. A propriedade padrão representada pela Sadia S.A. terá uma «área mínima de 20 ha», «cinco vacas leiteiras», «aviário com capacidade para 6.000 aves», «açude para criação de peixes», «produção de 900 sacas de milho e quatro ha de soja» e «aproveitamento integral dos dejetos»¹⁴³.

Este último item é a ponta que fecha o círculo da produção, pois se o suíno come o milho e o soja, base de sua alimentação, os dejetos do animal sendo aplicados como adubo, irão fertilizar a terra que irá produzir mais milho e mais soja, e daí mais porcos. Está fechado o círculo, a engrenagem. A mesma logicidade é aplicada à criação de aves e igualmente à produção de leite.

Existem ainda outras variantes destes «vãos racionais» já que os dejetos de aves podem ser oferecidos como ração para as vacas, o que deve gerar um aumento da produção leiteira que pode ser invertido na compra de ração para as aves. Os dejetos dos suínos podem alimentar os peixes, e o pescado pode tornar-se farinha de peixe,

¹⁴² Idem. p. 03.

¹⁴³ Ver Departamento de Fomento Agropecuário. Sadia Concórdia S.A. Op. Cit. p.05.

alimento nutritivo para as vacas, porcos e aves.

Percebe-se assim que a agroindústria aplica à pequena propriedade o modelo racional que rege a política de integração da agricultura. Neste modelo a empresa fornece os animais e a ração para o integrado. Este engorda-os e planta o milho e o soja. Depois disso entrega os animais terminados à empresa juntamente com o milho e o soja por ele colhidos. A empresa processa estes produtos colocando no mercado a carne e devolvendo ao agricultor os grãos em forma de ração e novos animais a serem terminados. O círculo está completo.

Entretanto, uma engrenagem mesmo que assentada a um tripé, não se basta. Ela precisa estar ligada a outras engrenagens e, finalmente, a uma fonte que a faça girar. O que move a engrenagem do sistema de integração é sua ligação à chamada cadeia produtiva. Esta é representada na forma de uma corrente cujos elos são as fase do sistema de produção de um setor da economia.

Sob este aspecto, o sistema de integração agro-industrial é uma forma de colocar sob o controle de um mesmo grupo econômico todas as fases de um processo produtivo desde a matéria-prima até a venda do produto ao consumidor¹⁴⁴. Assim, se analisarmos por exemplo, a cadeia agro alimentar da avicultura teremos como ponto de referência o pequeno produtor. À montante teremos as empresas fornecedoras como os incubatórios, as fábricas de ração, fábricas de medicamentos e outros equipamentos. À jusante, o abatedouro e os mecanismos de distribuição ao consumidor.

Conseqüentemente, estariam restaurados os elos que integram a pequena propriedade ao sistema econômico e finalmente resolvido o problema deste tipo de produção. O que era inviável tornou-se agora economicamente viável. O sistema de

† 144 Ver BELATO, Dinarte. A Subordinação do Camponês no Interior das Cadeias Alimentares: Integração e Controle de Produção. In. Contexto e Educação. Ano 1, n.º 1, Ijuí, 1986.

integração agrícola é então representado como o caminho para a viabilidade econômica da pequena propriedade e por conseguinte, um remédio contra o êxodo rural, contra a estagnação da agricultura e antídoto para muitos outros «males» do campo. O discurso da agroindústria servia também como argumento e legitimação da política econômica adotada em Santa Catarina, neste período, pois a fonte que fazia girar a engrenagem é o financiamento por parte do Estado. Os complexos agro-industriais são, de certa forma, o seu resultado e eram representados como um resultado perfeito.)

Constatamos pois que as empresas praticantes da integração agrícola em Santa Catarina, no período estudado, construíram um discurso baseado na aplicação máxima da racionalidade ao processo produtivo. Através dos departamentos de fomento da pequena agricultura, recorrendo à matriz desenvolvimentista e reproduzindo a proposta da tecnologia como instrumento de superação dos problemas da agricultura, construíram a imagem de um sistema agrícola paradisíaco. Estas representações foram veiculadas em forma de assistência técnica, de propaganda e de projetos agrícolas levados a público como um serviço, uma colaboração da agroindústria ao agricultor e à «comunidade agrícola».

Podemos concluir deste capítulo que a racionalidade desenvolvimentista, enquanto matriz discursiva, gerou uma série de representações sobre a agricultura no Estado de Santa Catarina, nas décadas de 70 e 80. Este pode ser entendido como uma proposta de gerenciamento da existência na qual, em relação a agricultura, a aplicação do conhecimento tecnológico se constitui uma fórmula suficiente de eliminar todos os entraves encontrados neste setor da economia estadual. Seria portanto, uma espécie de caminho de acesso a um futuro completamente dominado pela eficiência da tecnologia. Várias agências assumiram este discurso. Entre elas a extensão rural fazendo-o de modo relativo. A agroindústria, por sua vez, assume-o de forma mais acabada representando o

futuro da agricultura integrada através de um sistema perfeito, onde a produção se dá com o dispêndio mínimo de energia. Ali evidencia-se a aplicação profana do «mito do paraíso», a serviço de uma política econômica que privilegiou os grandes grupos empresariais do Estado.

Analisando o desempenho das empresas agrícolas em Santa Catarina, no período 1971/1981, Michels aponta que, «as principais empresas do setor crescem, em apenas 10 anos, juntas 6.000%»¹⁴⁵. Trata-se das empresas Sadia, Perdigão, Chapecó e Ceval. Enquanto isso, a parte da renda gerada no setor, apropriada pelos trabalhadores, inclusive os agricultores integrados decaía de 18%, em 1960, 12% em 1975, para apenas 10% em 1985¹⁴⁶. Os dados apontam o resultado da aplicação da racionalidade desenvolvimentista ou seja, uma intensa concentração de rendas e o empobrecimento dos trabalhadores.)

No capítulo seguinte analiso o discurso da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina. O objetivo é perceber em que situações os agentes de pastoral assumem uma postura de produtores de um discurso racionalizante e, portanto, distanciam-se da forma analógica dos agricultores perceber, organizar e gerir sua existência como consumidores não passivos da racionalidade. Perceber também em que situações fazem a crítica ao desenvolvimentismo e se, por fim, fazem alguma crítica radical à racionalidade.

¹⁴⁵ MICHELS, Ido Luiz. Op. Cit. p.288.

¹⁴⁶ Ver Idem. p.289.

CAPÍTULO SEGUNDO

**Mas por que será que as histórias
maravilhosas sempre se passam num país
distante?**

(Mário Quintana)

2 A PASTORAL DA TERRA ENTRE OS MITOS E AS RACIONALIDADES

Vimos, até agora, os discursos e representações das elites catarinenses sobre a agricultura e como tais discursos estão baseados na forma «analítica de representar o vivido». Percorremos sua linearidade no modo de lidar com o tempo, sua racionalidade na abordagem da produção e sua intencionalidade na proposta de um amanhã cantante. Analiso neste capítulo o discurso e as representações da CPT/SC.

Para melhor situar a CPT/SC faço aqui duas referências. A primeira diz respeito à sua relação com a estrutura eclesial, à qual está ligada. Uma segunda, reporta-se ao momento histórico de sua criação no Estado.

No que se refere à estrutura organizacional, fazia mais de uma década que os bispos reuniram-se em uma conferência nacional. (Pelo estatuto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, criada em de 1952, esta entidade é constituída por todos os bispos residentes no país. Na época somavam mais de 300¹⁴⁷.)

¹⁴⁷ BERNAL, Sérgio. CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres. São Paulo, Loyola, 1989. p.12

A finalidade desta conferência era, como reza o estatuto de 1958 e que mais tarde sofreu pequenas alterações, «discutir problemas que sejam de competência dos bispos e que sejam de interesse comum, propor normas e coordenar as medidas que promovam a ação uniforme no campo disciplinar e pastoral. E, de forma especial, buscar-se a atualização do apostolado segundo as orientações da Santa Sé»¹⁴⁸.

A par de sua estrutura burocrática que não é o caso citar aqui, destaco dois conjuntos organizativos constituintes da CNBB, estes sim, importantes para esta dissertação.

A Comissão Episcopal de Pastoral, que é o organismo encarregado de coordenar a aplicação das decisões pastorais da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, é formada pelos bispos escolhidos para coordenar as linhas de pastoral definidas em assembléia.

A Igreja Católica no Brasil orienta-se através de grandes linhas de ação pastoral ou dimensões de pastoral. Na década de 70 e 80 são elas as seguintes: a dimensão comunitária e participativa, a missionária, a catequética, a litúrgica, a ecumênica e de diálogo religioso e, por fim, a dimensão profética e transformadora¹⁴⁹ à qual a CPT está ligada. As comissões pastorais ou os serviços pastorais são criados tendo por base uma destas linhas de ação.

Outro conjunto organizativo é constituído pelas Comissões Episcopais Regionais. Pertencem a esta os membros da CNBB domiciliados em cada região e têm atribuições de promover a pastoral orgânica na região, o estudo de assuntos de interesse particular e a adaptação de orientações gerais da Santa Sé e de outros «organismos

¹⁴⁸ Idem. p.15.

¹⁴⁹ Idem. p.19.

eclesiais» que lhes são superiores como por exemplo a CNBB. No período em questão havia 15 destes regionais.

[O Estado de Santa Catarina foi constituído em Regional da CNBB no mês de janeiro do ano de 1970.] Recebeu a designação de Regional Sul IV, visto que anteriormente, com o estado do Rio Grande do Sul, formava o Regional Sul III.

Estruturalmente o Regional Sul IV compõe-se de uma Assembléia Regional (reunião dos bispos), uma presidência (eleita a cada 4 anos), um Conselho Regional de Pastoral e uma Assembléia Anual de Pastoral de que participam as dioceses sob sua abrangência. São elas a Diocese de Florianópolis, de Lages, Joinville, Chapecó, Tubarão, Caçador, Rio do Sul e Joaçaba¹⁵⁰.

Também fazem parte desta estrutura organizativa os chamados serviços pastorais, estes «setores organizados de um aspecto, área ou dimensão pastoral» podem formar-se por iniciativa do bispo local ou da hierarquia local, ou mesmo de um grupo de leigos, passando, conforme o caso, a ser considerado legítimo pelo regional.

Em seu estudo sobre a modernização da Igreja Católica no Brasil, Vanilda Paiva propõe que para uma melhor compreensão deste campo é preciso levar em conta «o caráter católico, universal da Igreja como instituição que reivindica — em nome de objetivos próprios de caráter transcendente — o direito e a liberdade de atuar dentro de sociedades nacionais (...) e desenvolvendo estratégias que lhe permitam simultaneamente manter sua unidade nacional e transnacionalidade e influir sobre as sociedades nacionais e sobre a política internacional»¹⁵¹.

Assim, observa Paiva, entende-se a atuação da Igreja Católica como

¹⁵⁰ Ver CNBB Regional Sul IV. 8º Plano de Pastoral: 1990 - 1994. Passo Fundo: Berthier. 1990 p. 81-89.

¹⁵¹ PAIVA, Vanilda (Org.) et. alli. Igreja e Questão Agrária. São Paulo: Loyola, 1985.p.55.

também o Concílio Vaticano II. Esse «aggiornamento» da Igreja (o Concílio e as encíclicas papais deste período) ocorrido entre 1962-1965, corresponde «a exigências levantadas pela conjuntura do pós-guerra: a evangelização das massas como remédio contra à massificação, para uma erupção organizada das massas na história — exorcizando o fascismo e evitando o avanço em direção ao socialismo»¹⁵². Para esta missão de evangelizar a Igreja apelava ao laicato.]

Portanto, a iniciativa de leigos tornava-se possível, legitimada e até incentivada depois do Concílio Vaticano II. Ali postulava-se que «o leigo é um membro da Igreja e possui um mandato direto de Cristo»¹⁵³. Este entendimento foi aprofundado nas decisões dos bispos da América Latina, em Puebla. No documento final afirmava-se que os leigos devem ser «agentes da justiça e não só denunciadores da injustiça. A eles cabe a militância partidária»¹⁵⁴.

Animado pela «abertura» da igreja e pelo incentivo à atuação pastoral um grupo de leigos, religiosos e padres cria a CPT Catarinense. Era o mês de novembro de 1977, por ocasião do IV Encontro Regional de Pastoral Rural e Suburbana, realizado na cidade de Lages.]

Os participantes destes encontros reuniam-se para discutir a ação pastoral católica frente às situações de pobreza do povo catarinense¹⁵⁵. Resolveram por bem criar uma comissão encarregada especialmente de atender as demandas pastorais dos agricultores. A comissão recém criada seguiu os moldes, o regimento e a metodologia da CPT nacional criadas em 1975, na cidade de Goiânia/GO.]

¹⁵² Idem. Ibidem. p.57.

¹⁵³ Ver *Lumen Gentium*. n.º 33/1983.

¹⁵⁴ Ver Documento de Puebla. n.º 793/791

*¹⁵⁵ Ver Relatório do IV Encontro de Pastoral Rural e Suburbana, novembro de 1977 (Arquivo CPT/SC).

Segundo os padres Cleto João Stulp e Ivo Pedro Oro, membros fundadores da CPT/SC, «os grupos de reflexão (...) se expandiam pelo Oeste afora (...) o clima social era favorável a uma prática nova»¹⁵⁶. Assinalam ainda que «os primeiros encontros de agricultores, específicos sobre sua realidade foram realizados em Chapecó (julho/78) e São Miguel do Oeste (agosto/78). Cada grupo teve 40 participantes. Partia-se do andamento dos grupos de reflexão e das dificuldades na vida do agricultor»¹⁵⁷

Os grupos de reflexão funcionavam como espaço social onde se difundia a idéia do engajamento dos cristãos na luta pela transformação da sociedade. Nestes grupos formados por 10 a 20 famílias discutia-se os «problemas da comunidade», fazia-se a reflexão bíblica e «partia-se para a busca de soluções»¹⁵⁸

O clima social apontado pelos padres era a situação dos agricultores frente a política de modernização da agricultura. A tentativa de integrar a pequena propriedade à política de modernização, a redução gradativa dos recursos destinados a investimentos na agricultura — Paulillo afirma que grande parte destes recursos eram direcionados à propriedades com menos de 50 hectares¹⁵⁹ — isso gerava um clima de descontentamento entre os agricultores.

Em relação à hierarquia, e neste caso incluem-se os padres e bispos fundadores da CPT/SC, é fato sabido que, «a Igreja Católica no Brasil, do início do século até os anos 30 assume, aprofunda e divulga um discurso anti-liberal, anti-comunista, anti-positivista e anti-protestante» cuja matriz são as encíclicas e exortações

*¹⁵⁶ STULP, Cleto J. e ORO, Ivo P. CPT: Sua História e Atuação. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós graduação em Educação Popular e Compreensão da Realidade Social apresentado ao Centro de ensino Superior da Fundação de Ensino Desenvolvimento do Oeste. Chapecó, SC: 1990. p.05.

¹⁵⁷ Idem. Ibidem.

¹⁵⁸ Sobre grupos de reflexão na periferia de São Paulo ver a obra citada de SADER. p.163.

¹⁵⁹ PAULILLO, Maria Ignez S. Op. Cit. p.p. 77,92.

apostólicas do Vaticano. A Igreja postulava uma nova cristandade cujo passo mais decisivo seria a busca do reconhecimento da religião católica, pelo Estado, como a religião oficial do povo brasileiro.

Com o surgimento do Estado populista, na chamada Era Vargas (1930-1955) acontece a aliança Estado-Igreja¹⁶⁰. Esta havia sido uma busca da Igreja Católica desde a proclamação da República, visto que «a política dos positivistas, vitoriosos logo após o início da República, direcionou-se para a separação entre a Igreja e Estado»¹⁶¹.

A política da Igreja no Brasil coincidia também com os objetivos da Santa Sé, ou seja, «expandir a ordem católica pela ação missionária e pela romanização do clero nos diversos países»¹⁶². No que se refere à ação missionária «a recuperação da influência da Igreja na sociedade, embutida na ordem proposta para a sociedade capitalista, passava pela atuação sobre as massas por meio de movimentos laicos, partidos, sindicatos, sem desprezo a movimentos romanticamente inspirados como o culto ao Sagrado Coração»¹⁶³.

Foi, nos marcos desta política, que a Igreja passou a ocupar-se da «criação de uma elite intelectual capaz de defender sua posição institucional»¹⁶⁴. Formou-se assim, nos anos 20, esta espécie de vanguarda católica reunindo intelectuais da classe média, e que «adquiriu maior amplitude por volta de 1935 com a Ação Católica»¹⁶⁵.

¹⁶⁰ RICHARD, Pablo. Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982. p.142.

¹⁶¹ MALATIAN, Tereza Maria. Os Cruzados do Império. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo: USP, 1988. p.26.

¹⁶² Idem. p.27.

¹⁶³ Idem. Ibidem.

¹⁶⁴ Idem. p.42.

¹⁶⁵ Idem. p.43.

(Durante os anos 30, o projeto da Igreja no Brasil, afinado com as orientações da Santa Sé, baseava-se nas idéias de autoridade, ordem e hierarquia, e pregava uma organização corporativa da sociedade dando grande destaque à família e combatendo a maçonaria e o comunismo¹⁶⁶). Confrontava-se com três projetos políticos, o Liberal, o Socialista e o Comunista. (E é neste contexto que ocorreu a fundação dos Círculos Operários) dos quais foi, «pioneiro o de Pelotas, fundado em 1932»¹⁶⁷. Apoiados pelo Governo Vargas, os círculos se espalharam pelo país e tinham como objetivo «barrar o avanço socialista e comunista, defender o direito de propriedade»¹⁶⁸, e a regeneração da sociedade. Os círculos operários foram substituídos pela Juventude Operária Católica, uma vez que entraram em decadência no final do Estado Novo.

Em seu estudo sobre as relações da Igreja com o Estado no Brasil, Teresa Maria Malatian aponta a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — 1952 — como um marco histórico. Afirma a autora que,

« A nova entidade deu novo impulso ao catolicismo brasileiro e atuou como um divisor de águas: com ela a Igreja, que estivera voltada para as elites e atuara paripassu com o poder temporal no sentido de contenção das reivindicações populares, que se aliara ao poder secular para obter benefícios e procurar assegurar uma posição de interlocutor capaz de influir em decisões que resultassem na ampliação de seu espaço no campo institucional, passou pouco a pouco para uma postura avançada de aproximação com os dominados na busca de

¹⁶⁶ Ver MALATIAN, T. Maria. Op. Cit.p.45.

¹⁶⁷ Idem. p.46.

¹⁶⁸ Idem. p.47.

maior justiça social». ¹⁶⁹

O que mais importa é que o discurso populista assumido em parte pela Igreja, abre a possibilidade de aproximação desta com os setores populares. Em outras palavras, a pastoral anteriormente ocupada com a família, as classes médias e o cuidado espiritual dos fiéis, passa a ocupar-se ou a construir um discurso relativo às «situações de miséria» do país.

(O discurso eclesial, aos poucos, assume a crítica ao subdesenvolvimento e passa a apoiar o desenvolvimentismo do governo Kubitschek (1956-1961), pois via nele uma possibilidade de promoção econômica dos agricultores e operários, que devido a sua situação de miséria, seriam presas fáceis da «ideologia comunista». Acrescente-se também que, como afirma Richard, «a Igreja, identificada com o projeto desenvolvimentista do governo começa a tomar suas distâncias com relação às oligarquias latifundiárias» ¹⁷⁰)

A hierarquia católica se «apropria, reinterpreta e cria uma outra coisa» ¹⁷¹ sobre aquilo que é o discurso desenvolvimentista das elites políticas brasileiras, como se percebe nesta declaração dos bispos do Nordeste,

«no seio das estruturas econômicas e sociais que formam nossa organização política, nosso sistema de economia privada, há terríveis injustiças que levam a declarar sua inteira independência e sua ausência de responsabilidade face a tudo isto (...) ela proclama (...) que se coloca ao lado dos oprimidos para cooperar com eles em uma

¹⁶⁹ Idem. p.54.

¹⁷⁰ Idem. p.149.

¹⁷¹ CERTEAU, Michel. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes. 1994. p.269.

A Igreja, ou parte dela, fugia ou subvertia assim a lógica do desenvolvimentismo cujo método propunha alcançar o desenvolvimento promovendo enriquecimento das elites, como já vimos.

Ao tratar da atuação dos católicos neste período, Eder Sader afirma que «enquanto a instituição eclesiástica comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da Ordem, brotavam em seu interior iniciativas que iam num outro sentido. Os grupos de leigos da Ação Católica (principalmente a Juventude Universitária Católica e a Ação Operária) vão se ligando as lutas populares, denunciando a injustiça das estruturas vigentes e assumindo progressivamente posturas de contestação política»¹⁷³.

E «ainda quando o objetivo inicial de tais iniciativas parecia simplesmente complementar ao da hierarquia, de combater o marxismo, o materialismo, fazer crescer a influência cristã na sociedade, os vínculos criados produziam efeitos que alteraram o sentido original dessas práticas»¹⁷⁴, como veremos adiante.

Sem pretender dar conta do problema ou da explicação levantada pelos dois autores, ou seja, se foi a hierarquia através da CNBB, ou se foram os leigos partindo da Ação Católica, que fez o movimento de aproximação aos temas relacionados à situação de marginalidade das amplas camadas da população brasileira. Parece evidenciar-se que, em certo sentido, o movimento de aproximação ocorreu de ambas as partes.

Entretanto, instaurado o regime militar de 64 a hierarquia católica, como um todo, defronta-se com estas alternativas: «ou ela se submete inteiramente ao governo

¹⁷² RICHARD, Pablo. Op. Cit. p.150.

¹⁷³ SADER, Eder. Op. Cit. p.150.

¹⁷⁴ Idem. Ibidem.

militar e perde toda possibilidade de relação com sua base social popular e seus militantes mais politizados, ou pelo contrário, identifica-se com as aspirações sociais e políticas de sua base popular e defronta-se radicalmente com a ditadura»¹⁷⁵. } Tem-se então uma Igreja hierárquica confusa e vacilante, dividida. Na entrada dos anos 70 como, afirma Richard, «tal situação atinge seu ponto culminante (...) desde então a Igreja hierárquica majoritária encontra-se cada vez mais à mercê do Estado de Segurança Nacional»¹⁷⁶.

É nesta situação de «silêncio», ou de indeciso da hierarquia, apontado por Richard que surgem ou ressurgem novos movimentos cristãos unindo leigos e alguns bispos objetivando assumir as «causas populares». É a chamada «Igreja Popular» por que não busca a legitimação e o reconhecimento por parte do Estado como a Igreja de Cristandade Populista e Desenvolvimentista e sim, junto às camadas populares¹⁷⁷. Surge, «próxima dos problemas vitais do povo»¹⁷⁸ como a moradia, o trabalho, a saúde, a comunidade de base e a terra, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra.

Por estar ligada à Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB, portanto à hierarquia católica e por tratar-se de uma pastoral, um serviço de Igreja, a CPT construiu um discurso embasado nos pressupostos teológicos do catolicismo. Por conseguinte, não poderia furtar-se à racionalidade, ao monoteísmo e ao finalismo que lhe são próprios. } As ações ordenadas visando um Fim ou a Vida Futura no Além, apresentam-se como o escopo cristão nas suas variações e diversas manifestações eclesiais. Regras, leis, dogmas, exercícios espirituais são expressões deste planejamento

¹⁷⁵ RICHARD, Pablo. Op. Cit. p. 166.

¹⁷⁶ Idem. p. 178.

¹⁷⁷ Idem. p.164.

¹⁷⁸ Idem. p.178.

da existência, constituindo-se uma espécie de «política da alma».

Pode-se dizer que, o discurso da CPT extrapola o quadro dos cuidados espirituais. Nutrindo-se da Teologia da Libertação, a qual retomaremos adiante, objetivava superar o dualismo antropológico da Teologia Clássica na qual o ser humano é representado sob a forma de uma montagem constituída por um corpo e uma alma. No lugar desta imagem de ser humano, a nova teologia adotava uma outra que, ao invés de ressaltar a separação, ressaltava a união das partes. Assim, um dos novos pressupostos teológicos expressava-se na idéia de que um corpo que apresenta as deformações das carências materiais, não poderia conviver com uma alma perfeita e sem carências. Em outras palavras, não se poderia pregar o Evangelho, o «remédio da alma» a uma pessoa atormentada pela fome ou por dificuldades «advindas» ou «causadas» pelos «sistemas políticos e econômicos».

Esta postura teológica assumida por diversos cristãos, demarca uma mudança no discurso ou na forma de racionalizar e planejar a existência. De uma tematização e ingerência no campo moral, passou-se a uma aproximação com outros aspectos das relações cotidianas, como as formas de enfrentar as carências diárias das populações empobrecidas. Foram então organizadas as diversas pastorais a fim de tratar especificamente cada uma daquelas, que para os agentes de pastoral, eram as maiores dificuldades enfrentadas pela população do País. A Pastoral da Saúde para atacar os problemas desta área, a Pastoral do Menor, para assistir aos menores, a Indigenista para os índios e entre elas a Pastoral da Terra.

Realizava-se assim um movimento destes cristãos em direção a estes outros espaços da vida cotidiana dos agricultores, à organização de seus espaços e a sua luta pela sobrevivência.)

Analisando a cotidianidade Maffesoli estabelece duas atitudes opostas neste

espaço. A primeira é constituída por um social politeísta referido a vários deuses complementares; a segunda de um político monoteísta, fundado na unidade. Esta segunda atitude baseia-se em uma visão linear do tempo onde a história humana encaminha-se para um fim determinado, expressando-se nas utopias das vindouras sociedades perfeitas. Pode-se inferir que, além do cristianismo em seus vários matizes, filiam-se a esta racionalidade os discursos e representações do desenvolvimentismo e dos progressismos.

Por outro lado, o paganismo — o social politeísta — baseia-se em uma noção de tempo fragmentado, sem referencial quanto a um fim, sem direção definida e segura, embevecido pela orgia do presente e fundado no deslumbramento causado pela luta contra o destino e a morte. Essa atitude é um recurso das massas, no cotidiano contra as várias formas de dominação¹⁷⁹.

A distinção entre paganismo e cristianismo, ou o social politeísta e o político monoteísta, é um «enquadramento» proposto pelo referido autor afim de esclarecer e interpretar «todas as ações pontuais que constituem a banalidade da vida». Neste paradigma, o paganismo vive sobre o Mito enquanto o cristianismo sobre a História, ou o Kerigma. Contudo, o mesmo autor afirma tratar-se de um esquema e que o mais comum é a «interpenetração das duas perspectivas»¹⁸⁰.

Neste ponto de entrelaçamento situo os discursos e representações da CPT/SC (A CPT é um organismo de Igreja a serviço dos agricultores) ou às «classes sociais mais empobrecidas: os camponeses e sua diversidade, os assalariados rurais e sua diversidade e os que estão em trânsito entre estas duas condições (migrantes, pequenos

¹⁷⁹ Sobre as atitudes opostas no espaço cotidiano ver Maffesoli, Michels. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.25.

¹⁸⁰ MAFFESOLI, Michels. A Conquista da presente. Op. Cit. p.26.

proprietários, temporariamente assalariados)»¹⁸¹. Por sua própria definição, tem animado outras entidades a assumirem a causa destes lavradores, (prestando-lhes assessoria pastoral, teológica metodológica, jurídica, política, sindical e sociológica.)

Em Santa Catarina, a CPT foi criada no ano de 1977. Suas atividades se desenvolveram nas comunidades rurais por meio de agentes de pastoral contratados e/ou voluntários. Durante estes anos de sua existência a pastoral produziu uma forma própria de agir à qual poderíamos melhor definir como formação de opinião para o que a entidade mesma chama de «capacidade das classes sociais empobrecidas do campo assumirem sua própria história»¹⁸².

A proposta de uma nova prática pastoral (nascera dois anos antes na cidade de Goiânia (GO)), a partir de um encontro de lideranças cristãs, leigos e religiosos, de várias regiões do Brasil, objetivando «traçar as linhas básicas para atitudes práticas e pastorais, face ao conflito existente e latente entre empresas agropecuária e posseiros, bem como das migrações internas decorrentes daqueles conflitos»¹⁸³. (Uma das regiões que mais chamava a atenção dos criadores da CPT era aquela conhecida como Araguaia — Tocantins (TO). Portanto, a pastoral da terra surge em um contexto de modernização da agricultura regido pelo regime militar instaurado no país em 1964 e sob o signo da Teologia da Libertação.)

O movimento teológico surgido na Igreja Latino-Americana no período posterior ao Concílio Vaticano II (1962-65), era uma proposta de engajamento dos cristãos na «construção de uma sociedade que: elimine a propriedade privada dos meios

¹⁸¹ MARTINS, José de Souza e PERANI, Cláudio. Sonhos e Desejos dos Lavradores. Desafios para a CPT. São Paulo: CPT/Loyola, 1992. p.23.

¹⁸² Sobre a ação política da CPT/SC ver CPT/SC, A Prática de Organização e Ação Política na CPT/SC. Lages: Grafisserra, 1992.

¹⁸³ Idem. p.04.

de produção, que ao permitir a apropriação por uns poucos do fruto de trabalho de muitos, gera a divisão da sociedade em classes e a exploração de uma por outra»¹⁸⁴. Como se percebe, pretendia-se uma reorientação da prática cristã a partir de uma resignificação de suas representações por meio de um discurso que tenta unir a teologia clássica cristã e a análise marxista.)

A aproximação entre teologia cristã e o marxismo foi o tema de muitos debates e objeto de muitos estudos. A grande questão era perceber em que medida seria possível unir estas duas formas de explicação e organização da existência. A tarefa foi assumida com grande propriedade por Iokoi¹⁸⁵ em seu estudo comparativo entre o pensamento do teólogo peruano Gustavo Gutierrez e o brasileiro Leonardo Boff. Utilizando-se da categoria analítica de afinidade eletiva¹⁸⁶, a autora conclui que Gutierrez elabora uma teologia na qual se dá a fusão entre o marxismo e a teologia cristã. Os dois «elementos», ou os dois «sistemas discursivos», fundem-se alquimicamente, pela afinidade eletiva, resultando em um novo «sistema». Por isso, este teólogo, juntamente com aqueles que partilhavam de seu pensar, passaram a entender a Libertação como o engajamento dos cristãos em uma revolução social resultante das diversas formas de luta contra os diversos modos de exploração e opressão, pois para ele, a exploração e a opressão contém a opressão cultural, ideológica, simbólica e outras. É nisto que Iokoi aponta a característica básica do «novo sistema», resultante da afinidade eletiva, pois para ela o conceito de opressão de Gutierrez ultrapassa o

¹⁸⁴ GUTIERRES, Gustavo, apud IOKOI, Zilda Maria Gricolli. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo. Brasil/Peru-1964-1986. São Paulo: USP, 1990. Tese de Doutorado em História. p.87.

*¹⁸⁵ IOKOI, Zilda Maria Gricolli. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo. Brasil/Peru - 1964-1986. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP. São Paulo: USP, 1990. p.6.

¹⁸⁶ Sobre o conceito de afinidade eletiva ver o trabalho citado de Ioko, Z. M. Gricolli. p.7.

economicismo marxista e ao mesmo tempo, a teologia cristã, para formar um novo discurso, resultado da fusão dos dois.

Por outro lado, a elaboração teológica de Boff não é o resultado da fusão da teologia cristã com o marxismo e sim de uma afinidade ideológica com o idealismo, pois o teólogo busca dentro do próprio universo religioso-teológico a matéria para a sua construção discursiva. Para Boff e seus pares, a Libertação é entendida como uma tarefa permanente de todos os seres humanos, já que os modelos sociais libertadores também são permeados pela opressão. Baseia-se ele na idéia da impossibilidade de que a estrutura de opressão-libertação seja completamente superada. A dominação-submissão é, segundo Boff, um binômio constitutivo da estrutura existencial do ser humano, cabendo ao cristão uma atitude de luta contínua e permanente contra esta condicionante histórica.

Percebe-se então, que a teologia de Gutierrez, assume a racionalidade política da marxismo. Boff apresenta-se numa perspectiva mais crítica ao progressismo, ao futuro cantante. Poderíamos buscar na perspectiva teológica de Leonardo Boff uma explicação às características do discurso da CPT/SC.

Contudo, é um outro dado ainda que me chamou a atenção e torna mais intrigante e «sui generis» esta proposta pastoral. A CPT pretende ter sua base de ação na experiência de vida desta gente do campo, sua cultura, sua fé e capacidade de assumir sua própria história¹⁸⁷. Falar da experiência de vida dos agricultores e sua cultura como a base de ação pastoral, ou o lugar de onde se projeta a prática dos agentes, indica que estes optavam ou pelo menos pretendiam optar por uma proximidade com as formas não racionalizadas de viver o dia-a-dia. Uma aproximação aos jogos cotidianos dos

¹⁸⁷ Ver. CPT. Conflitos no Campo - Brasil/1991. Goiânia: CPT/ Loyola, 1991.

agricultores no enfrentamento aos discursos de dominação que lhes são propostos, deve se dar conta do pensamento mítico, do politeísmo, da ironia e da atitude orgiástica, muitas vezes assumidos por estes homens e mulheres da roça.)

Então, a partir da reflexão de Maffesoli, tento perceber como, em seus discursos e representações, a CPT/SC joga com as perspectivas da racionalidade e a popular-mítica, o cristianismo e o paganismo, o político e o «non-sense», a utopia e o «aqui agora», o devir e o presente.]

Sobre o movimento pastoral ligado à Teologia da Libertação Maffesoli afirma que «os cristãos de esquerda nada mais são do que auxiliares de um progressismo social de curta visão que empurraram, até seu fim lógico, o monoteísmo abstrato do dogmatismo»¹⁸⁸. Antes de aceitar tal assertiva, sabendo que se trata de um «tipo ideal»¹⁸⁹, assumindo a tese da interpenetrabilidade do racional e do mito e, ainda, que o fantástico perfura o real, tornando «a realidade porosa ou constituída pelo que não possui realidade»¹⁹⁰, convém analisar estes «cristãos sociais» em perspectiva histórica. Em outras palavras, houveram mudanças e permanências e como elas ocorreram?

A CPT realiza seus trabalhos nas chamadas comunidades rurais. Em geral, inicia por uma reunião onde se procura fazer um levantamento das dificuldades vividas pelos agricultores. Parte-se então para a busca de soluções de tais problemas. Além deste recurso, também utilizado pela extensão rural, pela agroindústria e mesmo pelos cabos eleitorais, a CPT recorre ao canto e a rituais.] Mesmo nas reuniões de comunidade

¹⁸⁸ MAFFESOLI, Michel. Op. Cit. p.83. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.83.

¹⁸⁹ Tipo ideal é utilizado no sentido proposto por Maffesoli, ou seja, uma configuração discursiva ou uma racionalidade tomadas em sua forma pura.

¹⁹⁰ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.65.

e nos cursos de formação política é comum o uso de canções e rezas.

Este dado demarcaria, de per si, uma diferença entre o discurso pastoral e o progressismo. Nesta dissertação servirá como uma «porta de entrada» para a análise. Por isso, a metodologia adotada neste capítulo será diversa da aplicada no capítulo anterior. Ou seja, as fontes nas quais baseio a pesquisa não são mais as representações da agricultura contidas nos discursos escritos, verbalizados, logicamente sintetizados.

Estas foram a direção de meu olhar, no primeiro capítulo, já que tratava-se de analisar uma racionalidade, uma forma analítica de organizar a existência, uma proposta articulada, planejada de «um futuro melhor para o campo». Não poderia ter o mesmo olhar sobre o discurso da CPT, sem o risco de uma perda, já que como mencionei antes, este discurso transita entre o mito e a racionalidade. Por isso, utilizo-me do hinário da CPT, de um ritual — do dia do colono, um mito que é o do êxodo, e uma narrativa sobre a Peste Suína Africana. Isto não quer dizer que vou abandonar as representações, pois também o mito, o rito, o cancionário e a narrativa são representações. Nem quer dizer que vou abandonar a análise do discurso. Ao contrário, a análise está voltada ao discurso que perpassa estes momentos e espaços pontuais no discurso pastoral. Além disso, nesta perspectiva, não existe diferença entre prática e discurso.

Penso que o motivo de escolha ficará claro no desenvolvimento do texto. Por hora basta dizer que o recurso ao canto, ao ritual e ao mito, em sua forma própria, ou como «tipo ideal», não pertencem ao mundo da racionalidade a não ser enquanto apropriação. Como sabemos, todo esforço dos positivismos pode ser resumido na tentativa de eliminação do mito. Sabemos que o mito, o rito e a música baseiam-se na repetição. Esta possui a capacidade de negar, anular o tempo que passa. Portanto, ela opõe ao utopismo o eterno presente, à linearidade dos progressismos, o eterno retorno

do mesmo. Esta anulação de opostos é que permite a «manutenção contrastada da harmonia social»¹⁹¹.

(A atitude das massas de manter a harmonia social é uma estratégia de sobrevivência e de manutenção da espécie.) Isto explica a resistência das massas as rupturas causadas pelas revoluções propostas pelos discursos e ideologias políticas de esquerda e de direita. Nos espaços cotidianos as relações da sociedade são regidas pela lógica da astúcia e não da ruptura ou do aperfeiçoamento. Em outras palavras na perspectiva linear e racional da história, o escopo humano é libertar-se das imperfeições enquanto que no tempo cíclico ou na perspectiva mítica, basta usar dos vários modos a astúcia, diante das várias formas do «mal». Os agricultores de maneira mais ou menos consciente assumem esta postura, que para Maffesoli «parece consistir a base da sabedoria das massas»¹⁹².

Pois bem. No primeiro semestre de 1986, alguns agentes de pastoral prepararam um roteiro de uma celebração para o dia 25 de julho — dia do agricultor. A equipe desejava a sua realização nas comunidades do interior e oferecia, no folheto, as instruções julgadas necessárias. Seria uma caminhada com cinco paradas, podendo iniciar na casa de um agricultor, na igreja ou no salão da comunidade¹⁹³.

2.1 UM RITO PARA NEGAR O PROGRESSO

(A partir de 1983 os agentes de pastoral utilizaram-se de diversos rituais

¹⁹¹ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.p.82,85.

¹⁹² Idem. p.22

¹⁹³ Para a análise deste ritual foi utilizado o roteiro para as celebrações do dia do colono - 25 de julho - preparado pela equipe da CPT de Santa Catarina em 1986. (Arq. CPT/SC).

chamados de celebrações, nas quais os agricultores se reuniam para rezar e refletir sobre algum tema relacionado à política agrícola ou agrária, ou mesmo outro, considerado importante para aquele momento. Na escolha das datas, para estes eventos, levava-se em consideração o calendário litúrgico da Igreja Católica, o calendário agrícola, e certas datas históricas. Havia, por exemplo, celebrações da Páscoa, Natal (calendário litúrgico), da colheita e do plantio (calendário agrícola). As Romarias da terra¹⁹⁴ eram realizadas no dia em que os caboclos do Contestado¹⁹⁵ perderam a batalha de Taquaruçu (13 de setembro) e havia a celebração do Dia do Colono, 25 de julho (calendário histórico). A cada ano estas datas seriam celebradas.

A celebração do dia do colono de 1986, teve como tema central o pacote econômico do governo Sarney. José Sarney assumiu o poder no lugar de Tancredo Neves que morreu a 21 de abril de 1985. Como se sabe, era o primeiro presidente civil após 20 anos de regime militar, um período onde «os empréstimos externos e o estímulo ao ingresso de capital estrangeiro tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico. Este modelo — chamado de desenvolvimento associado — privilegiou as grandes empresas certamente as multinacionais, mas também as nacionais tanto públicas como privadas»¹⁹⁶.

Sarney assume com a «tarefa» de revogar as leis que vinham do regime

¹⁹⁴ As Romarias da terra são caminhadas promovidas pela CPT/SC todos os anos a partir de 1986. Nesta caminhada agentes de pastores e agricultores passam um dia rezando, celebrando e refletindo sobre um tema escolhido para a ocasião. Em geral são temas relativos à política agrícola ou agrária e à luta de trabalhadores por melhores condições de vida.

¹⁹⁵ A Guerra do Contestado teve 4 anos de duração (1912-1915). Foi assim chamado o conflito entre os moradores daquela região de 28km², envolvendo, no planalto norte catarinense, os exércitos do Paraná e Santa Catarina que disputavam sua jurisdição política. Fez cerca de 5 a 8.000 vítimas e envolveu mais de 30.000 pessoas. Os camponeses expulsos de suas terras pela empresa construtora da estrada de ferro ligando São Paulo a Rio Grande do Sul, « Brasil Railway » reuniam-se em redutos em torno dos monges existentes naquela região. Tais redutos eram considerados pelos caboclos, cidades Santas. (Meirinho, 1984, p.p.4.6).

¹⁹⁶ FAUSTO, Boris. Op. Cit. p.514.

militar e a eleição da Assembléia Nacional Constituinte. Em relação à economia, «o Brasil acumulara reservas que chegavam à 9 bilhões de dólares no fim de 1984»¹⁹⁷. Mas a inflação, em janeiro de 1986, chegou a 17,5%.

Vários economistas defendiam a idéia de que havia no Brasil uma inflação embutida, a inflação inercial. Afirmava-se que se a inflação medida de um mês fosse por exemplo 10%, os vários agentes econômicos passariam automaticamente este percentual para os preços dos produtos, no mês próximo. A terapia oferecida era um tratamento de choque. E assim nasceu o Plano Cruzado, anunciado pelo Presidente, em 28 de janeiro de 1986. Criava uma nova moeda. O cruzado, na proporção de 1.000 por 1; os preços e as taxas de câmbio foram congelados por prazo indeterminado; o salário mínimo foi reajustado pelo valor médio dos últimos seis meses, mais 8%. Criou-se o «gatilho salarial», ou seja, cada vez que a inflação chegasse à 20% o reajuste salarial era automático. As medidas econômicas geraram uma certa euforia. «Um clima de otimismo ilimitado se instalou no país»¹⁹⁸.

Entretanto, o plano começava a «fazer águas» em julho de 86, e em novembro, já havia fracassado. Em julho daquele mesmo ano, os agentes de pastoral faziam sua crítica ao plano que começava a fracassar. Os principais «reflexos» deste pacote, segundo a análise dos agentes de pastoral eram:

«1º) O pacote econômico empurrou os preços agrícolas aos níveis mínimos; 2º) juros e retorno de crédito agrícola fixado em 10% (...) até o presente momento o que se tem observado é que os recursos destinados ao crédito rural são insuficientes para atender a demanda. 3º) A competição favorece os grandes investidores (...). O crescimento dos investimentos na agricultura não favorece os pequenos. 4º) A especulação favorece a concentração de terras (...) a razão

¹⁹⁷ Idem. p.520.

¹⁹⁸ Idem.p.513.

para isto é o deslocamento de recursos que estavam aplicados no mercado financeiro para a compra de terras. 5º) A reunificação da burguesia-governo e classes dominantes — procura controlar a reforma agrária».¹⁹⁹

Os agentes utilizaram-se de um rito para tornar pública sua crítica. A primeira parada do ritual tinha como tema a expropriação da terra. A segunda, os instrumentos de trabalho. A terceira versava sobre a política agrícola. A quarta e a quinta seguiam o esquema quase normal das missas. Iniciemos pela segunda parada, o segundo ato do rito.

Como momento de louvor este ato compunha-se de um comentário, uma leitura bíblica e uma oração de agradecimento feita enquanto alguns participantes previamente orientados, exibiam ferramentas e animais, símbolos sugeridos pela equipe da CPT. Note-se que o momento de louvor, em um ritual, refere-se mais ao presente vivido, ao momento orgiástico. A terceira parada, que era o momento de pedido de perdão, deveria voltar-se ao passado, pois pede-se perdão das faltas já cometidas. O momento de súplica, no caso a primeira parada, deveria vislumbrar o futuro — suplicasse por algo que virá. Novamente, o passado e o futuro condensar-se-iam na partilha, a festa do presente, a quarta parada, o momento da partilha.

A quinta parada foi o momento da bênção. Em um ritual comum seria o momento em que todos, depois da festa, da orgia do presente, poderiam voltar abençoados refestelados e satisfeitos para o cotidiano representado e revivido no mito. Entretanto, aqui aparece a «inovação» dos «cristãos de esquerda». A bênção transforma-se em compromisso. O presente transforma-se em futuro. A equipe sugeria que depois de lido um comentário, fosse plantada uma árvore — «símbolo da

¹⁹⁹ Cheiro de Terra, n.º 42. Mai/jun, 1986 p. 6-7.

resistência» — enquanto todos com a mão direita estendida rezam um compromisso:

« (...) Senhor, animados pela fé de tantos companheiros, que lutam na face da terra, queremos assumir este compromisso. Queremos que aconteça o Ano da Libertação, a justiça no meio dos trabalhadores rurais, lutemos por preços justos; leis justas que garantem nossos direitos; valorização para a mulher agricultora e operária; direito à mesa, educação e moradia (...) para todos (...) Que nossa participação seja também na política partidária, lutando para eleger gente da nossa classe e defenda nossos direitos»²⁰⁰.

A «oração» torna-se bem mais uma convocação política. Demarca a racionalidade política na qual fundamenta-se a proposta pastoral. Naquele ano de 1986 estava-se vivendo um momento de mobilização das organizações políticas de esquerda na campanha ao governo Estadual.

Os agentes da CPT/SC haviam participado — embora de maneira velada — da campanha ao governo do estado em 1982. E acompanharam de perto a campanha pelas Diretas Já, em 1984. A participação política destes cristãos era alimentada pelos pronunciamentos da CNBB. Em 1981 foi lançado o documento da CNBB «Exigências Cristãs de uma Ordem Política». No dizer de Bernal, uma das idéias centrais deste documento era que «a Igreja compreende que em momento de crise é possível que surja um estado de exceção, mas esta situação deve ter seus limites no tempo e não deve prolongar-se mais que o necessário»²⁰¹. Outros documentos destes são a Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política de 1981 e outros pronunciamento dos membros da CNBB, que não vem ao caso citar.

Estes pronunciamentos não chegaram a afrontar diretamente o regime

²⁰⁰ Ver roteiro para o 25 de Julho de 1986. CPT/SC, p.04. Arquivo CPT/SC.

²⁰¹ BERNAL, Sérgio. Op. Cit. p.166.

militar, mas geravam intensa mobilização nas bases da Igreja. Como demonstra o padre Helción Ribeiro, em seu estudo sobre a Igreja em Santa Catarina, num balanço compreendendo o período entre 1984 e 1986, «quase todas as dioceses têm se empenhado na educação política, produzindo suas cartilhas, para grupos populares»²⁰². Cita ainda o Mutirão de Agentes de Pastoral da diocese de Tubarão — um curso de 100 horas/aula que atingindo 15 mil agentes no ano de 1986²⁰³.

Em 1986 ocorreu a campanha ao governo do Estado e o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado no ano de 1981, que carreando a simpatia dos agentes de pastoral, concorria, pela segunda vez com o candidato Raul Guinter. Foi eleito o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, Pedro Ivo Campos. Naquele ano, o «PMDB, de Sarney elegeu os governadores de todos os Estados menos do Sergipe, e conquistou a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado»²⁰⁴.

Em Santa Catarina, como aponta Auras, Amin (PSD) e Jaison Barreto (PMDB), ferrenhos adversários na eleição de 1982, aliaram-se em um pretense governo de coalizão, com vistas à um candidato de coalizão à Prefeitura de Florianópolis. A manobra eleitoreira não funcionou e acabou provocando fissuras «no bloco conservador catarinense»²⁰⁵. Resultou daí que o coronel Pedro Ivo Campos (PMDB), «eleito em meio a uma avalanche de votos em branco»²⁰⁶, reunia as forças moderadas do partido

²⁰² RIBEIRO, Helción. Da Periferia um Povo se Levanta. São Paulo: Paulinas, 1988. p.175.

²⁰³ Idem. *Ibidem*.

²⁰⁴ FAUSTO, Boris. *Op. Cit.* p.324.

²⁰⁵ AURAS, Marli. *Op. Cit.* p.365.

²⁰⁶ Idem. *Ibidem*.

e «não representava uma ameaça aos interesses dos grupos dominantes em Santa Catarina»²⁰⁷. Auras lembrá que,

«A desastrosa ação política do governo Pedro Ivo (gestão 1987-90) fez realçar o «descotino» político de Esperidião Amin. O cassetete democrático do mudancismo peemedebista não deu tréguas aos movimentos de trabalhadores. Professores e funcionários públicos estaduais, pela primeira vez juntos em um movimento reivindicatório, apanharam da polícia de Pedro Ivo, que atuou como nos piores anos da ditadura militar»²⁰⁸

Neste contexto a CPT/SC já tinha sua proposta política ou linhas de ação bem definidas, que eram a «organização dos vários segmentos sociais em movimentos reivindicatórios, politização dos sindicatos e tomada de poder pela via eleitoral»²⁰⁹. A linearidade, o progressismo e o produtivismo expressam-se aqui na tecnologia política proposta pela pastoral.

Voltando ao ritual. A linearidade não se projeta somente sobre o futuro neste rito. O primeiro e o terceiro atos representam o esforço na construção desta lógica linear da pastoral. No momento de perdão (terceiro ato) foi sugerido que os agricultores pedissem perdão por todos os «companheiros que acreditaram no pacote econômico». Fazia-se referência ao pacote econômico do Governo Sarney. Foi encenado uma queima simbólica do pacote.

O primeiro ato também refere-se ao passado. Reportava-se aos primeiros colonos europeus que chegaram ao Brasil em 25 de julho de 1824 — este era o motivo da celebração. Referia-se, portanto, à expropriação que os agricultores, seus

²⁰⁷ Idem. Ibidem.

²⁰⁸ Idem. Ibidem.

²⁰⁹ Sobre a ação política da CPT ver relatório da II Assembléia Estadual da CPT/SC, julho de 1985. p.09. (Arquivo CPT/SC.)

descendentes e outros, «vêm sofrendo até hoje». Identifica os «latifundiários e demais opressores» como culpados por aquela situação histórica.

Contudo, parece que no primeiro ato a própria dinâmica do rito, a sua estrutura mesmo, prepara uma «armadilha» para o racionalismo pastoral. Como apontamos antes a súplica (primeiro ato do rito em questão) refere-se ao futuro, ao desejo e àquilo que deve-vir. Na tentativa de aplicar uma linearidade à história dos agricultores, os agentes de pastoral, com o perdão do pleonasma, para começar do começo, acabam fundindo o passado com o futuro. Como isto se deu? Na primeira parada, que é o momento específico deste ritual para se fazer as súplicas e portanto, vislumbrar um futuro melhor, pelo menos mais promissor, os agentes propunham que se fizesse um resgate da história da conquista da terra em cada comunidade onde foi realizado o rito. Sugeriam eles: «um casal de agricultores segurando uma bacia de terra, narra a história de sua família. Em rápidas palavras, conta como seus pais chegaram a ter terra; como e quanta terra adquiriram, de onde vieram; dificuldades em progredir neste pedacinho de terra; filhos (as) em idade de trabalhar e sem meios de comprar»²¹⁰ a terra.

Pode-se perceber que além de inverter a perspectiva do futuro e do amanhã melhor, o roteiro para a história de vida dos agricultores desemboca no presente, na sua situação trágica, pois deviam falar dos filhos que não tem terra. Mas a perspectiva do presente trágico ainda é reforçada. Após a narrativa feita pelo casal, sugeria-se que o comentarista lesse três preces, após cada qual, todos deveriam responder: «tende piedade de nós, Senhor». A primeira referia-se aos conflitos de terra em Santa Catarina arrolando que «vivemos assuntados com tanto sangue de trabalhador derramado (...)

²¹⁰ Ver roteiro para celebração do 25 de julho de 1986. CPT/SC (Arquivo CPT/SC).

»²¹¹. A segunda postava-se em tom de denúncia apontando que «nossos filhos (as) estão com o presente e o futuro ameaçados pela ação dos poderosos latifundiários (...) »²¹², finalmente, a última refere-se à ocupação das terras «para levar adiante o projeto de vida que vós criastes».

Os agentes, através da prece, faziam a denúncia dos agricultores mortos na luta pela terra em Santa Catarina. Eram constantes as denúncias da CPT sobre agricultores mortos em conflitos de terra²¹³. Faziam também referência aos agricultores e agentes de pastoral ameaçados de morte como Dom José Gomes, Bispo de Chapecó.

Os conflitos pela posse da terra haviam se acirrado. Em 1985 ocorreram 5 grandes ocupações de terra no Oeste e Norte catarinense, envolvendo cerca de 2 mil famílias de sem terra. A União Democrática Ruralista — UDR, organização de fazendeiros para fazer frente às ocupações planejadas pelos sem terra, foi criada oficialmente em Santa Catarina no ano de 1987, tendo como seu primeiro presidente o senhor Laércio Bianchi da Costa Ávila²¹⁴, na região do planalto serrano.)

A segunda prece, ao invés de focar um futuro cantante, ressaltava a ameaça que este representava. Então, a única «certeza» que o ritual reforçava, era a de que a incerteza, a insegurança vivida no presente permaneceriam no futuro. Não haveria mudança e nem ruptura. É o eterno presente que se perpetua. Falar do projeto de vida criado por Deus (terceira prece) a estas alturas, como fizeram os agentes que prepararam o roteiro, e ainda de forma tão genérica, era apenas adicionar um tijolo diferente, ao edifício. Assim o ritual neutralizava ali mesmo a racionalidade política da

²¹¹ Idem.

²¹² Idem.

²¹³ Ver jornal Cheiro de Terra, CPT/SC, n.º 40, Jan/fev/1986. p.10.

²¹⁴ Ver Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC, n.º 48, Jul/agos/1987.

CPT/SC, fundindo no presente o passado e o futuro.

Esta fusão é própria do rito e do mito, resultando no presente vivido. Portanto, não é por acaso que reportaram-se, neste ato, ao mito bíblico do dilúvio como expressão da expropriação. No comentário se lê que « (...) os poderosos latifundiários amaldiçoaram a terra e tentaram expulsar o trabalhador. Não satisfeitos ainda, propuseram o despejo de todos, inclusive dos animais e aves, para bem longe. Isto se deu com a Arca de Noé»²¹⁵.

A leitura deste mito pela racionalidade pastoral não deixa de ter sua originalidade. Posta-se enquanto crítica ao sistema de integração, pois a Arca que separa o homem da terra representa este sistema que separa o agricultor de seu modo de vida, como veremos mais adiante. Percebe-se aqui também o mito perfurando a racionalidade. Ou seja, o mito da arca de Noé anula, ou provoca um curto-circuito na racionalidade do sistema de integração, pois este se apresenta como um via segura para um futuro melhor, e portanto, afirma-se em uma linearidade que se desloca de um espaço ruim para outro melhor. O mito do dilúvio, ao contrário, evoca a repetição do mesmo, ou seja, aquilo que aconteceu no tempo do dilúvio repete-se «hoje» no sistema de integração da agricultura. Em outras palavras, o sofrimento, a exclusão do pequeno agricultor, é a mesma tanto no sistema integrado, quanto nos tempos imemoráveis do dilúvio.

Contudo se isto acontece, ou se há esta reapropriação por parte destes consumidores não passivos⁽²¹⁶⁾, que são os agricultores, em relação à racionalidade desenvolvimentista, o mesmo deve acontecer em relação à racionalidade política proposta pelos agentes de pastoral.]

²¹⁵ Ver Roteiro para a Celebração do 25 de Julho. Op. Cit.

*²¹⁶ Sobre a atividade criadora no ato da leitura, ver CERTEAU, Michel. Op. Cit. p.262.

Mas esta inflexão para o mítico irá aprofundar-se ainda no segundo ato. Aqui há um «mergulho profundo» na lógica do mito e também uma crítica radical ao progresso. Nesta parte do ritual, a sugestão é de que o comentarista leia um trecho onde está escrito que « (...) vivemos numa época em que os opressores falam mal da enxada, do arado de boi, do boi de canga, da carroça e até do esterco. Proíbem galinhas caipiras e o trato crioulo aos animais e aves. Tudo em nome do Progresso»²¹⁷.

Os agentes de pastoral opõem ao progresso, ao futuro proposto pela tecnologia da agroindústria, da extensão rural e da racionalidade desenvolvimentista, o presente vivido na pequena propriedade não tecnificada que se utiliza da enxada, da tração animal e da carroça. É a mesma atitude tomada quando utilizaram o mito do dilúvio, onde homens e animais foram levados para longe da terra. Como vimos no capítulo anterior, as propriedades integradas à agroindústria são submetidas à lógica da produção cada vez mais racionalizada onde é «proibida» a criação de galinhas caipiras e o trato crioulo. A esta utopia do progresso, os agentes opõe-se evocando também o mito do paraíso. Referindo-se aos animais de terreiro, que a lógica do capital manda eliminar, afirmam que «como não sou louco, salvo a vida destes e faço como no paraíso, onde tudo e todos viviam como irmãos»²¹⁸.

O mito do paraíso aqui não se refere a um amanhã utópico mas é a reatualização do paraíso perdido, ou retorno e afirmação da pequena agricultura de subsistência. Esta, na leitura dos agentes, é o presente, o cotidiano do agricultor.

Maffesoli aponta que o mito, e os discursos populares e as representações do cotidiano, têm como substrato o fantástico e a ficção. Estas não possuem outro

²¹⁷ Ver roteiro para a celebração do Dia do Colono. CPT/SC, 1986 (Arquivo CPT/SC).

²¹⁸ Idem.

sentido senão organizar um espaço vital, tomando o cotidiano aceitável. Em contrapartida, os diversos discursos políticos, racionalistas traduzem a angústia coletiva do tempo que passa²¹⁹.

De fato, neste segundo ato ritual a perspectiva é de aceitação do cotidiano, rejeição do progressismo e negação da mudança. Apenas uma vez se fala em Libertação, na oração onde se invoca «vem, Divino Espírito Santo, libertar teu povo (...)»²²⁰. Entretanto, a libertação aqui não se refere a um porvir. Ela se dá no presente na negação do progressismo pois livrar-se do trator é permanecer com o boi-de-canga.

Associado ao mito do Paraíso, da Arca de Noé e outros, encontramos no discurso da CPT/SC o mito da Terra Prometida. Este refere-se à narrativa bíblica do povo hebreu que liderado por Moisés escapa da escravidão imposta pelo Faraó do Egito e caminha para Canaã a terra prometida por Javé. Esta história, tirada do livro do Êxodo pode ser entendida como o imaginário central da Pastoral da Terra²²¹. Foi lida de diversas formas, interpretada sob vários ângulos e serviu principalmente como recorrência (para fundamentar bíblicamente a própria ação pastoral). Encontramos inúmeras evidências disto e para citar uma delas podemos fazer referência à chamada Teologia da Terra. Trata-se de uma produção de vários agentes de pastoral e teólogos que, no dizer do Pe. Alfredo Ferro²²², em um curso ministrado a agentes de pastoral e agricultores na cidade de Caçador (SC) em julho de 1988, «é uma questão nova. Surge da prática libertadora dos cristãos. Situa-se ou é entendida dentro da Teologia da

²¹⁹ Ver MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.p.66-67.

²²⁰ Ver roteiro para celebração do Dia do Colono, 1986. CPT/SC. Arquivo CPT/SC.

²²¹ Em seus estudos sobre o imaginário Cornélius Castoriadis em a Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, fala da existência de um imaginário central em oposição ao imaginário periférico.

²²² O Pe. Alfredo Ferro, jesuíta colombiano estava estudando teologia no Brasil e defendendo uma tese de doutorado em teologia sobre as Romarias da Terra.

Libertação» e tem como «referência o Povo de Israel». «Tem um caráter político» e ainda que «entendemos por teologia a lógica de Deus»²²³.

Ao analisar a produção teológica dos católicos nos anos 60, Iokoi aponta que «a inserção da Igreja nas mediações entre o Estado e os camponeses fez com que sua prática fosse sistematizada na Teologia da Terra»²²⁴. Conforme a autora esta teologia fundamenta-se na idéia de que a homogeneização das culturas populares causada pelo capitalismo necessitaria ser evitada. Isto somente seria possível através da resistência popular. Além disso, pretendia-se elaborar uma análise da «visão indígena» da terra. Buscava-se assim recuperar a aceitação mítica da mãe terra (a Pacha Mama peruana). O objetivo era diferenciar o conceito de propriedade da terra. Haveria então a noção de propriedade vivencial próprio das culturas populares e de outro lado o conceito de propriedade comercial praticado no capitalismo. A noção de propriedade como espaço da vida do agricultor e não como objeto de lucratividade, deveria ser reforçada, recuperada ou reintroduzida na mentalidade dos agricultores. A partir desta potencialização de consciência, acreditava-se estar criando a base para a resistência camponesa ao «avanço do capitalismo».

Em Santa Catarina os agentes de pastoral fizeram também um ensaio de «recuperação» do conceito de propriedade. Buscavam na memória dos agricultores os monges e caboclos da região do Contestado. Foi, principalmente por ocasião da primeira Romaria da Terra de Santa Catarina que esta produção foi mais intensa. A idéia básica rememorada naquela ocasião era, a forma de organização política das Cidades Santas ou o regime de propriedade praticado pelos monges e caboclos do Contestado. Ressaltava-

²²³ Relatório do Curso sobre Teologia da Terra, realizado em Caçador - SC, de 04 a 08 de julho de 1988.

²²⁴ IOKOI, Zilda Márcia Gricolli. Op. Cit. p.61.

se que «entre eles não havia exploração», «todos eram irmãos» e que «todos os bens, inclusive a terra, era propriedade de todos»²²⁵.

Referindo-se muito mais a uma proposta política de socialização da propriedade da terra do que à forma como os caboclos relacionavam-se com ela, os agentes de pastoral racionalizavam a figura mítica dos monges e das Cidades Santas. Pretendiam apontar uma imagem modelo de uma sociedade futura ancorada na memória dos agricultores catarinenses referida ao Contestado.)

(Na Teologia da Terra elaborada pela CPT/SC a história dos caboclos ou a organização social deles, adquiria o significado de manifestação visível da vontade divina.) Apesar de ter sido destruída pelos inimigos do povo e da fé — as forças políticas dos governos do Paraná e Santa Catarina, os coronéis do erva-mate e o capitalismo internacional ou a companhia Lumber — poder-se-ia aprender muito com aquela experiência.

O momento político provavelmente influenciava os agentes de pastoral. Estava-se a dois meses da eleição para o governo do Estado e o candidato mais aceito, pelos agentes de pastoral, Raul Ginter do PT, levava forte desvantagem nas pesquisas eleitorais. A politização dos agricultores era uma tarefa urgente para estes «cristãos de esquerda». (A Teologia da Terra tomava-se assim também um recurso político, ou um instrumento de politização.)

(Portanto, esta produção teológica baseia-se na racionalização do mito.) Ou seja, neste caso, ao sistematizar a lógica de «Deus» ou do mito, os agentes de pastoral nada mais estavam fazendo do que projetar a lógica da proposta política da CPT ao plano mítico. É, pois, uma tentativa de prender o mito na racionalidade, no



²²⁵ Sobre a vida dos caboclos, sua organização social, ver texto intitulado Contestado a Força dos Fracos do Pe. Helción Ribeiro, escrito para a primeira Romaria da Terra de Santa Catarina. In: Mimeo. Arquivo CPT/SC).

direcionamento, no planejamento da ordem política. Os agentes de pastoral, em outras palavras, distanciavam-se dos esquemas míticos de organizar a existência utilizados pelos agricultores.

Tentando analisar mais profundamente a tensão entre o mito e o racional no discurso da CPT. Como afirma Maffesoli «ao contrário de uma religião desmitologizada e por isso transcendente à concretude da vida cotidiana, opera-se, através do pensamento mítico, uma dialética entre o sagrado e o profano»²²⁶. É esta dialética que tentarei captar no discurso da CPT sobre o Êxodo. Não se trata, por isso, de perceber a duplicidade e a astúcia a partir da cotidianidade e do pensamento mítico dos agricultores frente a racionalidade pastoral. O objetivo é sim perceber como se dá a inflexão da racionalidade política pastoral frente ao pensamento mítico enquanto esta aborda o mito do Êxodo.

2.2 O ÊXODO E SUAS MODULAÇÕES RACIONAIS E MITOLÓGICAS

Observa-se que entre as diversas «utilidades» do mito da Terra Prometida, ele serviu aos agentes de pastoral, como instrumentos para se fazer a leitura do êxodo rural em SC. A migração de agricultores do campo para as cidades foi uma preocupação central da CPT desde a sua criação. A entidade tentou de várias formas, tornar pública esta sua inquietude. Através de seu boletim, Cheiro da Terra, utilizando-se de uma charge intitulada “Conversando na Bodega”, apresentava dois agricultores dialogando. O primeiro afirmava: «pois olha compadre, do jeito que a coisa anda, vai poucos anos que todos os colonos aqui vão tá sem terra». O outro confirmava: «é verdade, tem

²²⁶ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.26.

gente grande que tá comprando a terra, seja o tipo que for, mesmo a maior pirambeira diz que hoje tá valendo muito»²²⁷.

A charge, mais do que traduzir um aumento no preço das terras, mesmo as mais impróprias para a agricultura, no Oeste catarinense, naquele ano de 1980, indica a construção de uma representação sobre a área rural catarinense como um espaço, onde ocorre um esvaziamento populacional. Em maio de 1978, na cidade de Brasília, havia ocorrido o terceiro Congresso Nacional dos trabalhadores na Agricultura. Neste foi ratificado a necessidade de se implementar uma política de Reforma Agrária no país. O êxodo rural servia como argumento para a tese da Reforma. Acreditava-se que esta poderia estancar o êxodo que se fazia sentir forte em várias regiões do Brasil.)

A CPT havia assumido a defesa da Reforma Agrária desde sua criação.) Com a charge mencionada, estava apenas «aproveitando uma carona» no Terceiro Congresso. O campo é então representado, no discurso pastoral, em um cenário de desolação. Na moldura da decadência, representa-se um quadro de futuro aniquilante onde, no dizer dos agentes «as nossas cidades do interior estão desaparecendo»²²⁸.

A Reforma Agrária era o remédio apresentado pela CPT/SC, para estancá-lo. (A migração dos agricultores do campo para as cidades é representada, portanto, como um mal que precisa ser extirpado, um sangramento a ser estancado. Nisto o discurso da CPT coincide com o discurso dos progressismos visto no capítulo anterior.) É o racionalismo oferecendo suas receitas, o nivelamento e o igualitarismo, assumidos pelo discurso pastoral. Na perspectiva do cotidiano, o mal não precisa ser extirpado. Basta usar de astúcia para conviver com ele e neutralizar seus efeitos. Neste sentido, mais uma vez, o discurso da pastoral distancia-se da perspectiva do agricultor.)

²²⁷ Jornal Cheiro de Terra. CPT/SC. Ed. Especial, Junho de 1980. Encarte.

²²⁸ Relatório do Encontro de Pastoral da Terra realizado em Tubarão(SC), em novembro de 1978. (Arq. CPT/SC).

Mas a coincidência vai além disso pois a CPT/SC utiliza-se aqui do mesmo recurso que o desenvolvimentismo. Objetivando demonstrar que houve uma inversão nos números da população rural-urbano nas últimas décadas, recorre aos dados populacionais do Brasil e não de Santa Catarina.

Podemos chamar esta abordagem pastoral de racionalização do Êxodo. Nela pode-se perceber mais profundamente a tensão entre o pensamento mítico e o racional. A expressão êxodo rural é uma evidente aplicação de mito esvaziado de seu conteúdo. Êxodo aqui significa a migração, a saída dos agricultores dos campos para as periferias das cidades. É precisamente esta representação que ocuparam a racionalidade política da pastoral e desenvolvimentista, a partir dos interesses dos seus protagonistas, como já vimos. Estes propunham que os agricultores permaneçam no campo. Que não fizessem seu êxodo para as cidades. Entretanto, isto não significa que os agricultores deviam permanecer como estavam. Há uma proposta de mudança em tais discursos e não de permanência no presente orgiástico.

A caminhada não deveria dar-se então no plano geográfico (tópico) do campo para a cidade e sim no plano técnico, econômico ou político (utópico). Os agricultores deveriam deslocar-se de uma situação de pobreza, atraso e marginalidade no campo, para outro de riqueza, participação e modernidade ali mesmo na área rural. O Mito do Progresso rege a lógica da racionalidade. É o grande Mito Oficial das utopias oficiais, dos progressismos, da linearidade, da objetividade e da unidade. Este é a sustentação dos projetos de dominação.

Entretanto, a pastoral da terra, mais do que produzir um discurso sobre a migração dos agricultores produziu um teologizar também sobre o mito do Êxodo. Como já vimos teologizar é «entender a lógica de Deus». Isto é dizer tornar o mito entendível racionalmente. Por isto, aparecem outras modulações do Êxodo. Assim, uma

leitura arranjada da narrativa bíblica serviu como argumento de legitimação da ação pastoral. Esta, ao mesmo tempo, foi aplicada no convencimento para que os agricultores não migrassem para as cidades.

Serviu para convencimento, porque a CPT é um organismo da Igreja ligado a uma ala da Igreja Católica — embora (outras Igrejas tenham feito parte desta pastoral) como por exemplo a (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil) — IECLB — que assumiu a Teologia da Libertação. O reconhecimento de um trabalho pastoral «de cunho político esquerdista» como este, não foi aceito tranquilamente pelas hierarquias eclesíásticas. Houveram situações de conflitos que culminaram com a assinatura de um acordo entre CPT e a CNBB, em novembro de 1989. Por força deste, os principais cargos da CPT passaram a ser exercidos por membros da Igreja Católica, cabendo o cargo de presidente nacional da entidade, a um bispo católico²²⁹

A CPT precisava ser reconhecida pela hierarquia católica, como também pelos agricultores. Tal legitimidade, além de ser buscada na referência da hierarquia católica também o foi na fundamentação bíblica. A história do Povo de Israel serviu como recorrência.

Esta história da caminhada do povo hebreu no deserto, na busca da terra prometida, passou a simbolizar a luta dos trabalhadores rurais por uma «sociedade mais justa». Por força deste argumento o mito do Êxodo adquiriu uma outra modulação. A narrativa bíblica, a qual já conhecemos, refere que o povo saiu do Egito em busca da terra prometida. Como, para os agentes de pastoral, a utopia se realiza no campo e não na cidade — ou seja a Cidade-Mítica é o campo onde os agricultores devem realizar seu sonho de uma «Nova Sociedade» — a Canaã bíblica era identificada com a futura vida

²²⁹ Comunicado mensal da CNBB, janeiro-fevereiro de 1990, n.º 384. p.p. 69-71.

no campo. O Egito — lugar do sofrimento, da opressão — é então identificado à vida urbana, o lugar do sofrimento, da opressão onde está o faraó, a exploração, aqueles que fazem as leis injustas. Isto traduziu-se em jargões pastorais apresentados em faixas nas manifestações, em canções e enfim, recorrência fácil e freqüente tais como «lutar pela terra é lutar pela vida» e «terra é vida». Sob este ângulo, terra significa acesso à posse da terra para os que não a tem. Terra quer significar a utopia pastoral.

A narrativa bíblica não explicita que o Egito era uma cidade e Canã um campo. Ademais como afirmam vários hermenêutas, o termo hebraico «Ha'eretz», traduzido para o português como terra, expressa melhor o sentido de país, nação, espaço político, aliás, o sonho do povo, de onde se extraiu o mito bíblico. Percebe-se assim que nesta modulação do mito da Terra Prometida prepara-se mais uma vez uma leitura racionalizada pela pastoral. (Aparece evidentemente a proposta-promessa de uma nova sociedade transformada pela prática de socialização da propriedade da terra. Ao mesmo tempo, a cidade torna-se o símbolo do sistema econômico capitalista.)

No boletim Cheiro de Terra aparece a proposta de Construção de uma Nova Sociedade. Neste texto intitulado «Deus e o Projeto Histórico da Vida» afirma-se que

«no livro do Êxodo, o povo de Israel, fiel ao Deus criador e à sua proposta de vida se encontra escravo de outra nação (...) Deus intervém na história e reafirma sua posição contra o sofrimento e a morte (...) Envia Moisés para libertar o seu povo. E são os próprios homens com a força de Deus que devem construir novamente o paraíso, a nova sociedade»²³⁰.

Como se pode perceber, por se tratar de uma reflexão teológica, o texto não aponta que tipo de sociedade se deve construir e como se faz para chegar a ela. Não

²³⁰ Jornal Cheiro de Terra. n.º 50. novembro-dezembro de 1987. p.4.

indica se é pela mudança brusca ou pela utilização da duplicidade e da astúcia no cotidiano. Pode-se então inferir que a lógica da teologia, a sua racionalidade, apesar de propor um fim, uma utopia, apesar de estar baseada no dever ser e no Mito Oficial da Unidade, permite uma passagem mais aberta para a ambigüidade e para o que proponho seja, uma espécie de simbiose entre a teologia da terra e o pensamento mítico. Com efeito, ao invocar o mito do Êxodo e aplicá-lo à história dos agricultores e à ação pastoral, a teologia força uma quebra na linearidade histórica, de que falo adiante, e ao mesmo tempo força uma evocação à idéia de aventura.

O Êxodo é uma caminhada e na leitura da pastoral é a “aventura de ontem” nos dias de hoje. A idéia se expressa por exemplo nesta poesia:

Moisés lidera/ Se organizaram /Enganaram o
opressor
Na saída a Libertação (...) / os tempos passaram /
A exploração não acabou / Camponeses
crucificaram /A organização aumentou./ A
Páscoa vem da Terra/ Da luta e organização/ Do
camponês ressuscitado/ Nossa Libertação.²³¹

O tempo litúrgico da páscoa cristã é o tempo escolhido pela Igreja Católica para se refletir, todos os anos, sobre este mito. A páscoa significa passagem e tem sua origem exatamente nas festas hebraicas de comemoração da fuga do Egito. Na teologia clássica cristã, o mito hebraico adquiriu o sentido de conversão, o que não deixa de ser uma caminhada no sentido de sair de uma situação de pecado para outra de graça, de pureza, portanto, uma aventura no plano ético.

Mas os «cristãos de esquerda» buscavam recuperar o «sentido original» da festa de páscoa. Então, o Moisés de ontem passou a ser os agentes de pastoral, e as lideranças que organizam o povo de «hoje». O povo hebreu explorado de ontem, o

²³¹ Jornal Cheiro de Terra. n.º 47. março-abril de 1987. p.4.

camponês de «hoje». A exploração se repete. A aventura continua.

Portanto, nas leituras diversas feitas pelos agentes de pastoral sobre o mito da Terra Prometida percebe-se a racionalização do mito e percebe-se também que de certa forma o grande Mito Oficial do Progresso é assumido. A caminhada se daria no plano político-econômico em direção à uma «nova sociedade» localizada em algum lugar do futuro. E nisto o discurso estaria trilhando a lógica dos progressismos.

Entretanto, ao buscar sua legitimidade diante da hierarquia católica e dos próprios agricultores, estes mesmos agentes, realizaram uma aplicação do mito do Povo de Deus ao presente ou ao momento contemporâneo. Nisto, introduziam no discurso uma quebra com as linearidades históricas, assumindo o tempo cíclico do mito. Esta visão própria da atitude cotidiana se opõe à planificação dos sistemas políticos reforçando a idéia de que a existência humana seja uma aventura ou uma caminhada de destino incerto.

A racionalidade pastoral, ou a fidelidade ao projeto político, ainda enxertou no mito a idéia de que a «organização aumentou» e que «da luta e organização» vem «a nossa libertação». Tais jargões parecem não chegar a comprometer o mito pascal definitivamente, pois as palavras como organização, luta e libertação podem ser entendidas de várias formas. Além do mais, termos como «luta» são empregados na linguagem popular no sentido de significar as tarefas realizadas no dia-a-dia e o enfrentamento das dificuldades diárias.

A representação da caminhada e da aventura não chegaram a ser então comprometidas. Maffesoli fala da importância desta idéia na tradição ocidental. Afirma que a celebração do mito da caminhada «cristaliza ou enobrece a profunda convicção de que a continuidade da existência é constituída por múltiplos desvios, por momentos

particulares que escapam, devido a sua precariedade, a uma lógica determinante»²³². Portanto, o resíduo pagão do mito da Terra Prometida introduz a duplicidade na racionalidade política dos «cristãos de esquerda».

Demonstrei até agora, como a idéia da aventura e do presente orgiástico tem se oposto à racionalidade política e como a quebra do tempo linear introduz a duplicidade neste discurso. No bloco a seguir analiso o uso do tempo feito pelos agentes de pastoral em seus rituais e canções.

2.3 A REPETIÇÃO, A CANTORIA E A QUEBRA DOS TEMPOS

Devo recorrer mais uma vez a Maffesoli para perceber a idéia de tempo que perpassa a proposta pastoral. Na perspectiva da aventura e do instante presente, bem como do futuro utópico, está implicada uma concepção de tempo. Diz o autor referido, que a aventura e o trágico estão interligados e que o drama da sobrevivência e a fragilidade das coisas, acaba por fundir o passado, o presente e o futuro, no instante vivido. O trágico esgota-se assim, na finitude do momento. Não há, portanto, lugar para o futuro cantante, para as utopias. Em seu lugar, instaurou-se o círculo do eterno retorno do mesmo. Este é o tempo do mito que se opõe à racionalidade. É também o tempo da sabedoria das massas que se opõe aos projetos de racionalização da existência, ao nivelamento e a todas as espécies de dominação²³³.

O discurso da CPT de um lado fundamenta-se na racionalidade e de outro recorre insistentemente ao mito. Tentaremos então observar como se dá, aí, o jogo entre

²³² MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.94.

²³³ Sobre o tempo do mito, ver MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.p.94-95.

o tempo cíclico e o linear.

A explicação da existência constituída pela CPT é dada a ler por meio de vários veículos como as reuniões, encontros, materiais escritos, cartazes, rituais e entre outros, o seu hinário. Podemos dizer que os hinários são um veículo de comunicação possível de circular entre a tradição oral e escrita, pois o canto é um recurso comunicativo pelo qual pode-se passar uma mensagem tanto a pessoas alfabetizadas como àquelas que não dominam esta tecnologia. Por trabalhar com populações rurais e «gente empobrecida», a CPT/SC produziu seu próprio hinário.

Embora uma investigação sobre propaganda nos meios de comunicação possa depor em contrário, não se conhece nenhum hinário da modernização agrícola. Tal material não existe, pelo menos, em forma catalogada, nem mesmo se conhece casos em que os extencionistas ou instrutores das agroindústrias tenham iniciado ou terminado suas reuniões com um hino em louvor à tecnologia.

Esta constatação poderia demarcar mais uma diferença entre estes aproximando a pastoral do pensamento mítico, pois como vimos anteriormente a música é mais própria da atitude cotidiana. Entretanto, sabemos que a racionalidade política de esquerda utilizou-se abundantemente deste recurso. Mesmo não podemos perder de vista que a pastoral também se refere a uma utopia e, portanto, nutre-se da racionalidade.

Maffesoli diz que a música como o rito e o mito, possuem a «potência sincrônica da repetição». (A repetição ritmada pode juntar o passado e o futuro na suspensão do tempo presente. Provoca um encantamento capaz de anular o efeito do tempo e a angústia causada pelo seu passar.) O cantar possui, portanto, esta função catártica de depurar as idéias, ou eliminar, a angústia do tempo que passa e aquela

provocada pelo plural social²³⁴.

O que nos interessa, além desta função da música, está relacionado ao conteúdo, ou as letras musicais utilizadas pela pastoral²³⁵ em sua relação-tensão entre o mito e o racional. Desta forma, a letra de uma canção popular²³⁶ não deve ser analisada somente enquanto tentativa de um compositor ou poeta passar sua mensagem, sua opinião pessoal a um determinado público. Importa mais, é que um grupo de agentes, a partir de seu lugar social e determinado por seus interesses, escolheu-a, dentre outras possibilidades, para incorporá-la a seu cancionário. Tal escolha implica a serventia da mesma aos propósitos daquele grupo, naquela situação.

Entre as canções escolhidas pelos agentes encontramos esta:

O povo de Deus, no deserto andava/Mas na sua
frente alguém caminhava/ O povo de Deus era
rico de nada/Só tinha esperança e o pó da
estrada/Também sou teu povo, Senhor/ E estou
nesta estrada/ Somente a tua graça/Me basta e
mais nada.²³⁷

Dentre outras coisas é uma explicação da existência que os agentes de pastoral queriam oferecer ao escolherem e promoverem esta canção. Sua autoria e data

²³⁴ V. MAFFESOLI. Michel. *A Conquista do Presente*. Op. Cit. p.83.

²³⁵ As canções de que me utilizo neste texto fazem parte do que nomeio hinário ou cancionário da Comissão Pastoral da Terra. Estas não se encontram reunidas em um livro único. Estão dispersas em livretos, folhas avulsas, roteiros para celebrações e nos livretos das Romarias da Terra.

²³⁶ Canção popular é aqui entendida como aquelas utilizadas pelas pastorais e movimentos populares.

²³⁷ Canção intitulada o Povo de Deus, cujo texto na íntegra é: «O Povo de Deus, no deserto andava/Mas a sua frente alguém caminhava/O Povo de Deus era rico de nada/Só tinha a esperança e o pó da estrada/ Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada: somente a tua graça/ me basta e mais nada/O povo de Deus Também vacilava/ As vezes custava a crer no amor/ O Povo de Deus, chorando rezava/ Pedia perdão e recomeçava/ Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada: perdoa se às vezes/ não creio em mais nada/ O Povo de Deus também teve fome/E Tu lhe mandaste o pão lá do céu/ O Povo de Deus cantando deu graças/ provou teu amor, teu amor que não passa/ Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada: Tu és o alimento/da longa jornada/O Povo de Deus ao longe avistou/ E terra querida, que o Amor preparou/ O Povo de Deus sorria e cantava e nos seus louvores/Seu amor proclamava/Também sou teu povo, Senhor/ e estou nesta estrada: cada dia mais perto/ da terra esperada».

precisa de composição já não importam muito. Basta saber que passou a fazer parte dos livros de canto utilizados nas celebrações rituais da Igreja num contexto de aplicação das resoluções do Concílio Vaticano II, no Brasil, ou seja, no final da década de 60.

Refere-se também ao mito do Êxodo, ou mais propriamente ao mito do Povo Escolhido. O conteúdo catequético a ser passado é o da fidelidade de um povo ao seu Deus. Esta tem como recompensa a terra, o dom divino, sinônimo de liberdade e de plena realização humana. A vida no mundo é representada como deserto, lugar de precariedade, onde sem a ligação fiel à divindade, o povo está irremediavelmente perdido.

Interpretada no registro da tradição católica esta canção tem uma significação racional específica. O povo católico de todos os tempos é identificado como herdeiro legítimo do povo «eleito por Deus», o povo hebreu. Sua história segue uma linearidade iniciada no Êxodo e continuada na história da Igreja, atravessando os séculos. O símbolo criado, como se sabe, é a linhagem papal. Esta por «não apresentar nenhuma quebra de sucessão» é evocada como garantia da legitimidade eclesial, âncora da identidade católica e por isso, base da sustentação de seu poder hierárquico²³⁸.

Se por um lado a letra musical do canto «O Povo de Deus» oferece legitimidade ao poder eclesial, por outro, utiliza-se da linguagem teológica, e portanto mítica. (Os agentes de pastoral, os «cristãos de esquerda», subverteram a perspectiva oficial-católica da história do Povo de Deus.) Aquela canção podia ser lida de uma perspectiva não linear, sem etapas. (A identidade entre o povo hebreu e os «agricultores pobres» de Santa Catarina das décadas de 70 e 80, se dá imediatamente.) Não importam os acontecimentos ocorridos neste período superior a três milênios, a separar os dois

²³⁸ Sobre força da tradição na Igreja Católica ver o livro de Leonardo Boff, *Igreja Carisma e Poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

acontecimentos. Portanto, a quebra da linearidade introduzida na leitura teológica do mito é aprofundada ou reforçada, através desta canção.

(A história do Egito se repetia, o sofrimento do povo continuava e, portanto, tratava-se de uma aplicação do mito do eterno retorno da história, em oposição à linearidade da hierarquia católica e em oposição à linearidade da modernização da agricultura.)

Todavia o hinário da CPT/SC não é sempre o mesmo, ele apresenta mudanças. A partir de 1986, quando houve a 1ª Romaria da Terra de Santa Catarina, passou-se a confeccionar um livreto de cantos a cada ano, próprio para estes eventos. Estes compunham-se de mais ou menos 20 canções cada e ali encontramos uma outra versão do mesmo «canto do Povo de Deus»:

O povo de Deus, está caminhando/ Na fé, passo a passo, ao longe enxergado/ Um Reino de Paz e um Mundo Novo/ Repleto de vida prá todo o povo./ Nós somos teu povo Senhor/ Fazendo a história. E fica conosco/ Até a Vitória (...)²³⁹.

(A nova letra, da antiga canção) embora pudesse ser lida pelos agricultores na perspectiva do mito, não se refere mais ao mito de origem e sim ao «povo de hoje». (As principais idéias são a caminhada, a construção da história e a nova sociedade. (O «mundo novo repleto de vida para todos» é a utopia que, agora sim, seria alcançada através da organização política dos agricultores.) Apesar de utilizar-se ainda da

²³⁹ Canção intitulada o Povo de Deus, segunda versão, cujo texto na íntegra é: «O Povo de Deus de nosso Brasil/ Está construindo a fraternidade/ Vivendo sua vida, em comunidade/ Da fé e oração, e de caridade/ Nós somos teu povo, Senhor/ Sentimos tua mão. Tua força e esperança/ Na vida de irmãos/ O Povo de Deus, crescendo no amor/ Se une e organiza, não quer opressão/ Lutando e vencendo, o pecado e a dor/ E sempre buscando, a libertação/ Nós somos teu povo, Senhor/ Bem fraco e sofrido. Atende o clamor/ Do povo oprimido/ O Povo de Deus, com muita esperança/ Nutrindo sua vida, tem novo vigor/ Encontra coragem, e confiança/ Na voz destemida, do forte Pastor/ Nós somos teu povo, Senhor/ Fazendo a história. E fica conosco/ Até a Vitória/ O Povo de Deus, está caminhando/ Na fé, passo a passo, ao longe enxergando/ Um Reino de Paz, e um Mundo Novo/ Repleto de vida, prá todo o povo/ Nós somos teu povo, Senhor/ Que sente a ansiedade. De ver o Teu Reino/ De Justiça e Verdade».

linguagem teológica à ênfase está colocada na utopia.

O Povo de Deus, que agora aparece, não se refere mais ao povo que caminhava no deserto. Não é mais um povo que vive a aventura, que erra e acerta e portanto, joga com a astúcia do cotidiano. É de um povo que tem um plano, um objetivo, uma racionalidade definida que está se falando. (A canção refere-se aos segmentos organizados da sociedade; aqueles que assumiram a racionalidade política e são «politicamente engajados».) Exalta as «qualidades» destes que, na visão dos agentes, aplicavam todas as suas energias na luta por um futuro melhor. Referia-se àquele «suposto povo» que vivia nas Comunidades Eclesiais de Base ou em outras palavras, àqueles grupos e lideranças que haviam assumido a racionalidade política das pastorais. Também fazia referência aos militantes dos movimentos populares e partidos de esquerda. Assim toda a letra da canção exaltava o planejamento e organização política e o futuro que viria em consequência.

Esta constatação se traduz em uma questão imediata. Porque a letra musical aparece modificada? Não satisfaz mais aos interesses do grupo?

Talvez uma referência ao momento político possa oferecer alguma explicação. (Em 1985 iniciou o “processo de abertura política” no Brasil. Com o fim do mandato de João Batista Figueiredo havia um clima de abertura política. O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra havia sido criado em 1980. Recebeu apoio da CPT/SC desde sua criação, sob a forma de assessoria, recrutamento de trabalhadores sem terra para as ocupações organizadas de terra improdutivas, arrecadação de alimentos para os acampados e assistência religiosa aos acampamentos. Em 1985, foi apresentado o Plano Nacional de Reforma Agrária. No Estado, o clima político era de aliança das elites para a eleição do Governo: Jaisom e Amin. O MST respondeu com uma grande ocupação planejada de terras. A 25 de maio daquele ano cerca de 2.000

famílias ocuparam terras no Oeste e Norte catarinense²⁴⁰. O Partido dos Trabalhadores começava a se fazer presente no campo. A Central Única dos Trabalhadores havia conquistado vários sindicatos de trabalhadores rurais no Oeste do Estado.)

(A abertura política fez com que a CPT/SC definisse melhor sua racionalidade política, e além disso, ao apoiar o MST a pastoral fez suas as canções do movimento. O discurso que aparece nestas canções não é construído sobre pressupostos míticos. O vivido e o pensado são representados sob o prisma político-econômico.)

A seguinte canção incorporada em 1986 ao cancionário da CPT/SC, serve de evidência:

Ninguém se engana, ninguém se engana/ que a
nossa história já começou desumana/ Há muitos
anos os portugueses vieram/ Muitas desgraças
fizeram prá quem nesta terra mora/ Quando
chegaram começaram logo a guerra/ Tomando
conta da terra. Botando os índios par fora/... O
nosso índio que isto não conhecia/ Quando podia
fugia deste crime desumano/ E planejaram outra
ação mais prepotente/ Foram buscar na corrente
os negrinhos africanos/... Motivados pelo espírito
de ambição/Querem fazer produção enviando a
outras zonas/ Pega o Nordeste, forma fila e dá
marcha/ O soldado da borracha vendido no
Amazonas²⁴¹.

Como se pode perceber a canção é composta na ótica “político-econômica”.

Não há nenhuma mesclagem da perspectiva teológica. Além disso, não há sequer uma

²⁴⁰ FLORES, Maria B. Ramos. et alli. Da Cruz de Cedro Nasce uma Cidade Santa. No prelo. p.5.

²⁴¹ As outras estrofes desta canção seguem aqui: “Houve as entradas denominadas bandeiras/com ação muito grosseira/prá quem nesta terra mora. Quando chegaram começaram logo a guerra/tomando conta da terra/botando os índios pra fora/Lá na senzala os negros sem liberdade/a mais triste crueldade/levando peia no lombo/ Atormentados dos horrores que faziam/tendo vaga eles fugiam/para formarem quilombos/O governo preparou expedição/mandou mais de um batalhão/ ao quilombo destruir/ Insistindo no quilombo de Palmares/destruiu vários milhares/liderados por Zumbi/Outro episódio desta nação brasileira/ Guerra brutal e grosseira/ que findou matando tudo/ Destruindo do povo a esperança/ homens, mulheres crianças/ dos arraiais lá de canudos/ E a história desumana continua/ se enfeita praça e rua bota placa e dá-se nome/ E não se olha prá tanta gente doente tanta criança inocente/ que hoje morre de fome.

referência explícita a qualquer mito, embora o refrão referencie, de certa forma, o eterno retorno. Efetivamente, há uma sutil diferença entre afirmar que nossa história começou desumana e dizer que «a nossa história já começou desumana». O advérbio já — de tempo presente — evoca a idéia da repetição e continuidade. Reforça o lado trágico da existência anulando o otimismo das utopias e as linearidades.

Talvez seja o mito perfurando a racionalidade mais uma vez. Parece mais irônico pois, o advérbio «já» talvez tenha sido introduzido na letra apenas para que a métrica e por conseguinte o ritmo, não fossem prejudicados.

Percebe-se visivelmente que a letra desta canção é uma demarcação da história do Brasil seguindo a racionalidade e a linearidade do materialismo histórico. A chegada dos portugueses representa o modo de produção extrativista. Os índios e negros «enquadram-se» no modo escravista. O modo feudal, pela corvéia extorquida dos «soldados da borracha» no Amazonas. Nesta leitura da história, o Brasil ainda não teria entrado na fase capitalista.

A letra musical não refere-se à utopia. Ou seja, não indica o caminho e qual a racionalidade política a ser utilizada para superar a situação de «desumanidade da história». (Isto talvez seja uma evidência de que o MST e a CPT/SC não concordassem com a interpretação política na qual o Brasil ainda não tenha alcançado o modo de produção capitalista. Esta leitura, própria dos Partidos Comunistas, estava propondo a ação política no sentido de incrementar a indústria nacional e assim aumentar as contradições de classe e a revolta do proletariado, por consequência.)

De outro lado, o MST, partindo da tese de que o capitalismo brasileiro estava estendendo-se ao campo, propunha a ocupação de terras improdutivas pelos «expropriados», visando o assentamento destes. Os assentamentos, disseminados por toda a área rural do País passariam a funcionar como núcleos políticos sob um comando

central de uma ação política unificada.)

Por sua vez a CPT/SC, como já vimos, nos meados dos anos 80, tem um pouco melhor definida sua estratégia política. A organização e potencialização de vários segmentos sociais em movimentos reivindicatórios e a organização sindical, deveriam gerar uma nova consciência política capaz de levar à «transformação da sociedade» pela via eleitoral.)

Esta proposta nem sempre foi tão clara para os agentes de pastoral. Isto explica, de certa forma, porque no início, o pensamento mítico, ou a forma cotidiana de organizar e gerir a existência era mais a forma de agir da CPT/SC.

As evidências de que a proposta política desta pastoral e, portanto, sua racionalidade eram mais difusas se faz por conta também do tipo de organizações apoiadas pela pastoral, naquela época. Um dos primeiros conflitos apoiados pela CPT/SC está relacionado à campanha de erradicação da peste suína africana no Oeste catarinense. Um episódio desta campanha mereceu até a elaboração de um panfleto onde a pastoral contava a sua versão e tomava público seu posicionamento. É o que analiso a seguir.

2.4 A IRONIA E O COTIDIANO DOS AGRICULTORES

◁ No município de Xanxerê, em junho de 1978, um veterinário enviou material colhido de um porco morto no chiqueiro do agricultor David Múncio, para um laboratório no Rio de Janeiro²⁴². Tempos depois veio a confirmação de que o animal

²⁴² Este é um resumo da narrativa do «massacre dos porcos», panfleto intitulado, A Peste Suína Africana: Quem está ganhando com esta história?, elaborado por agentes de pastoral e padres da Paróquia de Xanxerê, no Oeste catarinense, ligados à Comissão Pastoral da Terra, em meados de 1978.

estava infestado com a peste suína.} Imediatamente foram interditados os chiqueiros das localidades de São João, Toldo Velho, Vista Alegre e Samburá. Os chiqueiros interditados eram de criadores de suínos de raça comum. A interdição não foi estendida aos agricultores integrados. Os caminhões das empresas integradoras trafegaram livremente transportando suínos. Isto gerou a revolta dos agricultores levando-os a organizarem uma festa em protesto. }

No dia 27 de agosto daquele ano, reuniram-se cerca de 200 agricultores, na localidade chamada Beira Rio, para comer carne de porco, bem no suposto foco da epidemia e sob uma faixa onde estava escrito: «Nós não acreditamos na Peste Africana». Três dias depois na localidade de São João os porcos dos agricultores Ibamar Guzatto, João Vilani, Gumercino Bianchi, Raimundo Pagliarini, Nelson Beledone, Domingos Zuchi, Darwin Alberton e David Múnico foram atirados em uma cova e fuzilados pela polícia militar de Chapecó. O “massacre dos porcos” iniciou-se às 10:00 horas da manhã, indo terminar às 04:00 da tarde, quando foi atirado óleo diesel e gasolina na cova e por fim os animais foram incinerados²⁴³.

Os agentes de pastoral acompanharam todos estes acontecimentos, fizeram o relato. Um deles, que estava fotografando tudo, foi preso e teve seu material destruído pelos policiais. }

Ao final do relato os agentes anexaram uma nota onde afirmam que «nós, agentes de pastoral e padres da Paróquia de Xanxerê unidos com todos os agricultores do Brasil através da Comissão Pastoral da Terra achamos que com esta matança de porcos os colonos da nossa região se unem mais fortemente a todos os que sofrem

²⁴³ CPT/SC. A peste Suína Africana: Quem está ganhando com esta história. 1978. Panfleto Mimeo. (Arq. CPT/SC).

violência neste país»²⁴⁴.

Neste relato, percebemos a atitude dos agentes de pastoral, no início de sua atuação em Santa Catarina. É bem mais uma postura de assumir com os agricultores o sentimento que os unia naquela ocasião. A pastoral não propôs nenhuma fórmula racional de enfrentamento, embora tenha tentado através do folheto, oferecer uma explicação lógica para o que estava acontecendo. Utilizou-se para isso da ironia afirmando que «a peste africana até agora só atingiu pequenos criadores. Isso é porque os porcos dos criadores integrados são de grandes empresas, como Seara, Sadia, Saic, Perdigão e outras. Se encontrassem a peste em algum dos integrados de uma destas empresas ela seria prejudicada. Por isso mesmo, a Peste parece que evita aqueles chiqueiros»²⁴⁵.

Percebe-se como a ironia introduz uma falha na lógica do poder. [A fala irônica da pastoral e dos agricultores ao comer carne de porco bem no centro do foco da epidemia, anula e neutraliza a proposta de modernização da agricultura. Naquele período, os protagonistas da modernização, propunham o melhoramento genético das raças de suínos e a integração dos agricultores à agroindústria.]

Ao acompanhar os agricultores nesta espécie de ritual que foi o «massacre dos porcos», os agentes de pastoral assumiram a «passividade ativa». Esta torna-se «muito mais subversiva que qualquer ataque frontal»²⁴⁶. Podemos dizer que esta espécie de ritual macabro reforçava o sentimento do trágico ou da vida trágica. Como já analisamos antes, tal sentimento se opõe ao amanhã cantante, às propostas de um futuro melhor. Através do panfleto, os agentes reforçavam o sentimento do trágico publicando

²⁴⁴ Idem. p.11.

²⁴⁵ Idem p.3.

²⁴⁶ MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Op. Cit. p.35.

algumas frases ditas pelos agricultores no dia do massacre. Assim, os colonos diziam que «agora eles vieram matar os nossos porcos. Um dia eles vem prá matar nós». Neste sentido, a matança dos porcos tornou-se o símbolo do sistema integrado, dos discursos da modernização da agricultura que por sua vez simbolizaram o destino final de todos, ou seja, a morte. Os agricultores e os agentes de pastoral inflamavam naquele momento, o ódio pela morte assistindo ao ritual, acompanhando passo a passo o seu desenvolvimento.

Percebe-se, portanto, que diante da gestão da existência linear, planificada plena de sentido e racional da modernização da agricultura, os agentes de pastoral e os agricultores introduziram o «mon sense» da ironia, e a acentuação da orgia do presente através da comilança do churrasco de carne de porco.]

Neste sentido, pode-se inferir que em seu início, no Estado de Santa Catarina a prática pastoral assumia mais o modo cotidiano de enfrentar o destino, juntando-se à velha prática da astúcia e da duplicidade, utilizada de modo mais ou menos inconsciente pelos agricultores catarinenses. Em meados dos anos 80, ao entrar em contato com outros segmentos organizados da sociedade e ao organizar sua proposta política ou sua opção de atuação política, o discurso pastoral assume mais vigorosamente a racionalidade política de esquerda.]

CONCLUSÃO

A Pastoral da Terra em Santa Catarina constitui um discurso, nas décadas de 70 e 80 fundamentado na racionalidade política dos chamados partidos políticos de esquerda. Ao mesmo tempo, esta formação discursiva faz referência, utiliza-se e recorre a vários mitos a fim de anular o discurso desenvolvimentista.

A racionalidade desenvolvimentista foi a matriz discursiva principal utilizada pelas elites intelectuais e governamentais de Santa Catarina durante este período. Esta, constitui-se de diversas representações sobre a agricultura. Ou seja, no afã de dar forma ao «sonho de progresso», os defensores do progressismo implementaram uma espécie de iconoclasmo ao elaborar um discurso, onde a imagem da pequena propriedade não tecnificada e a agricultura de subsistência, era depreciada. Colocaram em seu lugar, no mesmo pedestal, a representação da agricultura praticada pelos colonos europeus (italianos e alemães) vindos para o Brasil da segunda metade do século XIX em diante. Estes agricultores foram assim elevados ao «status» de heróis primitivos, fundadores do desenvolvimento estadual.

As imagens destacadas neste discurso têm como temática central a tecnologia. O uso correto da técnica adequada era tido como a fórmula capaz de resolver todos os problemas da área rural. A implementação da agricultura por meio dos incentivos financeiros, da parte do Estado, representava a via política correta para a eliminação do «atraso econômico» em que, nos seus diagnósticos, Santa Catarina se encontrava.

Por conta da aplicação desta proposta de política agrícola, ~~houve um~~ crescimento considerável da agroindústria no Estado e grande concentração de capital pelos grupos agro-industriais. É nos momentos de crítica deliberada a esta política agrícola, contra a redenção pela tecnologia, que os agentes de pastoral recorreram ao pensamento mítico. Em oposição à agricultura planejada e racionalizada, fizeram a defesa e a exaltação da agricultura de subsistência.

Entretanto, se por um lado a forma analógica de analisar e organizar a existência neutralizava a racionalidade desenvolvimentista, por outro introduzia uma falha na racionalidade política própria da pastoral.

A crítica dos desenvolvimentistas à agricultura de subsistência apresentava o êxodo rural como a principal conseqüência deste sistema agrícola, em seu dizer, ultrapassado. A construção do êxodo rural por estes ideólogos, servia como argumento para formar opinião sobre a necessidade do investimento público no setor privado da economia — a agroindústria. O êxodo, um mito fundamental do cristianismo, tomava-se assim esvaziado de seu conteúdo pela racionalidade econômica. Passava a significar o simples deslocamento das populações rurais para as periferias das grandes cidades.

A CPT/SC também “demonstrava” a existência do êxodo rural em Santa Catarina, mesmo que os dados numéricos da distribuição populacional do Estado demonstrassem o equilíbrio entre as populações rurais e urbanas. Havia o êxodo mas os números não justificavam o alarde dos agentes quando afirmavam que «as cidades do interior estão desaparecendo». A pastoral também racionalizava o mito. Além disso, objetivando legitimar teologicamente a racionalidade política de esquerda, ou seja, a luta política dos agricultores rumo a uma Nova Sociedade os agentes de pastoral racionalizavam novamente o mito da caminhada do povo hebreu pelo deserto em busca da Terra Prometida. Trilharam assim o mesmo caminho do desenvolvimentismo em sua

aplicação profana do mito.

Porém, o discurso pastoral utilizava-se insistentemente do mito. Na tentativa de legitimar teologicamente a ação pastoral, realizava-se uma quebra na racionalidade do catolicismo e ao mesmo tempo da racionalidade dominante. Assim, os agricultores catarinenses do período estudado passaram a ser identificados com aquele povo que escapou da opressão do faraó e saiu em busca da Terra Prometida. Era uma quebra na linearidade histórica pois o Egito do faraó não estava três milênios distante. Estava ali, no cotidiano, no presente dos agricultores e seu nome era agroindústria. A terra prometida também não estava no final do deserto e sim na vida da pequena propriedade. Não havia lugar para o planejamento do futuro. Em seu lugar apresentava-se o eterno retorno do mesmo.

Os agentes de pastoral tornavam-se consumidores ativos ao realizarem uma «operação de leitura»²⁴⁷ que invertia o sentido e trapaceava a estratégia das elites desenvolvimentistas e eclesiais, cujo objetivo era conformar os leitores, no caso, agentes e agricultores, àqueles discursos e informações.

O retorno da pequena propriedade foi o tema central da plataforma de governo de Esperidião Amin. Em seus discursos sobre a agricultura, “defendia” a propriedade e os pequenos agricultores. Estes, se fossem alvo de uma política agrícola adequada, poderiam ter acesso à tecnologia e colocarem-se ao «lado dos grandes». A racionalidade desenvolvimentista é evidente no discurso do primeiro governador eleito após uma década de governadores nomeados pelo regime militar, instalado no país em 1964. Portanto, não tratava-se de nenhuma quebra de linearidade. Era a mesma política de exclusão dos pequenos.

²⁴⁷ CERTEAU, Michel. Op. Cit. p.268.

A lógica desenvolvimentista regia a política do governo Amin, assim como havia sido seguida pelos governos anteriores desde o início da década de 60. Era difundida por várias agências, entre elas, a extensão rural de Santa Catarina. Os extensionistas, de fato, assumiram o discurso de modernização da agricultura. Pregavam a utopia do campo dominado e “domesticado” pelo conhecimento tecnológico. Contudo, percebe-se em seu discurso uma preocupação com outros aspectos da vida do agricultor, como a saúde, a organização sindical e o cooperativismo. Assim, reforçavam os esquemas de ajuda dos agricultores, recorrendo ao mutirão e outros laços construídos no cotidiano destes. O idealismo dos extensionistas colocava em evidência a porosidade do racionalismo desenvolvimentista e que os discursos e racionalidades oficiais não possuem a pregnância que costumamos atribuir-lhes. Ou seja, também os extensionistas da ACARESC faziam sua «operação de leitura» e faziam sua construção do texto que era o discurso desenvolvimentista, mas sem utilizar-se dos mitos, como é o caso da CPT/SC.

Uma outra agência difusora da racionalidade desenvolvimentista foi o departamento de fomento agrícola das empresas rurais. Ali o progressismo tecnológico se apresenta em sua forma mais acabada. O aproveitamento racional e planejado da produção agrícola representa-se na forma de um processo quase autônomo e mecânico. A produção é realizada então, com o menor dispêndio possível de energia. O agricultor, submetido às regras da racionalidade agro-industrial e à política da integração agrícola, teria acesso num futuro próximo, a um lugar paradisíaco, o «reino da tecnologia». Nesta aplicação profana do mito do paraíso os «mecanismos redentores» são o conhecimento técnico e a política de integração.

A racionalidade pastoral, a exemplo da agroindústria, oferece uma «porta de entrada» ao paraíso vindouro. Especialmente a partir do período em que está melhor

definida sua proposta de ação política. Isto se dá mais ou menos em meados da década de 80. Passa então a exaltar a organização política dos agricultores e a conclamá-los para o engajamento nos projetos políticos dos partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores.

Ao assumir a racionalidade política de esquerda, o discurso da CPT/SC, de certa forma, entrou em colisão com o «esquema analógico» de organizar e gerir a existência utilizado pelos agricultores. A resposta destes tende ser a mesma que aquela dada à racionalidade desenvolvimentista, ou seja, a ironia para negar a lógica do poder, no caso visto, a comilança de carne de porco bem próximo ao suposto foco da Peste Suína.

Quanto à proposta pastoral, a resposta dos agricultores pode ser a indiferença e a «lentidão do povo para assumir a mudança» ou mesmo a «mentalidade conservadora do povo», detectada pelos agentes de pastoral, no 8.º Plano de Pastoral, no final da década de 80.

Isto não quer dizer que «as massas», neste caso os agricultores, sejam sempre astutas. [A grande maioria dos agricultores do Oeste catarinense, não se fez presente, no «churrasco da carne de porco» e grande número deles integrou-se à agroindústria. Estima-se que o número de agricultores integrados, em meados da década de 80, é de 50.000²⁴⁸. Mas também não significa que estes agricultores tenham se integrado à agroindústria de uma forma a-crítica e alienada. Muitos agricultores podem haver se integrado à racionalidade agro-industrial, mesmo sabendo das desvantagens a que estariam sujeitos, ou experimentando-as diretamente, aceitando-as como parte de um jogo, uma estratégia de sobrevivência. Da mesma forma, a indiferença dos

²⁴⁸ Ver BORGES, Cristina. Op. Cit. p.5.

agricultores à proposta pastoral pode ser a evidência de uma estratégia de sobrevivência ou de conservação de um saber milenar, uma forma de conhecimento próprio dos agricultores, utilizada por eles para enfrentar as adversidades do cotidiano e resguardarem-se dos sistemas de exploração.)

Não quer dizer também que os agentes de pastoral tenham produzido um discurso equivocado e somente «reforçado o Grande Mito Oficial do Progresso»). A utilização do mito, dos rituais, das canções, a atitude cotidiana de participar e reforçar as iniciativas dos agricultores, demonstrada ao longo desta dissertação, apontam para um saber e experiências acumulados pela CPT/SC. Ao invés de ter sido abandonada, como o foi em meados da década de 80, poderia ser implementada e colocada a serviço das camadas populares empobrecidas, excluídas da sociedade e da política desenvolvimentista. Isto poderá ser feito, se o agente e o militante abandonar o «dogma da supremacia do saber científico» como verdade única e abrir-se para a existência de outros campos de saber, não sistematizados e muitas vezes não verbais. Estes possuem tanta eficiência quanto o saber científico, racional, linear e sistemático. Percebendo-os, deve estabelecer-se uma atitude de diálogo e complementaridade.)

Não significa também abandonar o saber científico, desde que esteja a serviço da construção da cidadania plena. A ciência possui também esta abertura para dobrar-se e estabelecer a crítica de si mesma. O saber científico acumulado é um instrumento que deve estar a serviço das camadas populares empobrecidas. Não se pode negar sua eficiência. Penso que, o militante e o agente, especialmente aqueles que pertencem ao meio científico, necessitam do instrumental científico para melhor compreender os outros campos e formas de saber.

Esta dissertação é também um esforço no sentido de apresenta algumas pistas. Perceber o pensamento mítico, ou o pensamento analógico próprio dos

agricultores, que se coloca em oposição à racionalidade. Suas características são a perspectiva do presente, o recurso ao mito, a repetição, a convivência com o diferente, o jogo, a troca, a astúcia, a pluralidade, a aceitação do destino e a perspectiva do trágico, como já vimos.

Por fim, (o reconhecimento e a valorização destes outros campos de saber implica uma nova atitude do agente de pastoral, do militante) Michel Foucault já advertira que «o papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco a frente ou um pouco ao lado para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da «verdade», da «consciência», do discurso»²⁴⁹.

E portanto, aliar-se aos agricultores em sua luta é, como observa Foucault, a respeito do proletariado, «unir-se a eles em suas posições, em sua ideologia; é aderir aos motivos de seu combate é fundir-se com ele»²⁵⁰. (As lutas reivindicatórias dos agricultores apoiadas pela CPT/SC naquele início evidenciam também esta atitude cotidiana da pastoral. Era a luta pela melhoria de estradas, por drenagens de rios, por indenizações, pela eletrificação rural, por médico na comunidade, escola e coisas da necessidade cotidiana. Ali valem mais os esquemas de astúcia na precariedade das exigências do instante vivido.)

²⁴⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p.71.

²⁵⁰ Idem. p.77.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - FONTES:

Documentos/Relatórios/Roteiros.

- ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina. Relatório Anual. Florianópolis, SC, 1969.
- A Pequena Propriedade no Ano 2000. Modelo Rural. Análise e Sugestões para Viabilidade. Mimeo (Arq. CPT/SC).
- A Vez do Pequeno: Uma Experiência do Governo Esperidião Amin. Florianópolis: Casa Civil, 1985.
- CPT/SC. A Peste Suína Africana: Quem está ganhando com esta história. 1978. Panfleto Mimeo (Arq. CPT/SC).
- CPT/SC. A Prática de Organização e Ação Política na CPT/SC. Lages: Grafissera, 1992.
- CPT. Conflitos no Campo - Brasil/1991. Goiânia: CPT/Loyola, 1991.
- Departamento de Fomento Agropecuário. Sadia Concórdia SA. Indústria e Comércio. Projeto 21. Concórdia, 1988.
- Documento de Puebla, n.º 793/791.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1983.
- Lumem Gentium. N.º 33.
- Relatório do Curso sobre Teologia da Terra, realizado em Caçador - SC, de 04 a 08 de julho de 1988.(Arq. CPT/SC):
- Relatório do Encontro de Pastoral da Terra, realizado em Tubarão - SC, em novembro de 1978 (Arq. CPT/SC).
- Relatório do Encontro de Pastoral da Terra, novembro de 1978 (Arq. CPT/SC).

- Relatório do IV Encontro de Pastoral Rural e Suburbana, novembro de 1977 (Arq. CPT/SC).
- Relatório da II Assembléia Estadual da CPT/SC, julho de 1985 (Arq. CPT/SC).
- Relatório do Seminário de Pastoral Urbana e Rural, realizado em outubro de 1977, no Instituto Teológico de Santa Catarina (Arq. CPT/SC).
- Resposta à Carta dos Catarinenses. 2.^a ed. Florianópolis: IOESC, 1987.
- Roteiro 25 de julho, 1986. CPT/SC (Arq. CPT/SC).
- Secretaria da Agricultura de Santa Catarina. Projeto Produção de Sementes. Florianópolis, 1967.

Jornais.

- Comunicado Mensal da CNBB. jan-fev. 1990, n.º 384.
- Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC. n.º 40, jan-fev. 1986.
- Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC. n.º 48, jul-agos. 1987.
- Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC. Ed. Especial. Junho de 1980. Encarte.
- Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC. n.º 47, mar-abr. 1987.
- Jornal Cheiro de Terra, CPT/SC. n.º 50, nov-dez. 1987.
- Jornal Cheiro de terra, CPT/SC. n.º 42, mai-jun. 1986.

BIBLIOGRAFIA

AURAS, Marli. *Poder Oligárquico Catarinense: Da Guerra dos «Fanáticos» do Contestado à Opção pelos Pequenos*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1991.

BELATO, Dinarte. *A Subordinação do Camponês no Interior das Cadeias Alimentares: Integração e Controle de Produção*. In. Contexto e Educação. Ano 1, n.º 1, Ijuí: 1986.

- BERNAL, Sérgio. *CNBB: da Igreja da Cristandade à Igreja dos Pobres*. São Paulo: Loyola, 1989.
- BOFF, Leonardo. *Igreja Carisma e Poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BOSLLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense: das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro*. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BORGES, Cristina. *A Filière Suinícola em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1993. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção).
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CASTORIÁDIS, Cornélius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CEAG/SC - Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. *Evolução Histórica: Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação*. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 5, n.º 11, jan-abr: 1991.
- CNBB Regional Sul IV. *8º Plano de Pastoral: 1990 - 1994*. Passo Fundo: Berthier, 1990.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 1995.
- FLORES, Maria B. Ramos. et. alli. *Da Cruz de Cedro Nasce uma Cidade Santa*. (no prelo).
- FOUCOALT, Michel. *Microfísica do Poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- IOKOI, Zilda Maria Griocolli. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo*. Brasil/Peru, 1964-1986. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP. São Paulo: USP, 1990.
- LAGO, Paulo Fernando. *Geografia de Santa Catarina*. São Paulo: Imprensa Gráfica da Revista dos tribunais SA., 1971.
- LIMA, Luiz Costa. *Clio em Questão: a Narrativa na Escrita da História*. In. RIEDEL, Dirce Cortes. *Narrativa, Ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- MAESTRELLI, Sérgio Roberto Eraldi. *A Extensão Rural na História de Timbó*. Florianópolis: ACARESC, 1988.
- MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

- _____. *O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1985.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. *Santa Catarina: Tempos de Angústia e Esperanças: Subsídios para um Programa de Governo*. Florianópolis: edição do Autor, 1978.
- _____. *Santa Catarina: Nova Dimensão*. Florianópolis - SC: UFSC, 1973.
- MARTINS, José de Souza e PERANI, Cláudio. *Sonhos e Desejos dos Lavradores. Desafios para a CPT*. São Paulo: CPT/Loyola, 1992.
- MICHELS, Ido Luiz. *Uma Crítica à Economia Política Catarinense*. Paraíba: UFP, 1993. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- OHLWEILER, Otto Alcides. *Evolução Sócio-Econômica do Brasil: Do Descobrimento à Nova República*. Porto Alegre - RS: Tchê, S.D.
- PAULLILO, Maria Ignez S. *Produtor e Agroindústria: Consensos e Discensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e Esportes, 1990.
- PIAZZA, Walter. *Elementos Básicos da História Catarinense*. In: *Fundamentos da Cultura Catarinense*. VV. AA. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- RIBEIRO, Helción. *Da Periferia um Povo se Levanta*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- _____. *Contestado a Força dos Fracos*. Mimeo. (Arq. CPT/SC). RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCHMITZ, Sérgio. *Planejamento Estadual: a Experiência do PLAMEG*. Florianópolis: UFSC, FESC/UDESC, 1985.
- SCHUMPTER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Juro e Ciclo Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEIFERT, Raquel Quadros. *Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses Políticos Pedagógicos*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1990.
- STULP, Cleto J.; ORO, Ivo P. *CPT: Sua História e Atuação*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Educação Popular e Compreensão da realidade Social apresentado ao Centro de Ensino Superior da Fundação de Ensino Desenvolvimento do Oeste. Chapecó, SC, 1990.

VV. AA. *Fundamento da Cultura Catarinense*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

WERNER, Reni Alencar; BRAUN, Roque Pinto. *Horticultura: Questão de Abastecimento*. Florianópolis: ACARESC, 1983.